



Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

OS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL

2021

Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes





Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

OS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL

Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes

Série Os “Cabeças” do Congresso Nacional

Brasília-DF
2021

Série Os “Cabeças” do Congresso Nacional - uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes - publicação anual do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP.

FICHA TÉCNICA

Supervisão da Pesquisa
Ulisses Riedel de Resende

Concepção, Coordenação-Geral e Análise
Antônio Augusto de Queiroz

Redação Final
Alysson de Sá Alves
Antônio Augusto de Queiroz
Viviane Ponte Sena

Apoio/Levantamento de Dados/Pesquisa
André Luis dos Santos
Iva Cristina de Sant’Ana
Marcos Verlaine
Neuriberg Dias do Rêgo

Revisão
Viviane Ponte Sena

Capa e Editoração Eletrônica
Fernanda Medeiros da Costa
(61) 99996-8465

Fotos
Fulltime – Julio Fernandes
Arquivo DIAP

Edição nº 28, Ano XXVIII – 2021
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
SBS Quadra 1 Ed. Seguradoras, 3º andar,
Salas 301 a 307 70093-900 – Brasília-DF
Fones: (61) 3225-9704 / 3225-9744
Página: www.diap.org.br
Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

Os “Cabeças” do Congresso Nacional : uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes / Coordenação Antônio Augusto de Queiroz. -- 28. ed. -- Brasília : Diap, 2021.
p. 120 (Série Os “Cabeças” do Congresso Nacional ; n. 28)

ISBN 978-65-88346-02-0

1. Parlamentar, Brasil. 2. Senador, atuação parlamentar, Brasil. 3. Deputado, atuação parlamentar, Brasil. 4. Processo decisório. I. Série.

CDU 929:342.53(81)

O que é o DIAP

O DIAP é o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, com vistas à institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais do movimento sindical.

O que faz

- Monitora a tramitação legislativa de emendas constitucionais, projetos de lei, substitutivos, emendas, pareceres, requerimentos de informação e discursos parlamentares de interesse da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular;
- Presta informações sobre o andamento e possíveis desdobramentos das matérias monitoradas por intermédio de relatórios e demais veículos de comunicação do DIAP, notadamente a Agência, o Boletim e o Jornal;
- Elabora pareceres, projetos, estudos e outros documentos para as entidades filiadas;
- Identifica, desde a eleição, quem são os parlamentares eleitos, de onde vêm, quais são seus redutos eleitorais, quem os financia, e elabora seu perfil político;
- Promove pesquisa de opinião com o objetivo de antecipar o pensamento do Congresso Nacional em relação às matérias de interesse dos trabalhadores;
- Organiza base de dados com resultados de votações;
- Produz artigos de análise política, edita estudos técnicos, políticos e realiza eventos de interesse do movimento social organizado;
- Mapeia os atores-chave do processo decisório no Congresso Nacional;
- Fornece os contatos atualizados das autoridades dos Três Poderes;
- Monta estratégias com vistas à aprovação de matérias de interesse das entidades sindicais; e
- Produz e edita publicações voltadas para a educação política e formação da cidadania.

Como é estruturado

O comando político-sindical do DIAP é exercido pelas entidades filiadas, que constituem a Assembleia Geral, e se reúnem periodicamente na forma estatutária. A sua Diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais.

Operacionalmente, o DIAP possui em sua estrutura uma Diretoria Técnica, recrutada em seu quadro funcional, que atua junto à Diretoria Executiva, cujas funções consistem em coordenar as reuniões de técnicos e consultores, emitir pareceres, editar publicações, monitorar projetos, atuar junto aos parlamentares e assessorar as entidades sindicais.

Princípios fundamentais

Os princípios fundamentais em que se baseia o trabalho do DIAP são:

- Decisões democráticas;
- Atuação suprapartidária;
- Conhecimento técnico;
- Atuação como instrumento dos trabalhadores em matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário; e
- Transparência, participação e ética.

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO-SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

Ricardo Patah (UGT)

Maria das Graças Costa (CUT Nacional)

Ricardo Nerbas (CNPL)

Vago

Vago

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF-DF)

Suplente

José Renato Inácio de Rosa (FED. NAC. DOS PORTUÁRIOS)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Mário Lúcio Souto Lacerda (CTB)

Tesoureiro

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente

Leonardo Bezerra Pereira (SIND. DOS EMPR. COM. HOT. E SIMILARES-DF)

Conselho Fiscal

Efetivos

Aluizio Firmiano da Silva Junior (SIND. NACIONAL DOS MOEDEIROS) – Licenciado

Itamar Revoredo Kunert (CSB)

Edmilson Wanderley Lacerda (BANCÁRIOS-DF)

Suplentes

Arthur Emílio O. Caetano (STIU-DF-FNU)

Luiz Fernando Pereira Souza (FENAJUD)

Landstone Timóteo Filho (FITRATELP)

ÍNDICE

Apresentação dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	7
Introdução dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	8
Metodologia dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	10
Classificação das Habilidades dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	12
Mapa dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 por Estado	14
Análise Global dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	17
Perfil individual dos 66 deputados federais “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	37
Perfil individual dos 34 senadores “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	70
“Cabeças” do Congresso Nacional 2021 por Ordem Alfabética	87
66 deputados federais “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	88
34 senadores “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	89
Deputados federais novos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	89
Senadores novos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021	89
Perfil dos deputados federais e senadores em “Ascensão” 2021	90
Deputados federais e senadores em “Ascensão” 2021	106
Análise por Estado dos “Cabeças” do Congresso Nacional e parlamentares em “Ascensão” 2021 ..	107
Estatísticas da série: os “Cabeças” do Congresso Nacional desde 1994.....	112



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Diap lança a 28ª edição de Os “Cabeças” do Congresso, uma publicação que, desde sua primeira edição, é referência e leitura obrigatória entre parlamentares, autoridades do Poder Executivo, dirigentes partidários, sindicais e empresariais, estudiosos, formadores de opinião e demais interessados no processo decisório no Poder Legislativo.

Esta publicação, cujo objetivo é mapear e fornecer ao movimento social informações seguras sobre os 100 parlamentares mais influentes, faz parte do tripé que constitui a espinha dorsal do trabalho do Diap, qual seja: i) identificar, desde a eleição, quem são os parlamentares eleitos, de onde vêm, quais são seus redutos eleitorais, quem os financia, para elaboração de um perfil político; ii) saber o que pensam sobre os temas que serão objeto de debate e deliberação durante a legislatura; e, finalmente, iii) listar os operadores-chaves do processo legislativo, identificando os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional.

A metodologia utilizada, os critérios adotados, a ausência de vícios ou as preferências na indicação dos nomes, aliados à experiência e seriedade de nossa equipe técnica, são a garantia de tratar-se de um trabalho diligente e criterioso e, portanto, digno de credibilidade.

Este trabalho de pesquisa, já tradicional no Congresso Nacional, tem a supervisão do Diretor Técnico do Diap, o advogado Ulisses Riedel de Resende, foi concebido e é coordenado pelo jornalista, analista político e diretor de Documentação licenciado do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, um dos mais aplicados estudiosos e observadores do processo legislativo e da atividade parlamentar do Congresso brasileiro. O fato de estar na 28ª edição é o melhor testemunho de sua seriedade.

Assim, na certeza de o Diap mais uma vez estar contribuindo para a democratização da informação e da ação sobre aqueles que efetivamente conduzem o processo legislativo, reiteramos nosso compromisso em defesa de uma sociedade informada e consciente, condições indispensáveis a um país justo e democrático.

Brasília, julho de 2021.

Celso Napolitano
Presidente

INTRODUÇÃO

A série Os “Cabeças” do Congresso Nacional, que chega a sua 28ª edição, surgiu da necessidade de mapeamento, a partir de critérios objetivos, dos deputados e senadores que conduzem o processo decisório no Poder Legislativo. Com essa finalidade, o DIAP desenvolveu uma metodologia para identificar, anualmente, os 100 parlamentares com mais habilidades para elaborar, interpretar, debater ou dominar regras e normas do processo decisório, bem como para manipular recursos de poder, de tal modo que suas preferências, ou do grupo que lideram, prevaleçam no conflito político.

O objetivo da publicação – produto de um acompanhamento permanente e sistemático do DIAP desde 1986, embora a série só tenha sido lançada em 1994 – é fornecer ao movimento social uma radiografia dos principais interlocutores – partidários, profissionais, ideológicos ou de grupos políticos – no Congresso Nacional, publicando um rápido perfil com resumo das principais habilidades dos parlamentares que realmente exercem influência no processo decisório do Poder Legislativo.

A ideia da série partiu da premissa de que a disputa política é assimétrica, isto é, alguns atores são mais poderosos que outros, daí a necessidade de identificá-los. Poderoso aqui é entendido como alguém hábil, experiente, especializado, ou que detém recursos – materiais, econômicos, organizacionais, humanos, técnicos, partidários, ideológicos ou regionais – e capacidade de convertê-los em poder e, portanto, em liderança. No Parlamento, como na sociedade, há os que lideram – geralmente em menor número – e os liderados, em maior número.

Desde 1994 a série é editada anualmente, portanto, sempre que há renovação da sessão legislativa e tendo por base a eleição dos dirigentes das comissões, das lideranças partidárias e das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o DIAP

atualiza esta publicação. Por meio dela, o DIAP identifica e classifica os operadores-chave do processo legislativo em cinco categorias: i) debatedores; ii) articuladores/organizadores; iii) formuladores; iv) negociadores; e v) formadores de opinião. A classificação adotada tem por finalidade evidenciar as habilidades dos parlamentares que influenciam, decidem e sustentam as deliberações do Poder Legislativo. As classificações adotadas – é bom que se registre – não são excludentes. Assim, um parlamentar pode perfeitamente possuir atributos para estar em todas as categorias, de debatedor a formador de opinião.

A metodologia utilizada na identificação e classificação dos parlamentares, conforme se verá em detalhes a seguir, considera critérios qualitativos e quantitativos que envolvem aspectos posicionais (institucionais), reputacionais e decisoriais, além da abordagem da não-decisão. O método de investigação empregado neste levantamento – minucioso e impessoal – afasta a subjetividade, eliminando qualquer vício, discriminação ou preferência de natureza partidária, doutrinária, ideológica ou econômica em relação aos parlamentares pesquisados.

O estudo da elite parlamentar – com uma metodologia que combina variados aspectos da tomada de decisão no processo político – não é uma exclusividade do DIAP. Outros pesquisadores, analistas e cientistas políticos – que acompanham as atividades do Legislativo Federal – como David Fleischer e Murillo de Aragão, também vêm promovendo pesquisas e investigações sobre liderança política nos últimos anos. Aragão, por exemplo, desenvolveu uma tipologia própria, para o mapeamento da elite parlamentar. Ele criou duas categorias básicas de status para inserção de parlamentares na elite: a liderança formal e a informal. Na primeira – de líderes formais – ele adota o critério institucional ou posicional, que inclui os parlamentares influentes que ocupam postos na

estrutura do Congresso Nacional: presidentes das Casas, membros da Mesa Diretora, líderes, vice-líderes, presidentes de partidos e de comissões, além de relatores de matérias relevantes. Na segunda – de líderes informais – ele utiliza o critério reputacional, no qual os parlamentares são classificados de acordo com a percepção que seus pares têm sobre eles no que se refere a sua capacidade de liderança e influência: líderes políticos, especialistas, formadores de opinião, operadores, líderes setoriais e debatedores.

Levantamentos com estas características, sujeitos às vicissitudes conjunturais, são sempre passíveis de modificação pela dinâmica própria da política. Entretanto, dados os cuidados adotados pelo DIAP desde a 1ª edição, pode-se afirmar que se trata de uma radiografia confiável do mapa do poder no Congresso Nacional. Assim, somente fatos novos poderiam alterar, neste ano de 2021, esse retrato da elite parlamentar.

Neste ano de 2021, a escolha dos parlamentares mais influentes foi impactada por dois episódios, ambos decorrentes da Pandemia, que levou ao isolamento social. O primeiro foi a adoção do sistema remoto de deliberação, que dificulta identificar os parlamentares mais presentes nas articulações e negociações, já que estas ficam muito restritas aos líderes e relatores nesse período. O segundo foi o início da instalação das comissões permanentes da Câmara dos Deputados em meados de março e se estendendo até abril. Esses colegiados são instâncias importantes de poder, que ajudam a identificar quem tinha prestígio para ser indicado por suas bancadas para presidir um colegiado temático. Isto, entretanto, não

impediu que se chegasse aos parlamentares mais influentes do ano em curso.

A pesquisa inclui apenas os parlamentares que estavam no efetivo exercício do mandato no período de avaliação, correspondente ao período de fevereiro a junho de 2021. Assim, quem esteve ou está licenciado do mandato, mesmo influente, não faz parte da publicação. Por isto, não constam entre os 100 mais influentes de 2021 os deputados nomeados ministros no governo Jair Bolsonaro, como João Roma (Republicanos-BA) ministro da Cidadania; Onyx Lorenzoni (DEM-RS), ministro do Trabalho e Previdência, e Tereza Cristina (DEM-MS), ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A síntese com as habilidades de cada parlamentar “Cabeça” do Congresso Nacional pode ser encontrada por estado a partir da página 14.

Além dos “100 Cabeças”, desde a 7ª edição da série, o DIAP divulga levantamento incluindo na publicação um anexo com outros parlamentares que, mesmo não fazendo parte do grupo dos 100 mais influentes, estão em plena ascensão, podendo, mantida a trajetória ascendente, estar futuramente na elite parlamentar. Pode-se dizer que estão entre os 150 mais influentes.

Por último, e apenas como registro, o DIAP reitera que não há outra razão para este trabalho senão a de identificar o grau de influência e poder dos parlamentares nos debates e decisões do Congresso Nacional nas dimensões de legisladores, fiscalizadores e representantes do povo e das unidades da Federação.

METODOLOGIA

Os “Cabeças” do Congresso Nacional são, na definição do DIAP, aqueles parlamentares que conseguem se diferenciar dos demais pelo exercício de todas ou de algumas das qualidades e habilidades aqui descritas. Entre os atributos que caracterizam um protagonista do processo legislativo¹, destacamos a capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade, que é dinâmica, e, principalmente, facilidade para conceber ideias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando sua repercussão e tomada de decisão. Enfim, é o parlamentar que, isoladamente ou em conjunto com outras forças, é capaz de criar seu papel e o contexto para desempenhá-lo.

São “Cabeças”, portanto, aqueles operadores-chave do Poder Legislativo cujas preferências, iniciativas, decisões ou vetos – implementados por meio dos métodos da persuasão, da negociação, da indução ou da não-decisão – prevalecem no processo decisório na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

CRITÉRIO E CLASSIFICAÇÃO DOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL

Para a classificação e definição dos nomes que lideram o processo legislativo, o DIAP adotou critérios qualitativos e quantitativos que incluem aspectos posicionais (institucionais), reputacionais e decisoriais. Entendemos como critério posicional ou institucional o vínculo formal ou o posto hierárquico ocupado na estrutura de uma organização; o reputacional, a percepção e juízo que outras pessoas têm ou fazem

sobre determinado ator político; e o decisional, a capacidade de liderar e influenciar escolhas. Além destes métodos, geralmente aceitos pelos cientistas políticos, o DIAP vem buscando a aplicação da abordagem da não-decisão, caracterizada por ações de bastidores destinadas a ocultar ou criar barreiras ou obstáculos à exposição do conflito, evitando que matérias com potencial explosivo ou ameaçador sejam incluídas na agenda política. A não regulamentação do sistema financeiro foi um exemplo típico, como bem demonstrou o cientista político Pedro Robson Neiva em sua dissertação de mestrado na UnB. Este, embora menos visível que os outros métodos, envolve a manipulação de regras, procedimentos, instituições, mitos, valores, etc. Exerce influência, por exemplo, alguém que consegue evitar que o processo de coleta de assinaturas para a instalação de uma CPI seja concluído ou mesmo iniciado ou, ainda, aquele cuja simples não-manifestação sobre um determinado assunto possa ser decisiva para que este sequer seja aventado.

Com base nos critérios acima, a equipe do DIAP fez entrevistas com deputados e senadores, assessores das duas Casas do Congresso Nacional, jornalistas, cientistas e analistas políticos, e promoveu, em relação a cada parlamentar, exame cuidadoso das atividades profissionais, dos vínculos com empresas ou organizações econômicas ou de classe, da formação e vida acadêmica, além de levantamentos minuciosos de pronunciamentos, apresentação de proposições, resultados de votações, intervenções nos debates do Legislativo, frequência com que é citado na imprensa, temas preferenciais, cargos públicos exercidos dentro e fora do Congresso Nacional, relatorias de matérias relevantes, forças ou grupos políticos de que faça parte, além da análise dos perfis políticos e ideológicos de cada parlamentar.

¹ Processo legislativo, para efeito deste trabalho, é entendido como algo além dos procedimentos formais de elaboração, apresentação e deliberação de leis no âmbito do Poder Legislativo. Ele, neste particular, precede e extrapola essas fases da tomada de decisão no rito de tramitação do Congresso Nacional para alcançar a influência da sociedade, das organizações e dos demais poderes interessados na formulação e conclusão das negociações que antecedem a institucionalização das leis.

CARACTERÍSTICAS DOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL

Constatou-se, ao longo deste trabalho, que as posições ocupadas, cargos formais ou informais, como presidência de comissões, lideranças, vice-lideranças, relatorias, missões partidárias, direção da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e a reputação entre os colegas são fundamentais para o ingresso nesse clube restrito, embora não sejam exclusivos. O saber, o equilíbrio, a prudência, a credibilidade e a respeitabilidade, ao lado da experiência, são atributos que credenciam um parlamentar perante seus pares e abrem caminho para influenciar no processo decisório, inclusive na definição da agenda. A imprensa, igualmente, possui papel decisivo na projeção desses parlamentares.

Assim, de acordo com os critérios adotados, não basta o parlamentar ser líder partidário, presidente de comissão, relator de matéria importante, presidir partido político, estar sempre na mídia ou ter arroubos de valentia para ser classificado como “Cabeça”. É preciso, além do cargo formal, que o parlamentar exerça alguma habilidade, que comprovadamente influencie o processo decisório, seja na bancada partidária, na comissão, no plenário, nas decisões de bastidores ou até mesmo em fóruns informais, como as frentes ou bancadas de interesse. Há uma alternância normal entre os parlamentares que aparecem apenas conjuntamente. Esses, com a mesma velocidade com que surgem, também desaparecem da cena política.

Os “Cabeças” ou protagonistas do Congresso Nacional, portanto, são os parlamentares que exercem real influência no processo decisório e sobre os atores nele envolvidos. Influência aqui é definida como uma relação entre parlamentares na qual as preferências, desejos ou intenções de um ou mais parlamentares afetam a conduta ou a disposição de agir de outros. Há dois tipos de influência: a manifesta ou explícita, mais comum, e a implícita ou de expectativa. Trata-se, neste último caso, de reação antecipada, na qual um ator “y” ajusta sua conduta ao que acredita ser o desejo do ator “x”, sem que este (ator x) tenha emitido qualquer mensagem explícita sobre suas preferências ou intenções, direta ou indiretamente.

PARLAMENTARES EM “ASCENSÃO”

Entende-se por parlamentar em “ascensão” aquele deputado ou senador que vem recebendo missões partidárias, políticas ou institucionais e se desincumbindo bem delas. Estão também nessa categoria os parlamentares que têm buscado abrir canais de interlocução, criando seus próprios espaços e se credenciando para o exercício de lideranças formais ou informais no âmbito do Parlamento. Integram esse grupo, ainda, os deputados ou senadores que já fizeram parte dos “Cabeças” mas, por razões circunstanciais, perderam interlocução. Estão, portanto, entre os 150 mais influentes do Congresso Nacional.

Os conceitos, a metodologia adotada, os critérios de classificação dos parlamentares, bem como a análise e perfis individuais são de inteira responsabilidade da equipe técnica do DIAP.

CLASSIFICAÇÃO

Para facilitar a leitura, o DIAP identificou e classificou os parlamentares em cinco categorias, de acordo com as habilidades de cada um, dando destaque à característica principal de cada operador-chave do processo legislativo. As categorias são: a) debatedores, b) articuladores/organizadores; c) formuladores; d) negociadores; e, e) formadores de opinião. Veja tabelas das páginas 14, 15 e 16.

A) DEBATEDORES

São parlamentares ativos, atentos aos acontecimentos e principalmente com grande senso de oportunidade e capacidade de repercutir, seja no plenário, na imprensa ou nas redes sociais, os fatos políticos gerados dentro ou fora do Congresso Nacional. São, por essência, parlamentares extrovertidos, que procuram ocupar espaços e explorar os assuntos que possam ser notícia.

Conhecedores das regras regimentais que regem as sessões e o funcionamento das Casas do Congresso Nacional, exercem real influência nos debates e na definição da agenda prioritária. Com suas questões de ordem, de encaminhamento, discussão de matérias em votação e obstrução do processo deliberativo dominam a cena e contribuem decisivamente na dinâmica do Congresso. São os parlamentares mais procurados pela imprensa.

B) ARTICULADORES / ORGANIZADORES

São parlamentares com excelente trânsito nas diversas correntes políticas, cuja facilidade de interpretar o pensamento da maioria o credencia a ordenar e criar as condições para o consenso. Muitos deles exercem um poder invisível entre seus colegas de bancada, sem aparecer na imprensa ou nos debates de plenários e comissões. Como interlocutores dos líderes de opinião, encarregam-se de difundir e sustentar as

decisões ou intenções dos formadores de opinião, formando uma massa de apoio à iniciativa dos dirigentes dos grupos políticos a que pertencem. Normalmente, têm livre acesso aos bastidores, ao poder institucional e alto grau de fidelidade às diretrizes partidárias ou ideológicas do grupo político que integram. Não são necessariamente eruditos, intelectuais, mas possuem instinto político e o dom da síntese.

C) FORMULADORES

São os parlamentares que se dedicam à elaboração de textos com propostas para deliberação. Normalmente são juristas, economistas ou pessoas que se especializaram em determinada área, a ponto de formular sobre os temas que dominam. São, certamente, os parlamentares mais produtivos, embora tenham menos visibilidade que os debatedores.

O saber, a qualidade intelectual e a especialização, embora não sejam exclusivos, são atributos indispensáveis aos formuladores.

O debate, a dinâmica e a agenda do Congresso são fornecidos basicamente pelos formuladores, que dão forma às ideias e interesses que circulam no Congresso Nacional. A produção legislativa, com raras exceções, é fruto do trabalho desses parlamentares. Enfim, são eles que concebem e escrevem o que o Poder Legislativo debate e delibera. Não ocupam, necessariamente, posto de líder político ou partidário.

D) NEGOCIADORES

Em geral líderes ou vice-líderes partidários, os negociadores são aqueles parlamentares que, investidos de autoridade para firmar e honrar compromissos, sentam-se à mesa de negociação respaldados para tomar decisões. Os negociadores, normalmente parlamentares experientes e respeitados por seus pares, sabedores de seus limites de concessões, procuram previamente

conhecer as aspirações e bases de barganha dos interlocutores para estabelecer sua tática de convencimento.

São atributos indispensáveis ao bom negociador, além da credibilidade, a urbanidade no trato, o controle e o equilíbrio emocional, a calibragem nos conteúdos, a habilidade no uso das palavras, a discrição e, sobretudo, a capacidade de transigir. É bom negociador aquele parlamentar que, sem abrir mão de suas convicções políticas, respeita a vontade da maioria mantendo coeso seu grupo político.

E) FORMADORES DE OPINIÃO

São parlamentares que, por sua respeitabilidade, credibilidade e prudência, são chamados a arbitrar conflitos ou conduzir

negociações políticas de grande relevância. Normalmente, são deputados ou senadores experientes, com trânsito fácil entre as diversas correntes e segmentos representados no Congresso Nacional e visão abrangente dos problemas do País, cuja opinião sobre o assunto influencia fortemente a decisão dos demais parlamentares.

Discretos na forma de agir, evitando se expor em questões menores do dia-a-dia do Legislativo, preferem as decisões de bastidores, onde exercem real poder. Constituem a elite do Poder Legislativo, embora não precisem, necessária e institucionalmente, estar em postos-chave, como liderança formal ou presidência de uma das Casas do Congresso. São os que se pode chamar de líderes de alta patente, respeitados e legitimados pelo grupo ou corrente política que lideram.

Mapa dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 por Estado

CARGO	NOME/PARTIDO	PROFISSÃO	MANDATO	QUANTIDADE DE VEZES “CABEÇAS”	DEBATEDOR	ARTICULADOR / ORGANIZADOR	FORMULADOR	FORMADOR DE OPINIÃO	NEGOCIADOR
ACRE									
Deputada	Perpétua Almeida – PCDOB	Professora	4º	2	X				
Senador	Sérgio Petecão – PSD	Empresário	2º	3		X			
ALAGOAS									
Deputado	Arthur Lira – PP	Empresário	3º	5		X			
DEPUTADO	ISNALDO BULHÕES JR – MDB	ADVOGADO	1º	1					X
Senador	Renan Calheiros – MDB	Produtor Rural	4º	25		X			
AMAPÁ									
Senador	Davi Alcolumbre – DEM	Comerciante	1º	3		X			
Senador	Randolfe Rodrigues – REDE	Professor	2º	11	X				
AMAZONAS									
Senador	Eduardo Braga – MDB	Empresário	2º	8					X
Deputado	Marcelo Ramos – PL	Advogado	1º	3	X				
Senador	Omar Aziz – PSD	Engenheiro Civil	1º	3	X				
BAHIA									
Deputado	Afonso Florence – PT	Professor	3º	7	X				
Deputada	Alice Portugal – PCDOB	Farmacêutica Bioquímica	5º	12	X				
DEPUTADO	ANTONIO BRITO – PSD	ADMINISTRADOR	3º	1		X			
DEPUTADO	ARTHUR OLIVEIRA MAIA – DEM	ADVOGADO	3º	4		X			
DEPUTADO	CACÁ LEÃO – PP	ADMINISTRADOR	2º	1			X		
Deputado	Daniel Almeida – PCDOB	Técnico Industrial	5º	13					X
Senador	Jaques Wagner – PT	Técnico Industrial	1º	11		X			
Senador	Otto Alencar – PSD	Médico	1º	5	X				
CEARÁ									
Deputado	André Figueiredo – PDT	Advogado	4º	11					X
Senador	Cid Gomes – PDT	Engenheiro Civil	1º	3	X				
Deputado	José Guimarães – PT	Advogado	4º	11		X			
Senador	Tasso Jereissati – PSDB	Empresário	2º	15			X		
DISTRITO FEDERAL									
Deputada	Erika Kokay – PT	Bancária	3º	7	X				
SENADOR	IZALCI LUCAS – PSDB	EMPRESÁRIO	1º	1	X				
DEPUTADO	PROFESSOR ISRAEL BATISTA – PV	PROFESSOR	1º	1		X			
ESPÍRITO SANTO									
SEM REPRESENTAÇÃO NA LISTA									
GOIÁS									
Deputado	Vitor Hugo – PSL	Servidor Público	1º	3					X
MARANHÃO									
SENADORA	ELIZIANE GAMA – CIDADANIA	JORNALISTA	1º	1		X			
Senador	Roberto Rocha – PSDB	Administrador	1º	3			X		
Senador	Weverton Rocha – PDT	Administrador	1º	6		X			
MATO GROSSO									
SEM REPRESENTAÇÃO NA LISTA									

X – Principal característica de acordo com a classificação do DIAP

Parlamentares em negrito e caixa alta correspondem aos novos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021

Quando um parlamentar aparece nos “Cabeças” mais vezes do que a duração do mandato que exerce é porque já pertenceu a outra Casa do Congresso Nacional

CARGO	NOME/PARTIDO	PROFISSÃO	MANDATO	QUANTIDADE DE VEZES "CABEÇAS"	DEBATEDOR	ARTICULADOR / ORGANIZADOR	FORMULADOR	FORMADOR DE OPINIAO	NEGOCIADOR
MATO GROSSO DO SUL									
Deputado	Fábio Trad – PSD	Advogado	3º	5			X		
SENADOR	NELSON TRAD – PSD	EMPRESÁRIO	1º	1			X		
Senadora	Simone Tebet – MDB	Advogada	1º	5			X		
MINAS GERAIS									
Deputado	Aécio Neves – PSDB	Economista	5º	17		X			
Senador	Antonio Anastasia – PSD	Advogado	1º	7			X		
Deputado	Lincoln Portela – PL	Radialista	6º	10		X			
Deputado	Paulo Abi-Ackel – PSDB	Advogado	4º	14			X		
DEPUTADO	RODRIGO DE CASTRO - PSDB	ADVOGADO	4º	1					X
Senador	Rodrigo Pacheco – DEM	Empresário	1º	4		X			
PARÁ									
SENADOR	PAULO ROCHA – PT	TÉC. EM ARTES GRÁFICAS	1º	12		X			
PARAÍBA									
Deputado	Aguinaldo Ribeiro – PP	Administrador	3º	6			X		
Senadora	Daniella Ribeiro – PP	Pedagoga	1º	3					X
Deputado	Efraim Filho – DEM	Advogado	4º	6		X			
Deputado	Hugo Motta – REPUBLICANOS	Médico	3º	2		X			
Senador	Veneziano Vital do Rêgo – MDB	Advogado	1º	6	X				
Deputado	Wellington Roberto – PL	Empresário	5º	3					X
PARANÁ									
Senador	Alvaro Dias – PODEMOS	Empresário	4º	12					X
Deputado	Enio Verri – PT	Economista	2º	3		X			
Deputada	Gleisi Hoffmann – PT	Advogada	1º	8	X				
Deputado	Gustavo Fruet – PDT	Advogado	4º	11			X		
DEPUTADA	LUISA CANZIANI – PTB	ADVOGADA	1º	1		X			
Deputado	Ricardo Barros – PP	Empresário	6º	11					X
Deputado	Rubens Bueno – CIDADANIA	Professor	5º	13			X		
PERNAMBUCO									
Deputado	Danilo Cabral – PSB	Advogado	3º	3		X			
Senador	Fernando Bezerra Coelho – MDB	Administrador	1º	4			X		
Deputado	Fernando Coelho Filho – DEM	Administrador	4º	4					X
Senador	Humberto Costa – PT	Médico	2º	13	X				
Deputado	Luciano Bivar – PSL	Administrador	3º	2		X			
Deputado	Renildo Calheiros – PCDOB	Geólogo	4º	8		X			
Deputado	Silvo Costa Filho – REPUBLICANOS	Pedagogo	1º	3		X			
Deputado	Tadeu Alencar – PSB	Procurador da Fazenda Nacional	2º	7			X		
Deputado	Wolney Queiroz – PDT	Empresário	6º	3					X
PIAUÍ									
Senador	Ciro Nogueira – PP	Empresário	2º	8		X			
DEPUTADA	MARGARETE COELHO – PP	ADVOGADA	1º	1			X		
RIO DE JANEIRO									
Deputado	Alessandro Molon – PSB	Advogado	3º	9	X				
Senador	Flávio Bolsonaro – PATRIOTA	Empresário	1º	3		X			
Deputada	Jandira Feghali – PCDOB	Médica	7º	20	X				
Deputado	Marcelo Freixo – PSB	Professor	1º	3	X				

X – Principal característica de acordo com a classificação do DIAP

Parlamentares em negrito e caixa alta correspondem aos novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021

Quando um parlamentar aparece nos "Cabeças" mais vezes do que a duração do mandato que exerce é porque já pertenceu a outra Casa do Congresso Nacional

CARGO	NOME/PARTIDO	PROFISSÃO	MANDATO	QUANTIDADE DE VEZES "CABEÇAS"	DEBATEDOR	ARTICULADOR / ORGANIZADOR	FORMULADOR	FORMADOR DE OPINIÃO	NEGOCIADOR
Deputado	Rodrigo Maia – DEM	Bancário	6º	20		X			
DEPUTADA	TALÍRIA PETRONE – PSOL	PROFESSORA	1º	1	X				
RIO GRANDE DO NORTE									
SENADOR	JEAN PAUL PRATES – PT	ECONOMISTA	1º	1			X		
RIO GRANDE DO SUL									
Deputado	Afonso Motta – PDT	Advogado	3º	3		X			
DEPUTADO	BOHN GASS – PT	PROFESSOR	3º	1	X				
Deputada	Fernanda Melchionna – PSOL	Bibliotecária	1º	2		X			
Senador	Paulo Paim – PT	Metalúrgico	3º	28			X		
Deputado	Paulo Pimenta – PT	Jornalista	5º	4	X				
RONDÔNIA									
Senador	Marcos Rogério – DEM	Jornalista	1º	3	X				
RORAIMA									
SEM REPRESENTAÇÃO NA LISTA									
SANTA CATARINA									
SEM REPRESENTAÇÃO NA LISTA									
SÃO PAULO									
DEPUTADO	ALEX MANENTE – CIDADANIA	ADVOGADO	2º	1	X				
Deputado	Alexandre Padilha – PT	Médico	1º	3	X				
Deputado	Arlindo Chinaglia – PT	Médico	7º	24	X				
Deputado	Arnaldo Jardim – CIDADANIA	Engenheiro Civil	4º	9			X		
Deputado	Baleia Rossi – MDB	Empresário	2º	6					X
Deputado	Carlos Zarattini – PT	Economista	4º	10		X			
Deputado	Eduardo Bolsonaro – PSL	Escrivão da Polícia Federal	2º	3	X				
Deputado	Ivan Valente – PSOL	Professor	7º	9	X				
Senador	José Serra – PSDB	Economista	2º	10			X		
Deputado	Kim Kataguirí – DEM	Escritor	1º	3	X				
DEPUTADO	LUIZ CARLOS MOTTA – PL	COMERCIÁRIO	1º	1		X			
Deputada	Luiza Erundina – PSOL	Assistente Social	6º	23	X				
Deputado	Marcos Pereira – REPUBLICANOS	Advogado	1º	3		X			
Deputado	Orlando Silva – PCDOB	Cientista Social	2º	7		X			
Deputado	Paulo Pereira da Silva – SOLIDARIEDADE	Metalúrgico	4º	15		X			
Deputado	Paulo Teixeira – PT	Advogado	4º	11	X				
Deputada	Tabata Amaral – PDT	Cientista Política	1º	3			X		
DEPUTADO	VINICIUS POIT – NOVO	ADMINISTRADOR	1º	1	X				
SERGIPE									
SENADOR	ALESSANDRO VIEIRA – CIDADANIA	POLICIAL	1º	1	X				
Deputado	Laercio Oliveira – PP	Empresário	4º	7		X			
Senador	Rogério Carvalho – PT	Professor	1º	3	X				
TOCANTINS									
Senador	Eduardo Gomes – MDB	Empresário	1º	8					X
Deputada	Professora Dorinha Seabra Rezende – DEM	Professora	3º	2			X		
SENADORA	KÁTIA ABREU – PP	EMPRESÁRIA	2º	8	X				

X – Principal característica de acordo com a classificação do DIAP

Parlamentares em negrito e caixa alta correspondem aos novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021

Quando um parlamentar aparece nos "Cabeças" mais vezes do que a duração do mandato que exerce é porque já pertenceu a outra Casa do Congresso Nacional

ANÁLISE GLOBAL

O DIAP, após exaustivo levantamento, mapeou os 100 parlamentares que, em sua opinião, constituem a elite do Congresso Nacional. Os parlamentares mais influentes foram identificados a partir de critérios quantitativos e qualitativos, apurados segundo a metodologia convencional da Ciência Política, que leva em consideração aspectos posicionais ou institucionais, reputacionais e de tomada de decisão.

Pelo levantamento, conclui-se que os parlamentares que comandam o processo decisório no Congresso Nacional têm formação superior, são profissionais liberais, defendem a economia de mercado, exercem algum posto institucional no partido, na estrutura da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, têm mais de um mandato, são oriundos das regiões ricas ou dos estados ricos das regiões pobres, pertencem aos maiores partidos e destacam-se como articuladores e debatedores. Estas conclusões estão detalhadas nas tabelas e análises a seguir.

“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR CASA

Entre os 100 parlamentares que comandam o processo decisório no Congresso Nacional, 66 são deputados e 34 são senadores.

Enquanto a representação dos senadores na composição do Congresso Nacional é de 13,64%, entre os “Cabeças” do Congresso 2021, eles participam com 34%. Já a Câmara dos Deputados, com 86,36% da composição do Poder Legislativo, participa da elite com 66%.

A explicação para a expressiva participação dos senadores entre os que influenciam decisões no Congresso está relacionada com a experiência. Entre os senadores, são poucos os que não foram governadores, ministros, prefeitos, deputados

ou já exerceram algum cargo na vida pública. A própria exigência de idade mínima de 35 anos para disputar uma vaga ao Senado concorre para a tese da experiência. Além disto, muitos têm origem empresarial, representam interesses econômicos ou profissionais, foram ou são líderes regionais ou partidários, e os poucos que não seguem esse padrão foram eleitos pela influência nas redes sociais, com um discurso moralista forte, de defesa da família e de combate à corrupção.

“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR PARTIDO

O número de partidos com representação no Congresso Nacional chega a 24. Desses, apenas três (PROS, AVANTE e PSC) não possuem representantes na elite parlamentar.

Quanto à representatividade, incluindo deputados e senadores, o partido com menor presença entre os “Cabeças” do Congresso Nacional tem 1 parlamentar, e o partido com maior participação tem 17 parlamentares.

O PT, que esteve no poder por mais de 13 anos, de 2003 a 2016, e elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados em 2018, continua sendo a agremiação com o maior número de parlamentares influentes nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021. O partido também se destaca por ter 100% da bancada no Senado Federal na elite do Parlamento.

O PP, partido que está na base do governo Bolsonaro, ocupa o segundo lugar na quantidade de parlamentares nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021. A segunda posição também é ocupada pelo DEM. Democratas é o partido do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (RJ), do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (MG), do presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Davi Alcolumbre (AP), além de ser o

partido dos ministros do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni (RS), e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (MS). O MDB está em terceiro lugar com oito representantes. A legenda, que esteve à frente do Governo Federal de 2016 a 2019, tem como um dos “Cabeças” do Congresso o presidente nacional do partido, deputado Baleia Rossi (SP).

Empatados, em quarto lugar em número de representantes nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021, estão o PSDB, o PDT e o PSD. O PSDB, partido que comandou o Poder Executivo de 1995 a 2003, tem como um dos parlamentares influentes o deputado Aécio Neves (MG). O PDT, histórico na defesa do trabalhismo, tem sob seu comando a presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. E o PSD preside a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Em razão de empate entre os partidos na quantidade de parlamentares nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021, o PCDOB aparece na quinta posição, destacando-se por ter seis entre sete deputados federais na lista dos mais influentes do Parlamento. Com isso, é o partido com maior percentual de participação na elite, 85,71% da bancada no Congresso Nacional está nos “Cabeças” de 2021.

Na sexta posição com maior quantidade de parlamentares nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 está o CIDADANIA, com cinco parlamentares.

Ocorre empate na sétima posição entre os partidos PSB, PSOL e PL, cada um com quatro parlamentares na relação de “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

O PSL, partido pelo qual foi eleito o presidente da República, apesar de ter a segunda

maior bancada da Câmara dos Deputados, figura apenas em oitavo lugar na elite do Parlamento, empatado com o REPUBLICANOS. Os dois partidos têm três parlamentares cada nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

Sete partidos ocupam a nona posição na elite do Congresso Nacional. São eles: NOVO, PTB, PV, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA, PODEMOS e REDE. Cada um desses partidos têm um parlamentar na composição dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

Os partidos que dão apoio à agenda liberal e fiscal do governo Jair Bolsonaro – PP, DEM, MDB, PSDB, PSD, PL, PSL, REPUBLICANOS, NOVO, PTB, SOLIDARIEDADE e PATRIOTA -, entre outros, reúnem 54% da elite do Congresso.

Entre esses o PP e o DEM têm o maior número de representantes nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021, com nove parlamentares cada. O MDB vem na sequência com oito parlamentares “Cabeças”. Em seguida, empatados com sete parlamentares cada, estão o PSDB e o PSD. O PL tem quatro nomes nesta edição dos “Cabeças” do Congresso Nacional. E, empatados com três parlamentares cada, estão o PSL e o REPUBLICANOS. Com um parlamentar cada nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 estão quatro partidos: NOVO, PTB, SOLIDARIEDADE e PATRIOTA.

Já a oposição ao governo Bolsonaro conta com 39% da elite e é liderada pelo PT, com 17 parlamentares. É seguido do PDT, com sete parlamentares, do PCDOB, com seis, do PSB, com quatro parlamentares, e do PSOL, também com quatro. O REDE tem um senador entre os mais influentes.

O único partido independente, o CIDADANIA, representa 5% da elite parlamentar.

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR PARTIDO

PARTIDO	DEPUTADOS	SENADORES	TOTAL	POSIÇÃO	PARTIDO	DEPUTADOS	SENADORES	TOTAL	POSIÇÃO
PT	11	6	17	1º	PSL	3	0	3	8º
PP	6	3	9	2º	REPUBLICANOS	3	0	3	
DEM	6	3	9		3º	NOVO	1	0	1
MDB	2	6	8	4º		PTB	1	0	1
PSDB	3	4	7		5º	PV	1	0	1
PDT	5	2	7	6º		SOLIDARIEDADE	1	0	1
PSD	2	5	7		7º	PATRIOTA	0	1	1
PCDOB	6	0	6	8º		PODEMOS	0	1	1
CIDADANIA	3	2	5		9º	REDE	0	1	1
PSB	4	0	4	10º		TOTAL	66	34	100
PSOL	4	0	4						
PL	4	0	4						

DISTRIBUIÇÃO DOS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR BANCADA PARTIDÁRIA

PARTIDO	DEPUTADOS FEDERAIS "CABEÇAS" 2021	BANCADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	% DA BANCADA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NOS "CABEÇAS" 2021	SENADORES "CABEÇAS" 2021	BANCADA NO SENADO FEDERAL	% DA BANCADA DO SENADO NOS "CABEÇAS" 2021	TOTAL POR PARTIDO NOS "CABEÇAS" 2021	BANCADA NO CONGRESSO NACIONAL	% DA BANCADA DO CONGRESSO NACIONAL NOS "CABEÇAS" 2021	POSIÇÃO DA BANCADA NO CONGRESSO NACIONAL
PT	11	53	20,75	6	6	100,00	17	59	28,81	1º
PP	6	40	15,00	3	7	42,86	9	47	19,15	4º
DEM	6	29	20,69	3	6	50,00	9	35	25,71	8º
MDB	2	34	5,88	6	16	37,50	8	50	16,00	3º
PSDB	3	33	9,09	4	7	57,14	7	40	17,50	7º
PDT	5	25	20,00	2	3	66,67	7	28	25,00	11º
PSD	2	35	5,71	5	11	45,45	7	46	15,22	5º
PCDOB	6	7	85,71	0	0	0,00	6	7	85,71	21º
CIDADANIA	3	7	42,86	2	2	100,00	5	9	55,56	18º
PSB	4	30	13,33	0	0	0,00	4	30	13,33	10º
PSOL	4	10	40,00	0	0	0,00	4	10	40,00	16º
PL	4	41	9,76	0	4	0,00	4	45	8,89	6º
PSL	3	53	5,66	0	2	0,00	3	55	5,45	2º
REPUBLICANOS	3	33	9,09	0	2	0,00	3	35	8,57	9º
NOVO	1	8	12,50	0	0	0,00	1	8	12,50	19º
PTB	1	10	10,00	0	0	0,00	1	10	10,00	17º
PV	1	4	25,00	0	0	0,00	1	4	25,00	23º
SOLIDARIEDADE	1	14	7,14	0	0	0,00	1	14	7,14	13º
PATRIOTA	0	6	0,00	1	0	0,00	1	6	16,67	22º
PODEMOS	0	10	0,00	1	9	11,11	1	19	5,26	12º
REDE	0	1	0,00	1	2	50,00	1	3	33,33	24º
AVANTE	0	8	0,00	0	0	0,00	0	8	0,00	20º
PROS	0	11	0,00	0	3	0,00	0	14	0,00	14º
PSC	0	11	0,00	0	1	0,00	0	12	0,00	15º
TOTAL	66	513		34	81		100	594		

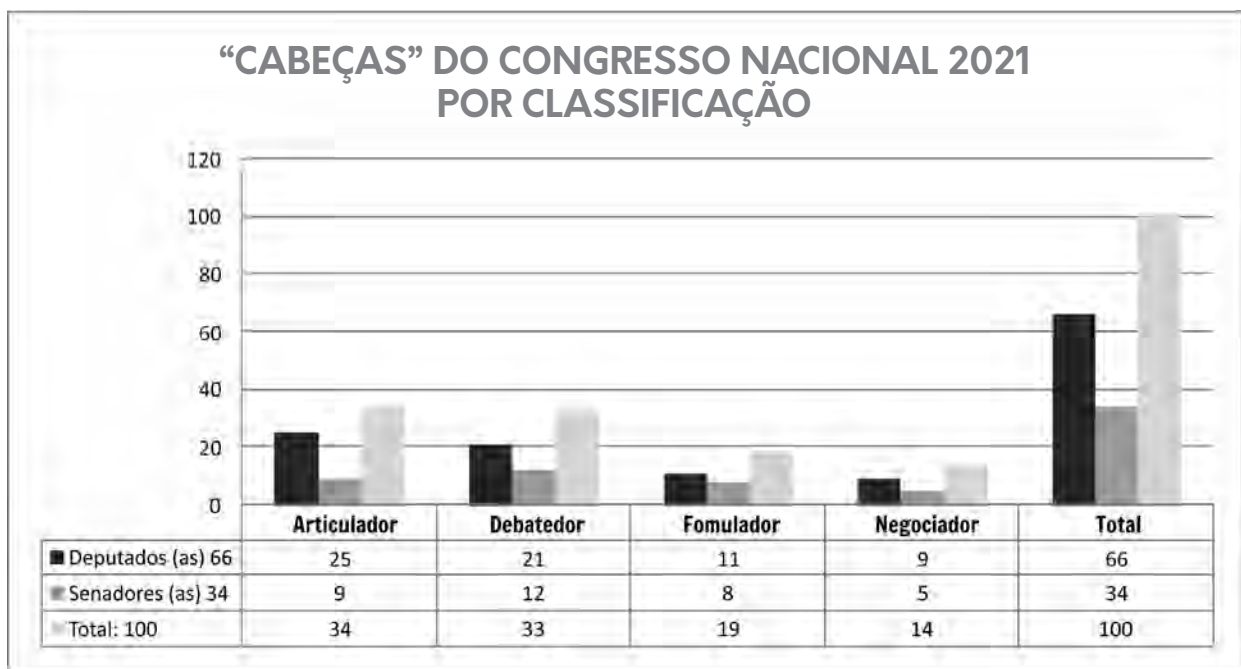
“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR CLASSIFICAÇÃO

Os critérios para classificação das características dos parlamentares na atividade legislativa não são excludentes, como já afirmamos na apresentação deste trabalho. Assim, um parlamentar pode possuir mais de uma habilidade, embora o DIAP tenha destacado a principal.

Deste modo, a tabela a seguir agrupa apenas

a característica mais visível dos parlamentares. Os maiores grupos, segundo esta classificação, são os articuladores/organizadores com 34 parlamentares, seguido dos debatedores, com 33 parlamentares. Os formuladores são 19 e os negociadores são 14 parlamentares, que investidos de autoridade para firmar e honrar compromissos, sentam-se à mesa respaldados para tomar decisões.

Para identificar outras características dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021, é necessário consultar os perfis individuais a partir da página 37.



“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR ESTADO/ REGIÃO

Há vários anos o DIAP acompanha a distribuição regional dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional e durante todo esse período constatou uma tendência da prevalência de representantes nas regiões ricas, urbanizadas e industrializadas, com uma concentração maior nas regiões Sudeste e Sul do País, na elite do Poder Legislativo, em relação às regiões carentes ou menos desenvolvidas. Essa tendência, no entanto, pela segunda vez consecutiva não se manteve, apesar de a região Sudeste, sozinha, representar 30% da elite parlamentar.

De acordo com a tabela na página 21, a região Nordeste é a que mais tem representantes nesta edição dos “Cabeças” do Congresso Nacional, 39, sendo 23 deputados e 16 senadores. E sozinha a região tem a maior quantidade de senadores, 16, ou mais de 47% de toda a representação do Senado Federal na elite. Em segundo, está a região Sudeste com 30 parlamentares, seguida pelas regiões Sul e Norte, com 12, parlamentares cada e, por último, a região Centro-Oeste, com 7 parlamentares nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

A região Nordeste, com 39 integrantes, tem nove parlamentares do Estado de Pernambuco. A Bahia tem oito parlamentares nos “Cabeças” 2021. A Paraíba tem seis parlamentares influentes.

O Estado do Ceará tem quatro parlamentares entre os mais influentes. Os Estados do Maranhão, de Alagoas e de Sergipe possuem três parlamentares cada nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021. Com dois parlamentares nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021 está o Estado do Piauí. E, com um parlamentar, está o Estado do Rio Grande do Norte. O Estado do Maranhão é o único no país com todos os três senadores nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021.

Na região Sudeste, com 30 parlamentares influentes, só o Estado de São Paulo tem 18 parlamentares. E os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais têm seis parlamentares cada. Já o Estado do Espírito Santo não tem representante nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021.

A região Sul está representada por 12 parlamentares nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021, sendo dois senadores e 10 deputados. O Estado do Paraná possui sete parlamentares, seguido do Rio Grande do Sul com cinco parlamentares no seletivo grupo dos mais influentes. Destaque no Rio Grande do Sul para o fato de o senador Paulo Paim (PT) compor todas as 28 edições dos "Cabeças" do Congresso Nacional. O Estado de Santa Catarina não tem representante na elite do Parlamento nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional.

A região Norte está representada por 12 parlamentares na elite do Parlamento, sendo nove

senadores e apenas três deputados. Os Estados do Amazonas, do Amapá e do Tocantins têm dois senadores cada entre os "Cabeças" do Congresso Nacional 2021. E, empatados com um senador cada, estão os Estados do Acre, do Pará e de Rondônia. Os três deputados federais da região nos "Cabeças" do Congresso Nacional são dos estados do Acre, do Amazonas e de Tocantins. O Estado de Roraima não tem representante na edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021.

Por último, a região Centro-Oeste está representada na elite do Congresso Nacional por sete parlamentares. O Distrito Federal tem três parlamentares entre os mais influentes, mesma quantidade de parlamentares que possui o Estado do Mato Grosso do Sul. O Estado de Goiás possui um parlamentar na elite e, por último, o Estado de Mato Grosso, que não possui representante nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021.

Na edição 2021 dos "Cabeças" do Congresso Nacional, quatro estados de quatro regiões do país não possuem representantes na elite. São os estados do Espírito Santo, na região Sudeste; Mato Grosso, na Região Centro-Oeste; Roraima, na Região Norte; e Santa Catarina, na Região Sul. Com isso, a Região Nordeste é a única do País na qual todas as unidades federativas possuem representantes nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021. E destaca-se na Região Nordeste o Estado do Maranhão por ter todos os três senadores nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2021.

"CABEÇAS" 2021 POR ESTADO / REGIÃO																												
REGIÃO		NORDESTE									SUDESTE				SUL			NORTE						CENTRO-OESTE				
Parlamentar / UF		AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP	PR	RS	SC	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	DF	GO	MT	MS
Deputados (as): 66		2	6	2	0	4	7	1	0	1	0	4	5	17	6	4	0	1	0	1	0	0	0	1	2	1	0	1
Senadores (as): 34		1	2	2	3	2	2	1	1	2	0	2	1	1	1	1	0	1	2	2	1	1	0	2	1	0	0	2
Total	Deputados (as)	23									26				10			3						4				
	Senadores (as)	16									4				2			9						3				
	Região	39									30				12			12						7				
	Geral	100																										



“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR PROFISSÃO

As profissões liberais predominam na elite do Congresso Nacional. Entre os 100 parlamentares mais influentes, pelo menos 48% estão vinculados a uma profissão liberal. No universo profissional, os advogados lideram com 22 nomes, seguidos de administradores, com nove representantes, médicos, com seis, economistas, com cinco, jornalistas e engenheiros, com três cada.

Nesta segunda sessão legislativa, os empresários estão bem representados na elite do Congresso. Formalmente são 19 parlamentares empresários entre os 100 mais influentes. É uma quantidade considerável diante da redução da bancada empresarial no Congresso Nacional nesta legislatura, que conta com 242 parlamentares. Na eleição de 2010, o número de empresários eleitos foi de 273. Em 2014, foram eleitos 221 empresários. O Congresso Nacional é formado de 594 cadeiras, sendo 513 na Câmara dos Deputados e 81 no Senado Federal.

A quantidade de 19 empresários é maior que os 17 apresentados na tabela porque foram considerados como empresários, para efeito deste trabalho, o comerciante e o produtor rural. É claro que existem outros parlamentares que também

possuem negócios lucrativos e vivem da renda desses negócios, mas preferem ser reconhecidos por sua formação superior ou profissão liberal.

A presença de trabalhadores voltou a crescer no seletivo grupo da elite do Parlamento, depois da manutenção e até mesmo perda de representantes em edições anteriores dos “Cabeças” do Congresso Nacional. São 24 parlamentares nesta edição, enquanto em 2020 foram 20, em 2019 foram 12, em 2018 foram seis, mesma quantidade de 2017. Em 2015 eram oito, em 2010, cinco, e, em 2006, apenas três.

São classificados como trabalhadores quem exerce um trabalho ou atividade profissional e sobrevive dessa atividade, como professor, pedagogo, bancário, metalúrgico, servidor público, bibliotecária, assistente social, técnico industrial, técnico em artes gráficas, comerciário, entre outros.

Do ponto de vista filosófico, pelo menos entre os parlamentares mais influentes, há também muita coerência. O MDB, por exemplo, mais vinculado à iniciativa privada, tem quatro empresários, sendo um deles produtor rural. Já o PT, que tem origem sindical e representa trabalhadores e assalariados, possui três professores e um bancário, entre outros. Como se vê, há coincidência entre os postulados do partido e as profissões de seus integrantes.

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR PROFISSÃO

Profissão / Partido	Advogado		Empresário		Professor		Administrador de Empresas		Médico		Economista		Jornalista		Engenheiro	
	22		17		11		9		6		5		3		3	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
PT (17)	3	13,64	0	0,00	3	27,27	0	0,00	3	50,00	3	60,00	1	33,33	0	0,00
PP (9)	1	4,55	5	29,41	0	0,00	2	22,22	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
DEM (9)	2	9,09	1	5,88	1	9,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	33,33	0	0,00
MDB (8)	3	13,64	3	17,65	0	0,00	1	11,11	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PSDB (7)	2	9,09	2	11,76	0	0,00	1	11,11	0	0,00	2	40,00	0	0	0	0,00
PDT (7)	3	13,64	1	5,88	0	0,00	1	11,11	0	0,00	0	0,00	0	0	1	33,33
PSD (7)	2	9,09	2	11,76	0	0,00	1	11,11	1	16,67	0	0,00	0	0	1	33,33
PCDOB (6)	0	0,00	0	0,00	1	9,09	1	11,11	1	16,67	0	0,00	0	0	0	0,00
CIDADANIA (5)	0	0,00	0	0,00	1	9,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	33,33	1	33,33
PSB (4)	2	9,09	0	0,00	1	9,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PSOL (4)	0	0,00	0	0,00	2	18,18	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PL (4)	1	4,55	1	5,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PSL (3)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	11,11	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
REPUBLICANOS (3)	1	4,55	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	16,67	0	0,00	0	0	0	0,00
NOVO (1)	1	4,55	0	0,00	0	0,00	1	11,11	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PTB (1)	1	4,55	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PV (1)	0	0,00	0	0,00	1	9,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
SOLIDARIEDADE (1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PATRIOTA (1)	0	0,00	1	5,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PODEMOS (1)	0	0,00	1	5,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
REDE (1)	0	0,00	0	0,00	1	9,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00

Profissão / Partido	Bancário		Metalúrgico		Pedagoga		Técnico Industrial		Comerciante		Técnico em Artes Gráficas		Produtor Rural	
	2		2		2		2		1		1		1	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
PT (17)	1	50,00	1	50,00	0	0,00	1	50,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00
PP (9)	0	0,00	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DEM (9)	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00
MDB (8)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00
PSDB (7)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PDT (7)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PCDOB (6)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PSL (3)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
REPUBLICANOS (3)	0	0,00	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PTB (1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SOLIDARIEDADE (1)	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Profissão Partido	Geólogo		Assistente Social		Cientista Social		Escrivão de Polícia		Bibliotecária	
	1		1		1		1		1	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
PSDB (7)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDT (7)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PCDOB (6)	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0
CIDADANIA (5)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PSOL (4)	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100
PSL (3)	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0

Profissão Partido	Cientista Política		Comerciante		Escritor		Servidor público		Farmacêutica Bioquímica		Procurador da Fazenda Nacional		Radialista		Policial	
	1		1		1		1		1		1		1		1	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
PP (9)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEM (9)	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDT (7)	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PCDOB (6)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
CIDADANIA (5)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100
PSB (4)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0
PL (4)	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0
PSL (3)	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0

“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR ESPECIALIZAÇÃO (OPERADORES TEMÁTICOS)

Apesar de eminentemente político, o trabalho parlamentar obedece ao princípio da divisão e especialização, com valorização das habilidades regimentais, acadêmicas ou profissionais dos deputados e senadores. Os parlamentares com domínio sobre determinados temas, além de se constituírem em fontes de consulta de seus colegas e serem muito requisitados pela imprensa, são chamados com frequência para coordenar negociações, relatar matérias, encaminhar votações em plenários, enfim, são considerados no processo decisório.

Entre os “Cabeças” de 2021, identificamos os parlamentares que são referência nos seguintes temas: Economia e Desenvolvimento Regional; Tributos e Finanças; Orçamento; Infraestrutura (especialmente Energia e Petróleo, Ciência, Tecnologia e Comunicação); Empreendedorismo; Educação, Saúde e Assistência Social; Amazônia e Meio Ambiente; Justiça, Direito e Cidadania, Segurança Pública, Direitos Humanos e Minorias.

A seguir, uma rápida tentativa de identificação dos operadores temáticos da elite do Congresso Nacional.

Economia e Desenvolvimento Regional: deputados José Guimarães (PT-CE) e **ISNALDO BULHÕES JR (MDB-AL)**, e os senadores Cid Gomes (PDT-CE), Fernando Bezerra Coelho (MDB-

PE), Omar Aziz (PSD-AM) e Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Infraestrutura: deputados André Figueiredo (PDT-CE), Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP), Carlos Zarattini (PT-SP), Fernando Coelho Filho (DEM-PE) e os senadores Antonio Anastasia (PSD-MG), Eduardo Braga (MDB-AM), Eduardo Gomes (MDB-TO), **JEAN PAUL PRATES (PT-RN)** e José Serra (PSDB-SP).

Empreendedorismo: deputados **VINICIUS POIT (NOVO-SP)** e Kim Kataguiri (DEM-SP).

Orçamento: deputados **CACÁ LEÃO (PP-BA)**, Ricardo Barros (PP-PR) e Wellington Roberto (PL-PB).

Tributos e Finanças: deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Baleia Rossi (MDB-SP), Enio Verri (PT-PR), Rodrigo Maia (DEM-RJ), Tadeu Alencar (PSB-PE) e os senadores Roberto Rocha (PSDB-MA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Ciência, Tecnologia e Comunicação: deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) e os senadores Otto Alencar (PSD-BA), Daniella Ribeiro (PP-PB) e **IZALCI LUCAS (PSDB-DF)**.

Agricultura, Questões Fundiárias e Agrárias: deputados Afonso Motta (PDT-RS), Arthur Lira (PP-AL), **ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM-BA)**, **BOHN GASS (PT-RS)** e a senadora **KATIA ABREU (PP-TO)**.

Educação: deputados Alice Portugal (PCDOB-BA), Ivan Valente (PSOL-SP), **LUISA CANZIANI (PTB-PR)**, **PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV-DF)**, Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) e Tabata Amaral (PDT-SP).

Trabalho e Sindical: deputados Daniel Almeida (PCDOB-BA), Laercio Oliveira (PP-SE), **LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)**, Orlando Silva (PCDOB-SP), Paulo Pereira da Silva (SOLIDARIEDADE-SP) e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e **PAULO ROCHA (PT-PA)**.

Direitos Humanos e Minorias: Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Luiza Erundina (PSOL-SP), **TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ)** e os senadores **ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA)**, Weverton Rocha (PDT-MA) e Randolfe Rodrigues (REDE-AP).

Previdência, Segurança, Assistência Social e Saúde: deputados Alexandre Padilha (PT-SP), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Jandira Feghali (PCDOB-RJ) e os senadores Humberto Costa (PT-PE), **NELSINHO TRAD (PSD-MS)** e Rogério Carvalho (PT-SE).

Justiça, Direito e Cidadania: deputados Alessandro Molon (PSB-RJ), Efraim Filho (DEM-PB), Fábio Trad (PSD-MS), **MARGARETE COELHO (PP-PI)**, Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) e os senadores **ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA-SE)**, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Simone Tebet (MDB-MS) e Renan Calheiros (MDB-AL).

Amazônia e Meio Ambiente: deputados Marcelo Freixo (PSB-RJ), Marcelo Ramos (PL-AM), Paulo Teixeira (PT-SP) e Perpétua Almeida (PCDOB-AC).

Segurança Pública: deputado Lincoln Portela (PL-MG).

Os parlamentares em negrito e caixa alta são os novos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR NÚMERO DE MANDATO

A experiência é um requisito importante para ingresso no restrito grupo de parlamentares que lideram a tomada de decisão no Congresso Nacional.

Dos 100 parlamentares identificados, 40 são de 1º mandato, e destes 23 são senadores em 1º mandato, sendo que nove deles estão na segunda etapa das duas legislaturas que

formam o mandato de senador. Assim, são efetivamente novos os 14 senadores que estão no exercício da primeira legislatura do mandato. Os nove senadores restantes ou são debutantes entre os parlamentares mais influentes do Congresso Nacional ou retornam à lista após terem participado de edições anteriores dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

Os 14 senadores de 1º mandato no exercício da primeira legislatura que integram os “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 são: **ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA-SE)**, que estreia nos “Cabeças”, Cid Gomes (PDT-CE), Daniella Ribeiro (PP-PB), Eduardo Gomes (MDB-TO), **ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA)**, debutante entre os mais influentes, Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ), **IZALCI LUCAS (PSDB-DF)**, que volta a compor o seletivo grupo, Jaques Wagner (PT-BA), Marcos Rogério (DEM-RO), **NELSON TRAD (PSD-MS)**, que estreia entre os mais influentes, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Rogério Carvalho (PT-SE), Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) e Weverton (PDT-MA).

A relação de senadores em 1º mandato na elite do Parlamento em 2021 fica completa com os nove senadores que estão na segunda legislatura, que passaram a compor o seletivo grupo ou que já compuseram edições anteriores dos “Cabeças” do Congresso Nacional: Antonio Anastasia (PSD-MG), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), **JEAN PAUL PRATES (PT-RN)**, novo entre os mais influentes, Omar Aziz (PSD-AM), Otto Alencar (PSD-BA), **PAULO ROCHA (PT-PA)**, que volta ao seletivo grupo dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, Roberto Rocha (PSDB-MA) e Simone Tebet (MDB-MS).

A lista de parlamentares em 1º mandato fica completa com 17 deputados federais da atual 56ª Legislatura, sendo sete deles debutantes nos “Cabeças” do Congresso

Nacional 2021: **ISNALDO BULHÕES JR (MDB-AL)**, **LUISA CANZIANI (PTB-PR)**, **LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)**, **MARGARETE COELHO (PP-PI)**, **PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV-DF)**, **TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ)** e **VINÍCIUS POIT (NOVO-SP)**.

No exercício do 2º mandato, identificamos 15 parlamentares, sendo sete deputados e oito senadores. Dos oito senadores, três estão no exercício da segunda legislatura do 2º mandato, logo, os outros cinco estão exercendo a primeira legislatura do 2º mandato. Assim sendo, se somarmos os 15 parlamentares em 2º mandato com os três senadores que estão na segunda legislatura do mandato – José Serra (PSDB-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e **KÁTIA ABREU (PP-TO)** –, concluiremos que efetivamente existem 18 parlamentares na segunda legislatura, quantidade maior que a apontada na tabela da página 27.

Com três mandatos, encontramos 15 congressistas, sendo 14 deputados e o senador Paulo Paim (PT-RS), que também é o único parlamentar a estar presente em todas as 28 edições dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

No 4º mandato, são 14 deputados e os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Alvaro Dias (PODEMOS-PR). No 5º mandato, há seis deputados. No 6º mandato são cinco deputados. E, no 7º mandato, há três deputados entre os “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

A regra, como se observa, é que o parlamentar está realmente maduro para influenciar a tomada de decisão no Congresso Nacional a partir do segundo mandato. Estrear entre os mais influentes é motivo de mérito. São poucos os que conseguem, logo no início da legislatura, destaque no exercício do mandato. São parlamentares de muito talento e capacidade, que chegam ao legislativo federal com desenvoltura de veterano.

"CABEÇAS" 2021 POR NÚMERO DE MANDATO

Mandato	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	Total
Deputados(as)	17	7	14	14	6	5	3	66
Senadores(as)	23	8	1	2	0	0	0	34
Total	40	15	15	16	6	5	3	100

“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR CRITÉRIO DE INFLUÊNCIA DETERMINANTE

Dos três critérios adotados para identificar os parlamentares mais influentes – institucional, reputacional e decisional – o primeiro é determinante, inclusive para a valorização dos outros dois. Para se ter uma ideia da importância do cargo ou posto institucional na projeção de um

parlamentar, bastar dizer que dos 100 deputados e senadores influentes, 97 exercem algum cargo formal ou informal na estrutura das Casas ou na direção partidária. Destes, 61 são líderes ou vice-líderes de partido, 21 são presidentes ou vices de comissões, membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 13 são ex-presidentes da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de comissão permanente, ex-líder ou ex-vice-líder e dois são presidentes ou vice-presidentes de partidos, sendo um deles também presidente de central sindical.

OCUPAÇÃO INSTITUCIONAL NO PARLAMENTO EM 2021	QUANTIDADE
Líder ou Vice-líder de partido	61
Presidente ou Vice-presidente de Comissão, Membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal	21
Ex-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de Comissão, Ex-líder ou Ex-vice-líder	13
Presidente ou Vice-presidente de partido	2

“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR GÊNERO

A presença de deputadas e senadoras entre os “Cabeças” do Congresso Nacional, em termos proporcionais, é pequena em relação ao total de mulheres no Parlamento. Das 85 deputadas federais e 12 senadoras da 56ª Legislatura, apenas 12 deputadas e quatro senadoras integram o grupo dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

As 12 deputadas federais “Cabeças” do Congresso Nacional em 2021 representam 14,12% da bancada feminina da Câmara dos Deputados. E as quatro senadoras “Cabeças” 2021 representam pouco mais de 33% da bancada feminina do Senado Federal.

Considerando a composição da Câmara dos Deputados, as 12 deputadas federais “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 representam 2,34% da Casa. E, em relação à composição do Senado

Federal, as quatro senadoras “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 representam 4,94%. Já em relação aos 594 legisladores federais, as 16 parlamentares “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 representam apenas 2,69% do conjunto do Parlamento.

As 16 mulheres do seletor grupo de “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 representam 16% da elite do Parlamento. São as 12 deputadas federais: Alice Portugal (PCDOB-BA), Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Jandira Feghali (PCDOB-RJ), **LUISA CANZIANI (PTB-PR)**, Luiza Erundina (PSOL-SP), **MARGARETE COELHO (PP-PI)**, Perpétua Almeida (PCDOB-AC), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), Tabata Amaral (PDT-SP) e **TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ)**. Completam o grupo as quatro senadoras: Daniella Ribeiro (PP-

PB), **ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA)**, **KÁTIA ABREU (PP-TO)** e Simone Tebet (MDB-MS).

Acrescentando-se neste seletor grupo as seis parlamentares mulheres que estão em “Ascensão” em 2021, a presença feminina seria de 22 mulheres, porém num universo de 150 nomes, sendo 100 “Cabeças” do Congresso Nacional e 50 em “Ascensão” em 2021.

Estão em “Ascensão” nesta edição de 2021, podendo figurar nas próximas edições dos “Cabeças” do Congresso Nacional, as deputadas: Bia Kicis (PSL-DF), **CELINA LEÃO (PP-DF)**, que entrou para o seletor grupo em “Ascensão” em 2021, Lídice da Mata (PSB-BA), Maria do Rosário (PT-RS), Sâmia Bomfim (PSOL-SP). Completa a lista a senadora **ZENAIDE MAIA (PROS-RN)**, que estreia na lista de “Ascensão” em 2021.

MULHERES “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

DEPUTADAS	SENADORAS
Alice Portugal (PCDOB-BA) Vice-líder do PCDOB Presidente da Comissão de Cultura – CCULT 3ª Vice-presidente da Comissão Especial da PEC 32/2020, da Reforma Administrativa	Daniella Ribeiro (PP-PB) Líder do PP Presidente do Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill
Erika Kokay (PT-DF) Vice-líder do PT 2ª Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM	ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA) 3ª Suplente da Mesa Diretora do Senado Federal Vice-presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar o orçamento de combate ao Coronavírus
Fernanda Melchionna (PSOL-RS) Vice-líder do PSOL Coordenadora da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura	KÁTIA ABREU (PP-TO) Vice-líder da Maioria no Senado Federal Ex-ministra da Agricultura no Governo Dilma Simone Tebet (MDB-MS) Líder da Bancada Feminina Ex-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)

DEPUTADAS	SENADORAS
<p>Gleisi Hoffmann (PT-PR) Vice-líder do PT Presidente Nacional do PT</p>	
<p>Jandira Feghali (PCDOB-RJ) Vice-líder da Minoria</p>	
<p>LUIZA CANZIANI (PTB-PR) Ex-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – CMULHER 1ª Coordenadora Adjunta da Secretaria da Mulher</p>	
<p>Luiza Erundina (PSOL-SP) 1ª Vice-presidente da Comissão de Legislação Participativa - CLP</p>	
<p>MARGARETE COELHO (PP-PI) Vice-líder do PP Relatora da PEC 3/2021, que dispõe sobre prerrogativas dos parlamentares</p>	
<p>Perpétua Almeida (PCDOB-AC) Vice-líder da Oposição Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Implantação da Tecnologia 5G no Brasil</p>	
<p>Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) Presidente da Comissão de Educação - CE Relatora, na comissão especial da PEC 15/2015, do Fundeb, promulgada como Emenda Constitucional 108</p>	
<p>Tabata Amaral (PDT-SP) Ex-vice-líder 2ª Secretária Adjunta da Secretaria da Juventude Coordenadora da Comissão Externa sobre Violência Doméstica contra a Mulher</p>	
<p>TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ) Líder do PSOL Coordenadora da Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista</p>	

As parlamentares em caixa alta e negrito são novas “Cabeças” do Congresso Nacional 2021

MULHERES EM “ASCENSÃO” NOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL EM 2021

DEPUTADAS	SENADORA
Bia Kicis (PSL-DF) Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – CCJC	ZENAIDE MAIA (PROS-RN) Líder do Bloco Parlamentar da Resistência (PROS, PT) Vice-líder do PROS Vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS
CELINA LEÃO (PP-DF) Vice-líder do PP Coordenadora da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados	
Lídice da Mata (PSB-BA) 2ª Procuradora Adjunta da Secretaria da Mulher Relatora, na Câmara, da CPMI das Fake News	
Maria do Rosário (PT-RS) Vice-líder do PT Coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	
Sâmia Bomfim (PSOL-SP) Vice-líder do PSOL 3ª Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM	

As parlamentares em caixa alta e negrito são novas na lista de “Ascensão” 2021

NOVOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR CASA DO PARLAMENTO

Por Casa do Congresso Nacional, a 3ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura apresenta 20 parlamentares como novos operadores-chave do processo Legislativo. São considerados novos todos aqueles que não estavam na edição anterior. Assim sendo, são 13 deputados e sete senadores que entraram para o seletivo grupo dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

Um partido que se declara independente em relação ao governo Bolsonaro, o CIDADANIA, e um partido da base do governo, o PP, lideram

com três parlamentares entre as legendas com novos representantes nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

O PSD e o PSDB tem dois representantes cada. E os demais partidos que dão sustentação ao Poder Executivo no Parlamento - DEM, MDB, NOVO, PL, e PTB - tem um novo integrante cada nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

Na oposição ao governo são cinco novos parlamentares na elite do Parlamento. O PT destaca-se com três parlamentares que entraram para o seletivo grupo dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021, seguido do PSOL e do PV com um novo representante cada.

Os novos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 em relação ao número de mandatos revelam que há 13 parlamentares no 1º mandato, em 2º e 3º mandatos são três parlamentares cada e, no 4º mandato, apenas o

líder do PSDB na Câmara, deputado **RODRIGO DE CASTRO (MG)**.

Os novos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 estão nas cinco regiões do País.

DEPUTADOS FEDERAIS NOVOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

NOME/PARTIDO	CARGO INSTITUCIONAL
ALEX MANENTE (CIDADANIA-SP)	LÍDER DO CIDADANIA
ANTONIO BRITO (PSD-BA)	LÍDER DO PSD
ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM-BA)	RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32/2020)
BOHN GASS (PT-RS)	LÍDER DO PT
CACÁ LEÃO (PP-BA)	LÍDER DO PP VICE-LÍDER DA MAIORIA
ISNALDO BULHÕES JR (MDB-AL)	LÍDER DO MDB
LUISA CANZIANI (PTB-PR)	EX-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITOS DA MULHER - CMULHER
LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)	3º VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP
MARGARETE COELHO (PP-PI)	VICE-LÍDER DO PP
PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV-DF)	VICE-LÍDER DO PV
RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)	LÍDER DO PSDB
TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ)	LÍDER DO PSOL
VINICIUS POIT (NOVO-SP)	LÍDER DO NOVO

SENADORES NOVOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

NOME/PARTIDO	CARGO INSTITUCIONAL
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA-ES)	LÍDER DO CIDADANIA
ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA)	3ª SUPLENTE DA MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL
IZALCI LUCAS (PSDB-DF)	LÍDER DO PSDB
JEAN PAUL PRATES (PT-RN)	LÍDER DA MINORIA
KÁTIA ABREU (PP-TO)	VICE-LÍDER DO PP
NELSINHO TRAD (PSD-MS)	LÍDER DO PSD
PAULO ROCHA (PT-PA)	LÍDER DO PT

DA “ASCENSÃO” 2020 À ELITE DO CONGRESSO NACIONAL 2021

Nesta 28ª edição dos “Cabeças” do Congresso Nacional, 10 parlamentares em “Ascensão” no ano de 2020 entraram para o grupo dos mais influentes do Parlamento brasileiro. São seis deputados federais e qua-

tro senadores que ingressaram na seleta lista dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

Esses parlamentares, que já compunham a lista dos 150 mais influentes do Parlamento, mantiveram a trajetória ascendente de atuação e passaram agora para o grupo dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

DE DEPUTADOS EM “ASCENSÃO” 2020 PARA OS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

NOME/PARTIDO	CARGO INSTITUCIONAL
ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM-BA)	RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32/2020)
CACÁ LEÃO (PP-BA)	LÍDER DO PP VICE-LÍDER DA MAIORIA
LUIZA CANZIANI (PTB-PR)	EX-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITOS DA MULHER - CMULHER
LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)	3º VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP
PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV-DF)	VICE-LÍDER DO PV
VINICIUS POIT (NOVO-SP)	LÍDER DO NOVO

DE SENADORES EM “ASCENSÃO” 2020 PARA OS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

NOME/PARTIDO	CARGO INSTITUCIONAL
IZALCI LUCAS (PSDB-DF)	LÍDER DO PSDB
JEAN PAUL PRATES (PT-RN)	LÍDER DA MINORIA
NELSINHO TRAD (PSD-MS)	LÍDER DO PSD
PAULO ROCHA (PT-PA)	LÍDER DO PT

PARLAMENTAR NOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL DESDE A 1ª EDIÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Dos 100 parlamentares da 1ª edição da série os “Cabeças” do Congresso, em 1994, apenas um se manteve na lista em todos os 28 anos da publicação, demonstrando grande prestígio, influência e capacidade de articulação. Trata-se do senador Paulo Paim (PT-RS), que sempre fez parte da lista, tanto como deputado federal quanto como senador da República. Além de excelente trânsito entre seus pares, Paim, como é chamado pelos demais parlamentares, reúne habilidades que o credenciaram a exercer influência por mais de duas décadas no Congresso Nacional.

SEMPRE “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL QUANDO NO EXERCÍCIO DO MANDATO

A série “Cabeças”, desde sua primeira edição, em 1994, é atualizada anualmente. Nesta edição, apenas quatro parlamentares titulares aparecem na lista quando no exercício do mandato. Destes, somente o senador Paulo Paim (PT-RS) figura na lista tanto como deputado federal quanto senador. Os quatro parlamentares são, por assim dizer, o núcleo de deputados federais e senadores influentes: o senador Paulo Paim, as deputadas Jandira Feghali (PCDOB-RJ) e Luiza Erundina (PSOL-SP) e o deputado Paulo Pereira da Silva (SOLIDARIEDADE-SP).

PRESENÇA DOS PARTIDOS NOS 28 ANOS DOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL

A julgar pela participação dos partidos na elite parlamentar nos últimos 28 anos, constata-se que as legendas que constituem o núcleo programático ou ideológico do governo ou da oposição são as que mais influenciam o processo decisório no Congresso Nacional. Aquelas que fazem oposição moderada, declaram-se independentes ou negociam apoio condicionado ao governo, como regra, têm poucos parlamentares influentes.

Nessa perspectiva, os dados demonstram, com 63,64%, a prevalência de apenas quatro partidos políticos nos 28 anos dos “Cabeças” do Congresso Nacional: PT, 21,14%; MDB/PMDB, 15,21%; PSDB, 14,18% e DEM/PFL, 13,11%. Os demais partidos que participam dos “Cabeças” do Congresso Nacional representam 36,36%.

Em 28 anos dos “Cabeças” do Congresso Nacional, os quatro partidos (PT, PSDB, PMDB/MDB e PFL/DEM) possuem 1.782 ou 63,64% dos 2.800 parlamentares dos “Cabeças” do Congresso Nacional. Desse modo, os demais partidos que integram há 28 anos a lista dos “Cabeças” do Congresso Nacional são representados por 1.018 parlamentares ou 36,36%. Veja os dados nas tabelas da página 34.

28 ANOS DOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL POR PARTIDO

PARTIDO	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL	%
PT	10	12	18	19	19	19	21	22	24	23	24	24	22	25	27	25	22	27	28	26	27	24	18	19	19	16	15	17	592	21,14
PSDB	16	18	16	16	16	21	20	18	18	14	13	13	14	16	14	13	15	13	12	12	11	14	14	13	14	9	7	7	397	14,18
PMDB*	23	26	23	21	20	14	14	12	13	15	12	12	14	17	17	16	16	14	16	16	15	12	15	16	0	0	0	0	389	13,89
PFL**	17	20	17	17	17	18	18	14	14	19	21	22	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	231	8,25
PDT	6	4	4	4	4	5	6	5	7	3	3	2	5	4	5	7	8	10	7	7	5	3	4	3	3	6	7	7	144	5,14
DEM**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	12	13	13	9	7	6	6	7	7	7	11	7	9	9	136	4,86
PSB	3	1	2	2	3	4	5	6	5	6	6	6	7	7	7	6	5	4	4	4	4	8	7	4	5	5	5	4	135	4,82
PCDOB	2	2	3	4	4	5	5	5	5	4	4	4	5	4	4	4	6	7	5	6	6	6	6	6	5	6	6	6	135	4,82
PTB	3	3	4	4	2	3	1	4	2	7	8	5	6	4	3	4	5	5	6	6	4	4	3	4	3	-	1	1	105	3,75
PP	1	2	0	0	0	0	0	0	0	4	4	6	2	2	2	2	1	1	2	2	4	5	5	6	8	7	7	9	82	2,93
PPS	3	3	3	3	4	2	4	5	3	1	2	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	2	4	3	0	0	0	0	65	2,32
PPB	0	0	10	10	11	6	4	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	55	1,96
PSOL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2	2	2	2	2	3	3	3	4	4	4	4	5	4	48	1,71
PR***	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	3	3	4	5	5	3	1	2	3	0	0	0	37	1,32
MDB*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	10	7	8	37	1,32
PL***	1	0	0	0	0	2	2	3	2	4	2	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	4	34	1,21
PSD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	1	1	2	3	5	6	7	33	1,18
PPR	15	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	0,82
PV	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	3	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	1	19	0,68	
PSL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	5	3	16	0,57
CIDADANIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	5	13	0,46
PSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	2	1	1	1	1	1	0	11	0,39
REDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	1	1	1	11	0,39
SD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	2	2	0	0	0	0	9	0,32
PRB****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	4	0	0	8	0,29
REPUBLICANOS****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3	8	0,29
SOLIDARIEDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	2	1	7	0,25
PODEMOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	1	5	0,18
NOVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	4	0,14
PTC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3	0,11
PTDOB*****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0,07
PROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0,07
PATRIOTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0,07
AVANTE*****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0,04
SEM PARTIDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,04
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	2800	100,00

* PMDB passou a ser MDB em 2017
** PFL passou a ser DEM em 2007
*** PPS passou a ser CIDADANIA em 2019
**** PR voltou a ser PL em 2019
***** SD passou a ser SOLIDARIEDADE em 2018
***** PRB passou a ser REPUBLICANOS em 2019
***** PTDOB passou a ser AVANTE em 2018

PARTIDO	Deputados	Senadores	Total	%
PT	436	156	592	21,14
PMDB/MDB	220	206	426	15,21
PSDB	257	140	397	14,18
PFL/DEM	245	122	367	13,11
TOTAL	1158	623	1782	63,64
OUTROS			1018	36,36

HISTÓRICO DOS 28 ANOS DOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL POR PARTIDO

Das 592 vezes em que o PT figura nos “Cabeças” do Congresso Nacional, 436 delas foram com mandato de deputado federal e 156 vezes com mandato de senador. O MDB/PMDB acumula 426 participações na elite do Parlamento, sendo 220 indicações na Câmara dos Deputados e outras 206 no Senado Federal. O PSDB participou 397 vezes, com 257 deputados federais e com 140 senadores. Já o DEM/PFL esteve representado por 367 parlamentares, com 245 deputados federais e 122 senadores.

Considerando os dados, identificou-se o grau de influência de algumas agremiações partidárias, das suas relações de poder e também da assimetria entre elas.

O PT, que sempre foi autêntico, tanto na oposição quanto na situação, lidera entre os grandes partidos com parlamentares influentes em número absoluto no histórico dos 28 anos dos “Cabeças” do Congresso Nacional. O partido é o primeiro em bancada no Congresso Nacional e ocupa também o primeiro lugar entre os partidos com mais “Cabeças” na Câmara dos Deputados em 2021.

O segundo em quantidade de parlamentares influentes nos 28 anos da publicação, o MDB/PMDB, é a terceira bancada do Parlamento. E ocupa também a terceira posição dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

Já o PSDB, que tem a terceira maior quantidade histórica de parlamentares nos “Cabeças” do Congresso Nacional, possui a sétima bancada do Legislativo Federal. Nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 o partido tucano ocupa a quarta posição, empatado com o PDT e o PSD.

Entre os partidos médios, o DEM/PFL tem a quarta maior participação histórica nos “Cabeças” do Congresso Nacional. O partido, que é da base de apoio do governo do presidente Bolsonaro, é a oitava bancada no Congresso Nacional. Nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021, o Democratas ocupa a segunda posição, empatado com o PP.

Outro partido da base do governo é o PP, com a nona maior quantidade histórica de representantes nas listas de “Cabeças” do Congresso Nacional e participação expressiva na elite do Parlamento. O PP tem a quarta maior bancada do Congresso Nacional, mas ocupa a segunda posição dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021. Nesta condição, o PP conta com nove parlamentares, mesma quantidade do DEM e à frente do MDB, que tem oito parlamentares.

Demais partidos da base de apoio ao governo, com quantidade expressiva no histórico dos “Cabeças”, mas menor participação na elite do Parlamento em 2021, são o PODEMOS, o PTB e o PATRIOTA.

Entre os partidos de oposição ao governo, o PDT aparece 144 vezes no histórico dos 28 anos dos “Cabeças” do Congresso Nacional. E apesar de pequena bancada no Parlamento, o partido de “Leonel Brizola” destaca-se por ter a quarta maior quantidade de “Cabeças” do Congresso Nacional 2021. O PCDOB, com elevada participação no histórico dos “Cabeças” do Congresso Nacional, tem 6% de participação na elite do Congresso Nacional 2021. O PV apresenta 19 participações no histórico dos “Cabeças”, mas apenas 1% entre os mais influentes de 2021, representado pelo deputado **PROFESSOR ISRAEL BATISTA (DF)**, vice-líder do partido. O REDE, que tem 11 parlamentares no histórico dos “Cabeças” do Congresso Nacional, em 2021 está representado pelo vice-presidente da CPI da Pandemia, senador Randolfe Rodrigues (AP). Veja os dados nas páginas 19, 34 e 36.

PERFIL INDIVIDUAL

66 DEPUTADOS FEDERAIS



Aécio Neves (PSDB-MG)

Deputado, 5º mandato, mineiro, economista. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Exerceu quatro mandatos de deputado federal, tendo inclusive presidido a Câmara dos Deputados, foi duas vezes governador de Minas Gerais e cumpriu um mandato de senador da República.
- **Atuação político-parlamentar** - Ex-presidente do PSDB, foi o candidato do partido à Presidência da República nas eleições de 2014 e um dos principais articuladores do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Apesar das denúncias que atingiram sua biografia política, elegeu-se para a Câmara Federal, onde tem atuado de forma discreta, porém exercendo influência entre seus pares. É presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e também da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência.
- **Especialização técnica** - Nos mandatos parlamentares, prioriza ações relacionadas à adoção de um novo pacto federativo, com o fortalecimento dos estados e municípios, além da simplificação e redução de impostos. É autor do PL 2957/2019, que dispõe sobre limites para retenção de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos casos especificados de inadimplência dos Municípios com a União. A matéria está em fase de discussão e votação. Foi relator na Comissão Especial da PEC 48/2019, promulgada como EC 105, que altera o art. 166 da Constituição Federal para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei do orçamento anual.



Afonso Florence (PT-BA)

Deputado, 3º mandato, baiano, professor universitário e servidor público, é mestre em História Social. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** - Parlamentar com origem nos movimentos social e sindical, militante histórico do PT, foi secretário estadual de Desenvolvimento Urbano no governo de Jaques Wagner e ministro do Desenvolvimento Agrário no governo Dilma.
- **Atuação político-parlamentar** - Em sua trajetória na Câmara, tem assumido importantes postos como o de vice-líder do PT, vice-líder da Minoria e líder do partido na Casa. Foi presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Populações Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia e Produção Orgânica. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Atuou como vice-presidente da Comissão Mista que analisou o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), transformado na Lei nº 13.189/2015.
- **Especialização técnica** - Presidiu a Comissão Especial da PEC 215/2000, que culminou no arquivamento da proposta e na defesa dos interesses das comunidades tradicionais, e atuou pela aprovação do marco regulatório das Organizações Não-Governamentais (ONGs), e do piso nacional dos Agentes de Saúde e Endemias. Foi relator da proposição que resultou na extinção do 14º e do 15º salários, pagos a deputados e senadores, e também da MPV 676/2015, que instituiu a fórmula 85/95 como alternativa ao Fator Previdenciário.



Afonso Motta (PDT-RS)

Deputado, 3º mandato, gaúcho, advogado. Destaca-se como articulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Presidiu a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (AGERT-RS) e foi conselheiro da OAB, integrando as comissões de Ética e Disciplina, de Estudos dos Problemas da Terra e a Comissão Especial de Políticas Criminais e Segurança Pública. Ocupou a Secretaria de Governo no Estado. Compôs também o Fórum Nacional da Agricultura.
- **Atuação político-parlamentar** - Vice-presidente estadual do PDT, foi vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. É presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP). É, também, membro suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Foi membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação.
- **Especialização técnica** - Os temas relacionados à educação, à agricultura familiar, à ciência e tecnologia têm prioridade no mandato parlamentar.



Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Deputado, 3º mandato, paraibano, administrador. Destaca-se como formulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Foi deputado estadual, secretário de Ciência e Tecnologia de João Pessoa (PB) e comandou duas secretarias do Estado da Paraíba: de Agricultura, Irrigação e Abastecimento; e de Ciência e Tecnologia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Exerceu o cargo de ministro das Cidades no governo Dilma.
- **Atuação político-parlamentar** - Foi líder da Maioria na Câmara dos Deputados e membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Exerceu os cargos de líder do governo Temer, líder e vice-líder partidário e de bloco parlamentar. É membro efetivo do diretório nacional do PP. É relator na comissão especial da PEC 45/2019, que trata da reforma tributária.
- **Especialização técnica** - As questões regionais são prioridade no mandato parlamentar, que tem perfil municipalista. Os temas pertinentes à ciência e tecnologia, aos recursos hídricos e à agricultura também merecem atenção do deputado.



Alessandro Molon (PSB-RJ)

Deputado, 3º mandato, mineiro, advogado. Destaca-se como debatedor.

- **Trajectoria na vida pública** – Antes de chegar à Câmara Federal, exerceu dois mandatos de deputado estadual. Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, presidiu a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Cultura.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual líder da Oposição na Câmara dos Deputados, já foi líder do PSB e exerce o cargo equilibrando ações reativas e propositivas. Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, é autor do PL 3961/2020, que decreta o estado de emergência climática, estabelece a meta de neutralização das emissões de gases de efeito estufa no Brasil até 2050 e prevê a criação de políticas para a transição sustentável. O projeto tramita nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Integra a comissão especial da PEC 17/2019, que altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, e a comissão especial destinada a discutir a adoção, para todas as polícias, da competência legal para investigação (CEPOLICI).

- **Especialização técnica** - Advogado, mestre em História, professor da PUC-Rio e doutorando em Direito na UERJ, em seu primeiro mandato como deputado federal, foi relator e principal articulador da aprovação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e do fim do voto secreto na Câmara dos Deputados. É um dos autores do PL 17/2019, transformado na Lei nº 13.880/2019, que permite ao juiz do caso de violência contra a mulher ordenar a apreensão de arma de fogo eventualmente registrada em nome do agressor. É coautor da Emenda Constitucional que garante o acesso de todos à Justiça por meio de uma Defensoria Pública fortalecida, e idealizou a proposta que serviu de inspiração para a lei que destina mais recursos para a educação com o Fundo Social do Pré-Sal.



ALEX MANENTE (CIDADANIA-SP)

Deputado, 2º mandato, paulista, advogado. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** – Chegou à Câmara dos Deputados após dois mandatos consecutivos de deputado estadual e um de vereador em São Bernardo do Campo (SP), ambos pelo PPS. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, presidiu a Comissão de Defesa e Direito do Consumidor, e a de Relações do Trabalho, tendo se sobressaído na melhoria da relação de consumo e entre empregadores e empregados.
- **Atuação político-parlamentar** – Eleito pelo PPS para o 1º mandato de deputado federal, chegou a ocupar o cargo de vice-líder e de bloco parlamentar. No CIDADANIA, manteve a capacidade de interlocutor privilegiado, sendo atual líder do partido na Câmara dos Deputados. Ainda na Câmara Federal ocupa o cargo de Secretário de Relações Internacionais. Coordena a Frente Parlamentar Mista pela Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e de Plástico.
- **Especialização técnica** – Advogado, é autor da PEC 199/2019, que prevê a possibilidade de prisão em 2ª instância. Sendo a PEC promulgada, devem ser extintos o recurso extraordinário, apresentado ao STF, e o recurso especial, apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), podendo ocorrer o esgotamento dos recursos ordinários e a prisão após o trânsito em julgado da condenação pelas cortes de segunda instância, seja de tribunais de justiça dos estados, dos tribunais regionais federais e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A PEC da 2ª instância permanece tramitando na Câmara Federal juntamente com outras propostas sobre o tema. É 2º vice-presidente da Comissão Especial do PL 399/2015, que dispõe sobre medicamentos formulados da Cannabis, popularmente conhecida como maconha. O deputado também é um dos autores da PEC 3/2021, que determina a prisão em flagrante de parlamentar apenas quando se tratar de crime definido na própria Constituição como inafiançável. A PEC é uma resposta à prisão em flagrante do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), determinada no bojo do Inquérito 4.781/DF, instaurado no âmbito do Supremo Tribunal Federal e conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes, posteriormente ratificada pelo plenário do STF.



Alexandre Padilha (PT-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, médico. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** - Oriundo do movimento estudantil, foi coordenador de campanha do ex-presidente Lula em 1989 e 1994. Assumiu a Secretaria de Relações Institucionais e o Ministério da Coordenação Política do governo Lula. Exerceu o cargo de ministro da Saúde no governo Dilma, implantando o Programa Mais Médicos. Ocupou a Secretaria Municipal de Saúde na gestão de Fernando Haddad.

- **Atuação político-parlamentar** - Vice-presidente nacional do PT, foi vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Referência como formulador e debatedor de temas relacionados à saúde, é 1º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e coordenador do Grupo de Trabalho do Impacto da Pandemia Covid-19.
- **Especialização técnica** - Entre os projetos de sua autoria apresentados nesta legislatura, destaque para o PL 351/2019, que cria a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS), para atuar de forma conjunta com os estados, o Distrito Federal e os municípios em situações de emergência epidemiológica, desastres ou de desassistência à população. É coautor do PLP 188/2020, que institui o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto no art. 153, VII, da Constituição Federal. O primeiro projeto está tramitando nas comissões. Este último, anexado ao PLP 277/2008, está pronto para votação no plenário da Câmara dos Deputados.



Alice Portugal (PCDOB-BA)

Deputada, 5º mandato, baiana, farmacêutica bioquímica. Destaca-se como debatedora.

- **Trajetória na vida pública** - Iniciou sua militância política no movimento estudantil. Liderança sindical de destaque, foi diretora da ASSUFBA, FASUBRA e da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores. Antes da eleição para a Câmara Federal, exerceu dois mandatos de deputada estadual.
- **Atuação político-parlamentar** - Vice-líder do PCDOB, ocupa também a presidência da Comissão de Cultura, a 2ª vice-presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a 2ª vice-presidência da Comissão de Educação. Nesta legislatura, integrou a comissão especial da reforma da Previdência (PEC 6/2019). Compôs a comissão especial do FUNDEB (PEC 15/2015) e a comissão especial do projeto do Novo Marco do Saneamento Básico, transformado na Lei nº 14.026/2020. É presidente da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Tributária Solidária. Já coordenou a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal e a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica.
- **Especialização técnica** - Relatora de vários projetos na área educacional, tem atuado em favor de maior participação das mulheres na política, já tendo sido coordenadora da bancada feminina no Congresso Nacional.



André Figueiredo (PDT-CE)

Deputado, 4º mandato, cearense, advogado e economista, com especialização em comércio exterior. Destaca-se como negociador.

- **Trajetória na vida pública** - Iniciou sua atividade política como presidente do Sindicato dos Economistas do Estado do Ceará. Foi secretário estadual do Esporte e Juventude e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Juventude. No Executivo federal, foi assessor especial e secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego. Também atuou como ministro das Comunicações no governo Dilma.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder do PDT na Câmara dos Deputados, já atuou como líder do partido e da Oposição na Casa. É presidente estadual do PDT e 1º vice-presidente nacional da legenda. Foi relator da Medida Provisória 238/2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Foi também relator da Lei nº 14.129/2021, que institui regras e instrumentos para a eficiência pública.

- **Especialização técnica** - É o coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Economista com especialização em comércio exterior, atuou na relatoria do projeto que deu origem à Lei nº 12.858/2013, que dispõe sobre a aplicação de parte dos recursos provenientes de royalties do petróleo nas áreas de educação e saúde. O deputado foi um dos líderes, na Câmara, para aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que garantiu 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. É também membro titular da comissão especial da reforma tributária.



ANTONIO BRITO (PSD-BA)

Deputado, 3º mandato, administrador, baiano. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** – Vinculado às Santas Casas e Entidades filantrópicas de saúde, foi presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas e presidente das Santas Casas e Entidades Filantrópicas da Bahia. Em Salvador, atuou como secretário do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão.
- **Atuação político-parlamentar** – Na Câmara dos Deputados, é líder do PSD. Já atuou como vice-líder do partido e líder de bloco parlamentar. Articulador, foi presidente e vice-presidente da Comissão de Seguridade Social e Família. Com longa trajetória pessoal, profissional e parlamentar na área da saúde, é coordenador na Câmara Federal da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas, da Frente Parlamentar pela luta contra a Tuberculose, além de presidente do Grupo parlamentar Brasil/Portugal.
- **Especialização técnica** – Especializado *Latu Sensu* em Auditoria Econômica e Financeira, foi 1º vice-presidente da comissão especial do PL 3555/2004, que regulamenta normas gerais de contrato de seguro privado, e 2º vice-presidente da comissão do PL 7419/2006, que dispõe sobre planos de saúde quanto à cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar. Os dois projetos continuam tramitando na Câmara dos Deputados.



Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Deputado, 7º mandato, paulista, médico. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** - Iniciou sua trajetória política no movimento sindical. Foi presidente do Sindicato dos Médicos e da CUT do Estado de São Paulo, além de vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos. Exerceu mandato de deputado estadual e assumiu a Secretaria das Subprefeituras na gestão de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo.
- **Atuação político-parlamentar** - Líder da Minoria no Congresso Nacional, já foi presidente da Câmara dos Deputados, líder e vice-líder do PT e líder do governo Lula e do governo Dilma na Casa, além de presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Nome de expressão do PT, foi dirigente nacional e estadual do partido. É 2º vice-presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, colegiado que já presidiu. Atuou nas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Minas e Energia e de Seguridade Social e Família.
- **Especialização técnica** - Foi relator-geral do Orçamento de 2013. Atua na defesa da seguridade social pública, das estatais estratégicas e nos temas de geração e distribuição de renda. Presidiu a Comissão Especial do Pré-Sal.



Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)

Deputado, 4º mandato, paulista, engenheiro civil. Destaca-se como formulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Com origem no movimento estudantil, foi secretário de Habitação do Estado de São Paulo, assumindo a presidência do Fórum Nacional de Secretários de Habitação. Gerenciou também a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. Antes da Câmara Federal, exerceu quatro mandatos de deputado estadual.
- **Atuação político-parlamentar** – É presidente do Cidadania no Estado de São Paulo e vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Preside a Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético (Frente do Etanol) e a Frente Parlamentar Mista para a Criação de Estímulos Econômicos para a Preservação Ambiental (Frente da Economia Verde). É 1º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Arábia Saudita.
- **Especialização técnica** - Infraestrutura, política de resíduos sólidos, cooperativismo, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável são temas prioritários na atuação do parlamentar. É 1º vice-presidente da comissão especial para propor o Código Brasileiro de Energia Elétrica. É relator da comissão especial do PL 7063/2017, que reduz o valor do mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por estados, pelo Distrito Federal e por municípios. Foi relator da comissão especial do PL 3453/2008, que altera o marco regulatório das parcerias público-privadas (PPPs), fundos de investimentos e concessões, além de autor do PL 6867/2013, que institui e estabelece diretrizes para a Política Nacional de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos. Todos os projetos continuam tramitando. Foi relator, na Câmara dos Deputados, da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).



Arthur Lira (PP-AL)

Deputado, 3º mandato, alagoano, empresário. Destaca-se como articulador.

- **Trajectoria na vida pública** - De família tradicional na política alagoana, é filho do ex-senador Benedito de Lira. Iniciou a atividade política como vereador de Maceió e também exerceu mandatos de deputado estadual.
- **Atuação político-parlamentar** – É o atual presidente da Câmara dos Deputados na 56ª Legislatura. Já foi líder do PP e de bloco parlamentar, firmando-se como o principal interlocutor do centro político. Em 2020, conduziu negociações no Parlamento para viabilizar a agenda do governo Bolsonaro. Ainda no currículo, acumula a experiência de ter presidido dois importantes colegiados: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional no ano de 2016.
- **Especialização técnica** - Entre as relatorias que assumiu, destaque para a MPV 526/2011, transformada na Lei nº 12.453/2011, que constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e altera o artigo 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal. No Parlamento, é um dos operadores temáticos em agricultura, questões fundiárias e agrárias, tendo sido relator, entre outras matérias, do PL 6480/2009, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, visando coibir a invasão de imóveis rurais e a disponibilização do cadastro da Reforma Agrária na Rede Mundial de Computadores (Internet), e altera o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, para equiparar ao crime de falsificação de documento público, a falsificação do cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária. Este projeto continua tramitando na Câmara Federal.



ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM-BA)

Deputado, baiano, 3º mandato. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Iniciou a trajetória política como vereador em Guanambi (BA), foi prefeito de Bom Jesus da Lapa (BA) e exerceu três mandatos de deputado estadual.
- **Atuação político-parlamentar** – É relator da PEC 32/2020, do Poder Executivo, que dispõe sobre a reforma administrativa. Foi vice-líder do governo Temer na Câmara dos Deputados e liderou o SOLIDARIEDADE na Casa até sua migração para o PPS em 2016. Pertenceu também aos quadros do MDB, chegando à vice-liderança da bancada. Ao migrar para o DEM, foi escolhido um dos vice-líderes do partido na Câmara dos Deputados. Foi 1º vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
- **Especialização técnica** - Advogado e mestre em Direito Econômico relatou em plenário e na comissão mista o projeto que deu origem à Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Também foi relator do PL 4302/1998, transformado na Lei nº 13.429/2017, que dispõe sobre a Terceirização, e da PEC 287/2016, da reforma da Previdência proposta pelo governo Temer. É relator da comissão especial do PL 1646/2019 sobre devedor contumaz que tramita na Câmara dos Deputados.



Baleia Rossi (MDB-SP)

Deputado, 2º mandato, paulista, empresário. Destaca-se como negociador.

- **Trajatória na vida pública** - Iniciou a carreira política aos 20 anos, quando se elegeu vereador de Ribeirão Preto (SP), cargo que ocupou por três mandatos. Também atuou como secretário de Esportes no mesmo município. Antes da eleição para a Câmara Federal, exerceu três mandatos de deputado estadual. É filho do ex-ministro da Agricultura, Wagner Rossi.
- **Atuação político-parlamentar** - Presidente estadual do MDB, já atuou como líder do partido na Câmara dos Deputados e como vice-líder de bloco parlamentar tendo o MDB à frente. É de sua autoria a PEC 45/2019, que trata da reforma tributária. A proposta transforma cinco impostos - três tributos federais (IPI, PIS e COFINS), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS) - em apenas um, que deve se chamar IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e será cobrado no destino.
- **Especialização técnica** - A área social, especialmente no que diz respeito às demandas de entidades assistenciais e filantrópicas, é prioridade no mandato. Rossi é considerado um interlocutor do terceiro setor no Parlamento e também um dos operadores temáticos nas áreas de previdência e assistência social, além da área de tributos e finanças. Foi relator do PL 1006/2020, transformado na Lei nº 13.995, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuarem de forma coordenada no combate à pandemia do coronavírus.



BOHN GASS (PT-RS)

Deputado, 3º mandato, gaúcho, professor e agricultor. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** – Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de vereador em Santo Cristo (RS) e três mandatos consecutivos de deputado estadual. Parlamentar vinculado ao movimento sindical, foi presidente, por dois mandatos consecutivos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo (RS), sua base eleitoral.
- **Atuação político-parlamentar** - Atual líder do PT na Câmara dos Deputados, já desempenhou a função de vice-líder do partido. Faz oposição contundente ao governo e ao presidente Jair Bolsonaro, que o parlamentar qualifica como principal responsável pela instalação do fascismo no Brasil. Foi 3º vice-presidente da comissão especial que discutiu o PL 6299/2002, que regula a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. O projeto continua tramitando na Câmara Federal. Destaca em seu perfil que faz política para ajudar a melhorar a vida das pessoas, com prioridade às que mais precisam.
- **Especialização técnica** – Professor, tem licenciatura em Estudos Sociais, em História e pós-graduação em Gestão Social. Vinculado à agricultura familiar, tem como pauta prioritária de atuação, entre outras, a aprovação do PL 5560/2020, que apresentou para tornar os territórios livres de agrotóxico. O projeto foi anexado a outras matérias e continua tramitando na Câmara dos Deputados. Também atua em pastorais e comunidades eclesiais de base. “Sou um agricultor familiar que teve a chance de estudar. Fui sindicalista, professor e estou deputado”, destaca o parlamentar em sua rede social.



CACÁ LEÃO (PP-BA)

Deputado, 2º mandato, baiano, administrador. Destaca-se como formulador.

- **Trajetória na vida pública** – Antes de assumir o 1º mandato na Câmara dos Deputados, foi deputado estadual, assessor especial da Prefeitura de Lauro de Freitas (BA) e diretor de Habitação da Prefeitura de Salvador.
- **Atuação político-parlamentar** - Vice-líder da Maioria e líder do PP na Câmara dos Deputados, já atuou como vice-líder do partido e de bloco parlamentar. Foi relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, Lei nº 13.898/2020; e da LDO para 2018, Lei nº 13.587/2018. Foi designado relator do PLP 549/2018, transformado na Lei Complementar nº 165/2019, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- **Especialização técnica** - Com boa formação acadêmica, é pós-graduado em Gestão Pública. Na legislatura passada, presidiu a comissão especial do PL 8085/2014, que altera o Código de Trânsito Brasileiro instituindo obrigatoriedade de prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores. O projeto continua tramitando na Câmara dos Deputados.



Carlos Zarattini (PT-SP)

Deputado, 4º mandato, paulista, economista. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Vinculado ao movimento sindical e ao segmento de transportes, foi secretário-geral do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e secretário dos Transportes do Município de São Paulo.
- **Atuação político-parlamentar** – Ex-líder da Minoria no Congresso Nacional, já ocupou o cargo de líder e de vice-líder do PT, além de vice-líder do Governo. Foi membro titular da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da comissão especial sobre política de mobilidade urbana (PL 4881/2012, proposição de sua autoria) e da comissão especial sobre parcerias público-privadas (PL 3453/2008). Coordenou a Frente Parlamentar da Defesa Nacional na Câmara dos Deputados. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Itália. Político influente no PT, atuou na direção e na executiva nacional do partido.
- **Especialização técnica** - Nesta legislatura, foi designado relator da comissão especial do PL 10887/2018, que trata da improbidade administrativa. É autor do PL do Lobby (PL 1202/2007), uma iniciativa para coibir corrupção. Especialista em infraestrutura, é um dos operadores temáticos da área. É um dos autores da Lei nº 13.640/2018, que trata do transporte individual remunerado e do transporte motorizado privado. Coordenou a Câmara de Negociação que analisou o projeto que deu origem à Lei nº 12.734/2012, que definiu novas regras de distribuição dos royalties do petróleo, e presidiu a comissão especial do projeto que resultou na Lei nº 12.858/2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. Foi relator da comissão especial do projeto transformado na Lei nº 12.846/2013, que trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.



Daniel Almeida (PCDOB-BA)

Deputado, 5º mandato, baiano, técnico industrial e historiador. Destaca-se como negociador.

- **Trajatória na vida pública** - Oriundo do movimento sindical, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil (Sinditextil) de Salvador e Camaçari (1983/1989) e da CUT da Bahia (1991/1995). Antes da eleição para a Câmara dos Deputados, foi vereador em Salvador por quatro mandatos.
- **Atuação político-parlamentar** - Vice-líder do PCDOB na Câmara, foi também líder do partido, líder de bloco parlamentar e presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Coordenador da bancada federal da Bahia, também já coordenou a Frente Parlamentar em Defesa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e integrou a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Técnica e Profissional. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China.
- **Especialização técnica** - Operador temático nas áreas trabalhista e sindical, com atuação de destaque na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, o deputado foi um dos articuladores para aprovação do projeto de Regulamentação das Centrais, da Política de Valorização do Salário Mínimo e do Código Brasileiro dos Combustíveis. Presidiu a comissão especial destinada a acompanhar a aplicação das Leis de Anistia a dirigentes, representantes e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.



Danilo Cabral (PSB-PE)

Deputado, 3º mandato, pernambucano, advogado. Destaca-se como articulador.

- **Trajetória na vida pública** - Exerceu um mandato de vereador em Recife e vários cargos no Município e no Estado. Foi secretário municipal de Administração e assumiu outras três Pastas no governo estadual: a Secretaria de Educação, a Secretaria das Cidades e a Secretaria de Planejamento e Gestão.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do PSB na Câmara dos Deputados, já atuou como vice-líder. Coordena as Frentes Parlamentares em Defesa do Nordeste, em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e em Defesa da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Presidiu a Comissão de Educação. Integrou a 2ª vice-presidência da comissão especial da PEC 15/2015, sobre o Fundeb. Foi relator em plenário do PL 795/2021, transformado na Lei nº 14.150/2021, que altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- **Especialização técnica** - Membro da comissão especial da PEC 391/2017, sobre Fundo de Participação dos Municípios, é autor do PLP 9/2019, que taxa em 5% as fortunas acima de R\$ 20 milhões, e do PL 1981/2019, que acaba com a isenção de IR na distribuição de lucros e dividendos acima de R\$ 240 mil por ano e taxa em 15% as rendas mensais acima de R\$ 320 mil. Os dois projetos continuam tramitando na Câmara dos Deputados.



Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

Deputado, 2º mandato, carioca, escrivão da Polícia Federal. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** - Filho do presidente da República Jair Bolsonaro, a trajetória na vida política está associada aos mandatos na Câmara Federal.
- **Atuação político-parlamentar** – Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional até março de 2021, também foi presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Foi líder e vice-líder de partido, além de 1º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. É vice-líder do PSL.
- **Especialização técnica** - É um dos principais interlocutores na Câmara dos Deputados da agenda do governo Bolsonaro. As proposições relacionadas à redução da maioria penal, ao agronegócio contra ocupações do MST, ao planejamento familiar, à valorização das forças armadas e a favor do livre-comércio são prioridades do mandato. Foi 1º vice-presidente da comissão especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 443/2014, que acrescenta parágrafo ao art. 42 da Constituição Federal, para assegurar às associações dos militares estaduais as mesmas garantias de representação e imunidade tributária asseguradas aos sindicatos de trabalhadores. Foi também 3º vice-presidente da PEC 44/2015, que dispõe sobre a carga horária de trabalho diária e semanal dos policiais e de bombeiros militares. As duas matérias estão prontas para serem votadas em dois turnos no plenário da Câmara dos Deputados.



Efraim Filho (DEM-PB)

Deputado, 4º mandato, paraibano, advogado. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - É membro de família tradicional na política paraibana. Seu pai, Efraim Morais, foi deputado estadual, deputado federal e senador da República. Antes de concorrer à Câmara Federal, havia participado ativamente de movimentos estudantis. Foi também conselheiro e presidente do Núcleo de Apoio ao Estagiário da OAB.
- **Atuação político-parlamentar** - É militante do Democratas, antigo PFL, desde a juventude, tendo exercido o cargo de presidente nacional da Juventude Democrata. Líder do partido na Câmara dos Deputados, já desempenhou a função de vice-líder. Coordena a bancada da Paraíba na Comissão Mista de Orçamento. É coordenador da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS) e da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação. É presidente do Grupo Brasil/Hungria.
- **Especialização técnica** - Um dos operadores temáticos da Câmara nas áreas de justiça e cidadania, tendo especialização em Direito do Consumidor. É autor do projeto de lei (PL 643/2011), que deu origem à Lei nº 13.008/2014, que aumenta a pena para os crimes de contrabando e descaminho. Entre as atividades parlamentares mais recentes, merece destaque o trabalho como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão. Também participou ativamente da comissão da PEC 171/1993, responsável pelo debate da redução da maioria penal. Foi relator do PL 10431/2018, transformado na Lei nº 13.810/2019, que dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.



Enio Verri (PT-PR)

Deputado, 2º mandato, paranaense, economista. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Dedicou-se às Pastorais da Juventude, Operária e Universitária e também participou de movimentos estudantis. Ocupou os cargos de secretário de Fazenda e de secretário do Governo de Maringá (PR). Foi assessor técnico da Presidência da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional e chefe de gabinete do Ministério do Planejamento. Elegeram-se deputado estadual, cumprindo dois mandatos. Assumiu ainda a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado, antes da 1ª eleição para a Câmara Federal.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder da Oposição na Câmara dos Deputados, já foi líder do PT e membro titular da Comissão de Finanças e Tributação. Atua como 2º vice-presidente da comissão especial que examina os subsídios tributários, financeiros e creditícios.
- **Especialização técnica** - Mestre em Economia e Doutor em Integração da América Latina, em seu mandato, tem priorizado o debate de políticas e ações de desenvolvimento social e econômico. É um dos operadores temáticos do Congresso Nacional em matéria tributária e financeira. É relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 46/2019, que susta o Decreto nº 9.514, de 27 de setembro de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. É um dos autores do PL 2064/2021, que dispõe sobre a criação de linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte pelas instituições financeiras públicas federais. As duas matérias tramitam na Câmara dos Deputados.



Erika Kokay (PT-DF)

Deputada, 3º mandato, cearense, bancária. Destaca-se como debatedora.

- **Trajetória na vida pública** - Vinculada aos movimentos sindical e social, foi presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, secretária-geral da Confederação Nacional dos Bancários, diretora da Federação Nacional dos Funcionários da Caixa e presidente da CUT/DF. Exerceu o cargo de conselheira do Conselho de Defesa do Negro e do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Antes de chegar ao Congresso Nacional, cumpriu dois mandatos de deputada distrital.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual 2ª vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e vice-líder do PT na Câmara dos Deputados. Coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, a Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento às DST, HIV/AIDS e das Hepatites Virais, a Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista, a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Foi adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.
- **Especialização técnica** - Presidiu a CPI destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes reveladas pela imprensa. Também foi presidente da comissão especial que analisou o PL 7672/2010, do Poder Executivo, transformado na Lei nº 13.010/2014, mais conhecida como Lei Menino Bernardo, para estabelecer o direito da criança e do adolescente serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.



Fábio Trad (PSD-MS)

Deputado, 3º mandato, sul-mato-grossense, advogado. Destaca-se como formulador.

- **Trajetória na vida pública** - Parlamentar oriundo da advocacia privada, foi presidente da Ordem dos Advogados do Mato Grosso do Sul. É de uma família tradicional de políticos. Seu pai, Nelson Trad, também foi deputado federal. Um de seus irmãos, Nelsinho Trad, é senador e outro, Marquinhos Trad, é o atual prefeito de Campo Grande (MS).
- **Atuação político-parlamentar** – É vice-líder do PSD. Integrou a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, colegiado onde já exerceu a 2ª vice-presidência por duas vezes. É membro titular da comissão especial sobre reclusão por maus-tratos a animais (PL 1095/2019). Preside a comissão especial do PL 8045/2010, que produzirá o novo Código de Processo Penal. É relator da comissão especial destinada a apreciar a PEC 199/2019, que transforma os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do STF e do STJ (prisão em 2ª instância). É coordenador da Frente Parlamentar da Advocacia e da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços de Ambulância. É presidente da comissão especial destinada a apreciar o PL 8045/2010, que trata do Novo Código de Processo Penal. Os projetos continuam tramitando na Câmara dos Deputados.
- **Especialização técnica** - Além das questões relacionadas à área jurídica - presidiu a comissão especial do Novo Código de Processo Civil -, o deputado tem atuação de destaque nas pautas sobre direitos do consumidor. É de sua autoria o PLP 521/2018, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros previamente contratados por intermédio de aplicativos.



Fernanda Melchionna (PSOL-RS)

Deputada, 1º mandato, gaúcha, bibliotecária. Destaca-se como articuladora.

- **Trajatória na vida pública** – Antes de chegar à Câmara dos Deputados, foi vereadora em Porto Alegre (RS) por três mandatos consecutivos. Ativista do movimento estudantil, atuou como coordenadora geral do diretório dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder do PSOL na Câmara dos Deputados, já liderou o partido e é uma das principais opositoras do governo Bolsonaro no Parlamento. Tem dedicado o mandato à defesa dos direitos da mulher, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, da seguridade social e da família. É autora do PLP 193/2020, que institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, nos termos do art. 153, inciso VII, da Constituição Federal, que será destinado ao Programa de Renda Mínima Permanente. É coordenadora da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura.
- **Especialização técnica** – Especialista em História Contemporânea do Brasil, no Parlamento é operadora temática de Direitos Humanos e Minorias. Foi relatora, entre outros, do PL 1506/2019, que estabelece a manutenção temporária do Benefício de Prestação Continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual. É uma das autoras do PL 1826/2020, que prevê um auxílio financeiro aos profissionais de saúde e seus dependentes que tenham ficado incapacitados ou faleceram por conta do coronavírus. O projeto foi aprovado, mas vetado pelo presidente Jair Bolsonaro. A decisão final sobre a manutenção ou não do veto será do Congresso Nacional.



Fernando Coelho Filho (DEM-PE)

Deputado, 4º mandato, pernambucano, administrador. Destaca-se como negociador.

- **Trajatória na vida pública** – Parlamentar de família tradicional no Estado de Pernambuco, é filho do senador Fernando Bezerra Coelho (DEM). É irmão do prefeito de Petrolina (PE), Miguel Coelho, e do deputado estadual, Antônio Coelho.
- **Atuação político-parlamentar** – Parlamentar articulado, atuou como líder partidário, vice-líder de bloco parlamentar e ministro de Minas e Energia do governo Temer. É um dos autores do projeto que deu origem à Lei nº 12.971/2014, que dispõe sobre infração administrativa, crimes de trânsito e normas processuais aplicáveis.
- **Especialização técnica** – Operador temático em infraestrutura, é autor, entre outros, do PL 1457/2020, que disciplina as operações de crédito a serem celebradas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como forma de mitigar os impactos da crise instaurada em razão do Covid-19 perante os grandes empregadores.



Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Deputada, 1º mandato, paranaense, advogada. Destaca-se como debatedora.

- **Trajatória na vida pública** - A trajetória de Gleisi Hoffmann na vida pública teve início dentro do Partido dos Trabalhadores onde atuou como secretária estadual de Mulheres, membro do diretório nacional e presidente da legenda no Paraná. Foi secretária extraordinária de Reestruturação Administrativa de Mato Grosso do Sul e secretária de Gestão da Prefeitura de Londrina. No governo Lula, foi nomeada para o cargo de diretora financeira da Itaipu Binacional. No governo Dilma, exerceu o cargo de ministra da Casa Civil. Exerceu um mandato de senadora da República.

- **Atuação político-parlamentar** - Presidente nacional do PT, foi membro titular da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Integrou a comissão especial da PEC 6/2019, da reforma da Previdência. Vice-líder do partido, também já ocupou a liderança da Minoria na Câmara dos Deputados. No mandato de senadora, desempenhou os cargos de vice-líder do partido e de bloco parlamentar e foi presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. É autora da PEC 48/2019, promulgada como EC 105, que altera o artigo 166 da Constituição Federal para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei do orçamento anual.
- **Especialização técnica** - Os temas relacionados aos direitos das mulheres merecem destaque no mandato. É autora do PLP 109/2019, que altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para estabelecer percentual de vagas destinadas ao preenchimento por mulheres nas eleições proporcionais. Apresentou o PL 370/2019, que dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2020 a 2023.



Gustavo Fruet (PDT-PR)

Deputado, 4º mandato, paranaense, advogado. Destaca-se como formulador.

- **Trajетória na vida pública** - Filho e herdeiro político do ex-prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, iniciou a trajetória na vida pública como vereador de Curitiba. Exerceu três mandatos de deputado federal, quando resolveu retornar à política local para disputar a Prefeitura de Curitiba. Foi eleito, cumprindo o mandato de prefeito entre 2013 a 2016. Nas eleições de 2018, decidiu disputar novo mandato para a Câmara Federal, regressando à Casa legislativa.
- **Atuação político-parlamentar** - Vice-líder da Minoria, foi vice-líder do PDT e membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Compõe a comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico.
- **Especialização técnica** - Mestre em Direito Público e doutor em Direito das Relações Sociais, é formulador qualificado em matérias de segurança, justiça e cidadania e sempre atuou pautado pelos interesses públicos e nacionais. É autor do PLP 179/2020, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para nela incluir o atentado ao livre exercício dos Poderes. Também é autor do PL 3550/2020, que define o crime contra a estabilidade do regime democrático. Foi relator da Subcomissão Especial Cidades Inteligentes, instância da Comissão de Desenvolvimento Urbano, voltada para discutir normas sobre inovações tecnológicas para o conceito de cidades inteligentes, modelo de política pública capaz de integrar e qualificar os serviços públicos de saúde, educação, mobilidade urbana e de gestão. Foi relator da MPV 906/2019, transformada na Lei nº 14.000/2020, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Nos mandatos anteriores, destacou-se como membro da CPMI dos Correios, na qual desempenhou a função de sub-relator de Movimentação Financeira. Presidiu ainda a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Proer.



Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)

Deputado, 3º mandato, paraibano, médico. Destaca-se como articulador.

- **Trajetória na vida pública** – De família tradicional na política paraibana, o pai foi prefeito de Patos (PB), o avô deputado estadual e federal e a avó deputada estadual. No primeiro mandato de deputado federal, foi o mais jovem parlamentar eleito no País.
- **Atuação político-parlamentar** - Desempenhou as funções de vice-líder do partido e de bloco parlamentar na Câmara dos Deputados. Articulador, já presidiu a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e foi presidente da CPI da Petrobras, criada para investigar os desvios de recursos da empresa. É o atual líder do Republicanos na Câmara Federal.
- **Especialização técnica** – É autor da PEC 55/2011, promulgada como Emenda Constitucional (EC) 82, que cria a carreira de agentes de trânsito no sistema de segurança pública e estabelece que a segurança viária compreende educação, engenharia e fiscalização de trânsito, com o objetivo de garantir ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente. Foi relator da PEC 10/2020, promulgada como EC 106, que institui Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Entre outros projetos de sua autoria, destaque para o PL 7467/2014, que assegura ao portador de Diabetes Melito Insulinodependente o direito de concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência em concursos públicos da administração pública federal, e o PL 1569/2011, que trata da obrigatoriedade de os computadores comercializados no Brasil com benefícios fiscais do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal disporem de sistemas que permitam seu uso por portadores de deficiência visual. Os projeto continuam tramitando na Câmara dos Deputados.



ISNALDO BULHÕES JR (MDB-AL)

Deputado, 1º mandato, baiano, advogado. Destaca-se como negociador.

- **Trajetória na vida pública** – Chegou à Câmara Federal com a experiência de vereador em Maceió (AL), e outros cinco mandatos consecutivos de deputado estadual. Membro de família tradicional, é filho do ex-deputado estadual, ex-presidente do Tribunal de Contas de Alagoas e ex-prefeito de Santana do Ipanema (AL), Isnaldo Bulhões.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do MDB na Câmara dos Deputados, já atuou como vice-líder de bloco parlamentar. Na 56ª Legislatura, já foi 3º suplente de secretário da Mesa Diretora da Câmara Federal. Integrante de partido da base do governo Bolsonaro, foi designado relator da MP 996/2020, transformada na Lei nº 14.118/2021, que Institui o Programa Casa Verde e Amarela.
- **Especialização técnica** – Com formação na área jurídica, é um dos signatários, entre outras matérias, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/20021, que altera o artigo 130-A da Constituição Federal no que trata da composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dá outras providências. As mudanças são para que a representação do Ministério Público da União no CNMP passe a ser segmentada entre as carreiras do Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho e Ministério Público Militar, contemplando-se 3 vagas, distribuídos entre esses ramos. A vaga do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) foi suprimida. Concorrerá com os Ministérios Públicos estaduais para a indicação das 3 vagas destinadas a esse segmento.



Ivan Valente (PSOL-SP)

Deputado, 7º mandato, paulista, professor e engenheiro. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** - Iniciou sua trajetória na política participando de lutas populares, de mobilizações da juventude nos anos 60 e do movimento estudantil. Fundador do PT, exerceu dois mandatos de deputado estadual antes de sua primeira eleição para a Câmara dos Deputados. Em 2005, Ivan Valente deixou o PT e ingressou no PSOL, partido pelo qual candidatou-se à Prefeitura de São Paulo em 2008.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual vice-líder da Minoria e vice-líder do PSOL na Câmara dos Deputados, já exerceu o cargo de presidente nacional da legenda. Presidiu a Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto e foi voz ativa no debate do Novo Código Florestal, contra as mudanças propostas pela bancada ruralista. Foi 3º vice-presidente da comissão especial criada para analisar a PEC 196/2012, que dispõe sobre o voto aberto na perda de mandato parlamentar. A matéria continua tramitando na Câmara dos Deputados.
- **Especialização técnica** - Defensor do ensino público e gratuito, é especialista em matéria educacional. É autor do PL 10156/2018, que garante ao estudante da educação básica e superior o direito ao acesso a todas as informações produzidas pela instituição de ensino relacionadas ao vínculo mantido. Foi um dos parlamentares mais aguerridos na luta pela destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação pública. Dedicou-se ao debate de temas nacionais e internacionais, notadamente os que cuidam da consolidação do Bloco do Mercosul. A atuação partidária, no Parlamento e na sociedade, é marcada pela coerência e pelo compromisso com os interesses dos trabalhadores. É um dos autores do PL 3841/2020, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a responsabilidade dos agentes públicos no enfrentamento da pandemia da Covid-19 (Coronavírus). Todas as proposições continuam tramitando na Câmara dos Deputados.



Jandira Feghali (PCDOB-RJ)

Deputada, 7º mandato, paranaense, médica. Destaca-se como debatedora.

- **Trajetória na vida pública** - Com origem no movimento sindical, foi diretora do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Antes da eleição para a Câmara Federal, foi deputada estadual. Também exerceu os cargos de secretária municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Niterói (RJ) e secretária municipal de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder da Minoria, já liderou o PCDOB na Casa e atuou como vice-líder da Oposição. Foi a primeira presidente da Comissão de Cultura, colegiado que permaneceu integrando nesta legislatura. Integrou também a Comissão de Seguridade Social e Família. A deputada coordenou a bancada federal do Rio de Janeiro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Especialista em Previdência, Seguridade Social, Assistência e Saúde, é sempre voz firme e contundente contra o desmonte da Previdência Social, a exemplo do que ocorreu nos debates da PEC 6/2019, promulgada como Emenda Constitucional 103. É autora do PL 3932/2020, transformado na Lei nº 14.151/2021, que determina o afastamento do trabalho presencial de trabalhadoras gestantes enquanto persistir a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública causado pelo Coronavírus.

- **Especialização técnica** - A deputada tem atuação de destaque na área de saúde, defendendo o atendimento universal do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi a relatora do projeto que deu origem à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e é autora da Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014). É também defensora da democratização da comunicação e da cultura, sendo uma das autoras do PL 1075/2020, transformado na Lei nº 14.017/2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública do Covid-19.



José Guimarães (PT-CE)

Deputado, 4º mandato, cearense, advogado. Destaca-se como articulador.

- **Trajetória na vida pública** - Iniciou sua atividade política como diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e chefe de gabinete da Prefeitura de Fortaleza (CE). Antes da eleição para a Câmara Federal, foi deputado estadual por três mandatos. Dirigente histórico do PT, já presidiu o partido no Estado, atuou como 2º vice-presidente do diretório nacional e foi um dos coordenadores das campanhas presidenciais do PT em 1989 e 2002.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder da Minoria, faz oposição qualificada ao governo Bolsonaro. Foi líder da Oposição ao governo Temer na Câmara dos Deputados. Atuou como líder e vice-líder dos governos Lula e Dilma na Casa e também exerceu os cargos de líder e vice-líder do PT, de coordenador da bancada cearense no Congresso Nacional e de presidente da Subcomissão do Nordeste. Integra a comissão especial da PEC 391/2017, que trata do Fundo de Participação dos Municípios. Foi relator em plenário da MP 986/2020, transformada na Lei nº 14.036/2020, que estabelece formas de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio à cultura durante o estado de calamidade pública do Coronavírus.
- **Especialização técnica** - Desempenhou importantes missões nos governos do PT, entre as quais a relatoria da MP 527/2011, transformada na Lei nº 12.462/2011, que criou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para as Copas das Confederações (2013), do Mundo (2014), as Olimpíadas e as Paralimpíadas (2016). Foi presidente da Comissão Mista da MP 595/2012, transformada na Lei nº 12.815/2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Foi também relator do grupo de trabalho para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma da legislação tributária nacional.



Kim Kataguirí (DEM-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, escritor. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** - Fundador e coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL), a eleição para a Câmara Federal marcou o início da trajetória política do parlamentar.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder do DEM. É também coordenador da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado e foi membro titular da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. É 2º vice-presidente da comissão especial destinada a discutir a adoção, para todas as polícias, da competência legal para investigação (CEPOLICI). Integrou a comissão especial do PL 8045/2010, sobre o Código de Processo Penal, e compõe a comissão especial que trata de parcerias público-privadas (PL 3453/2008). Os projetos continuam tramitando na Câmara dos Deputados.

- **Especialização técnica** - Com uma agenda focada no liberalismo econômico, no empreendedorismo e na desestatização, é coordenador e relator do grupo de trabalho que estuda novas regras para o licenciamento ambiental. Entre as proposições de sua autoria, destaque para o PL 986/2019, que estabelece pena mínima de 25 anos de prisão a partir da terceira reincidência na prática de crimes considerados graves, como os dolosos contra a vida e os hediondos. É também autor do PL 2132/2021, que tipifica a conduta de ingressar em estabelecimento prisional com petrechos para uso de telefone celular e outros aparelhos de comunicação. Os projetos tramitam nas comissões permanentes da Câmara Federal.



Laercio Oliveira (PP-SE)

Deputado, 4º mandato, pernambucano, empresário. Destaca-se como articulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Com origem no movimento sindical patronal, foi presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação (SEAC) de Sergipe, diretor e presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).
- **Atuação político-parlamentar** - Vice-líder do PP, já atuou como vice-líder de partido e também como vice-líder da Minoria. Foi membro titular da Comissão de Turismo e da Comissão de Minas e Energia. No âmbito deste último colegiado, funciona a Subcomissão Permanente de Óleo e Gás, que teve o deputado Laercio Oliveira como relator. Idealizou e foi o primeiro presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, colegiado do qual atualmente é coordenador. Também é coordenador da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Mercado Imobiliário. Presidiu a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.
- **Especialização técnica** - Um dos principais interlocutores do setor empresarial no Congresso Nacional, prioriza no mandato os temas de relações de trabalho, desenvolvimento socioeconômico do Estado, inclusão social e turismo. Foi relator do PL 4476/2020, transformado na Lei nº 14.134/2021, que dispõe sobre medidas para fomentar a Indústria de Gás Natural e altera a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009. Entre os projetos de sua autoria, destaque para o que determina a informação, na nota fiscal, da quantidade de tributos aplicados no preço final dos produtos. O teor dessa proposição foi considerado na redação da Lei nº 12.741/2012. A defesa de uma reforma tributária no Brasil é outra forte bandeira de atuação do parlamentar.



Lincoln Portela (PL-MG)

Deputado, 6º mandato, mineiro, radialista. Destaca-se como articulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Além da experiência na Câmara Federal, foi secretário municipal adjunto de Esportes de Belo Horizonte (MG).
- **Atuação político-parlamentar** - Em sua atuação, o deputado exerceu o cargo de líder e vice-líder de partido e de bloco parlamentar. Foi presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados e 1º vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. É coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Guardas Municipais e da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Penitenciários.
- **Especialização técnica** - O deputado é um dos operadores temáticos da Câmara Federal na área de segurança pública. Comunicador e graduado em teologia, é uma liderança da bancada evangélica na Câmara Federal. Coordenou a Frente Parlamentar voltada para regulamentar a educação domiciliar e presidiu a Frente

Parlamentar de Combate à Obesidade. Foi relator do PL 7645/2014, transformado na Lei nº 13.967/2019, que altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que extingue a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, dos estados, dos territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Relatou também o PL 5826/2016, transformado na Lei nº 13.663/2018, que acrescenta incisos IX e X ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o combate a todas as formas de violência e a promoção de cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.



Luciano Bivar (PSL-PE)

Deputado, 3º mandato, pernambucano, administrador. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** – Presidente nacional do PSL, foi candidato do partido à Presidência da República em 2006 e apoiou a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018. Vinculado ao futebol, foi presidente do Sport Clube de Recife seis vezes.
- **Atuação político-parlamentar** – É 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Na gestão de Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi 2º vice-presidente da Mesa.
- **Especialização técnica** – Bacharel em Direito com pós-graduação em Educação Financeira e em Direito Comparado, é defensor da criação do imposto único federal como proposta para a reforma tributária. É autor, entre outras matérias, do PL 1369/2021, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para permitir a utilização da assinatura digital com vistas à filiação partidária, e a obrigatoriedade da guarda de documentos físicos por até cinco anos. O projeto tramita na Câmara dos Deputados.



LUIZA CANZIANI (PTB-PR)

Deputada, 1º mandato, paranaense, advogada. Destaca-se como articuladora.

- **Trajatória na vida pública** – Filha do ex-deputado federal Alex Canziani (PTB-PR), foi eleita a deputada federal mais jovem do Brasil, com apenas 22 anos. Chegou à Câmara dos Deputados sem experiência em outros mandatos políticos.
- **Atuação político-parlamentar** – Na Câmara dos Deputados, foi presidente da Comissão Permanente da Defesa dos Direitos da Mulher e sub-relatora da Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu planejamento estratégico. Já atuou como vice-líder de bloco parlamentar na Câmara Federal.
- **Especialização técnica** – Prioriza no mandato a defesa dos direitos das mulheres, a melhoria dos municípios e da educação, tendo sido designada relatora da MP 934/2020, transformada na Lei nº 14.040/2020, que cria novas regras para o ano letivo de 2020. Foi relatora também do PL 5606/2019, que altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para vedar a divulgação de dados profissionais de mulheres vítimas de violência doméstica. É autora da PEC 24/2019, que acrescenta inciso V ao § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para excluir despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias.



LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, comerciário. Destaca-se como articulador.

- **Trajetória na vida pública** – Parlamentar oriundo do movimento sindical, é presidente da Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).
- **Atuação político-parlamentar** – Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder de bloco parlamentar. É presidente da comissão especial do Código de Trânsito Brasileiro e 3º vice-presidente da comissão especial criada para analisar o PL 1646/2019, que dispõe sobre devedor contumaz. Voz ativa em defesa dos trabalhadores, é autor, entre outros, do PDL 428/2019, que susta a aplicação da Portaria 604/2019, que dispõe sobre a autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o artigo 68, parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como do PL 2416/2020, que permite a movimentação das contas vinculadas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores que tiverem seus salários diminuídos devido à redução da jornada de trabalho ou à suspensão do contrato de trabalho durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Foi designado relator em plenário do PL 3887/2020, do Poder Executivo, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), e altera a legislação tributária federal. A proposta original do governo é de que a CBS incidirá apenas sobre a receita decorrente do faturamento empresarial, ou seja, sobre as operações realizadas com bens e serviços em sentido amplo. Supera-se, assim, a controversa tributação incidente sobre a receita total, implementada em 1998, com a publicação da Lei nº 9.718/1998, e reproduzida posteriormente quando da instituição da apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
- **Especialização técnica** – É bacharel em Administração de Empresas e em Ciências Contábeis com vasta experiência e vivência no meio sindical. É autor do PL 1199/2021, que dispõe sobre a destinação de valores da contribuição social do Sistema S do comércio (SESC - Decreto-Lei 9.853/1946) para aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a Covid-19 e sobre o protocolo de cooperação entre CNC e CNTC. É também autor do PL 5480/2020, que inclui os trabalhadores do comércio na relação de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública. Os projetos tramitam na Câmara dos Deputados.



Luiza Erundina (PSOL-SP)

Deputada, 6º mandato, paraibana, assistente social. Destaca-se como debatedora.

- **Trajetória na vida pública** - Antes do ingresso no Parlamento, foi secretária de Educação de Campina Grande (PB), única função pública que assumiu em sua cidade natal. Em São Paulo, foi vereadora, deputada estadual e prefeita. Exerceu também o cargo de ministra da Administração Federal no governo Itamar Franco.
- **Atuação político-parlamentar** – Nesta legislatura, foi membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Atualmente, é 1ª vice-presidente da Comissão de Legislação Participativa. Exerceu o cargo de 3ª suplente da Mesa Diretora da Câmara, de vice-líder e de líder de partido. Foi a primeira presidente da Comissão de Legislação Participativa. Coordenou a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular e a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular.

- **Especialização técnica** - Mestre em Ciências Sociais com diversas especializações na área, é uma das principais lideranças femininas no Congresso Nacional. É também a grande referência do Legislativo federal em matéria de participação popular, democracia direta e de controle social. Vinculada às lutas democráticas, é uma parlamentar de visão nacional. Prioriza a defesa da ética na política, os direitos humanos e a democratização dos meios de comunicação. É autora, entre outras matérias, da Emenda Constitucional 90/2015, que introduz o transporte como direito social na Constituição da República Federativa do Brasil. Foi relatora na Câmara dos Deputados do PL 3932/2020, transformado na Lei nº 14.151/2021, que dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante o estado de calamidade pública do Coronavírus reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.



Marcelo Freixo (PSB-RJ)

Deputado, 1º mandato, carioca, professor. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** - Antes de ingressar na política, já atuava como militante em direitos humanos, coordenando, por exemplo, projetos educativos no sistema penitenciário. Em 2006, elegeu-se deputado estadual, exercendo três mandatos consecutivos. Foi duas vezes candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, disputando o 2º turno no pleito de 2016.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual líder da Minoria, já atuou como vice-líder do PSOL e da Minoria na Câmara dos Deputados. Foi o candidato de Oposição de esquerda à presidência da Casa para o biênio 2019-2021. Foi membro titular da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Integra a comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico. Após 16 anos de militância no PSOL, deixou o partido para se filiar ao PSB em junho de 2021.
- **Especialização técnica** - A redução das desigualdades e a promoção da cidadania são prioridades do mandato parlamentar. Por sua experiência na área da segurança pública e enfrentamento ao crime organizado, é coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular. Participou do grupo de trabalho que analisou o pacote de medidas para reduzir a criminalidade, idealizado pelo ex-ministro da Justiça Sergio Moro. É autor do PL 4093/2019, que dispõe sobre mecanismos de avaliação de impactos ambientais. É um dos autores do PL 1075/2020, sancionado como Lei nº 14.017/2020, que dispõe sobre ações emergenciais para a cultura durante o estado da pandemia do Covid-19.



Marcelo Ramos (PL-AM)

Deputado, 1º mandato, amazonense, advogado. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** - O parlamentar chegou à Câmara Federal com a experiência de mandatos como vereador de Manaus e deputado estadual. Foi subsecretário municipal de Esportes, chefe de gabinete do Ministério do Esporte e presidente do Instituto Municipal de Transporte Urbano em Manaus.
- **Atuação político-parlamentar** - Em sua estreia no Parlamento, assumiu o cargo de 1º vice-líder do PL e de bloco parlamentar. É o atual 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Outra missão importante nesta legislatura, a qual cumpriu com muita desenvoltura, foi a presidência da comissão especial da reforma da Previdência, promulgada como Emenda Constitucional

103. É presidente da comissão especial sobre subsídios tributários, financeiros e creditícios. Presidiu a comissão especial da PEC 199/2019, da prisão em 2ª instância.

- **Especialização técnica** – Advogado com pós-graduação em Direito Processual Civil e bacharel em Relações Governamentais, atua com prioridade no Parlamento em favor de temas relacionados à integração nacional, desenvolvimento regional e da Amazônia. Entre os projetos sob sua relatoria, destaque para o PL 10756/2018, que inclui os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte na jurisdição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). É coordenador da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Regional Sustentável e da Frente Parlamentar em Defesa da Sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social e da Competitividade do Mercado de Capitais.



Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

Deputado, 1º mandato, capixaba, advogado. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Presidente nacional do REPUBLICANOS, antigo PRB, foi ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços no governo de Michel Temer. É bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus.
- **Atuação político-parlamentar** – Após estrear na Câmara Federal, foi eleito 1º vice-presidente da Mesa Diretora. Na atual legislatura, é 1º vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). É coordenador da Frente Parlamentar Mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção; da Frente Parlamentar Mista do Trabalho, Emprego e Renda; e da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Indústria Elétrica e Eletrônica. Também é presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Israel.
- **Especialização técnica** - Empreendedorismo, reforma tributária, enxugamento da máquina pública são temas prioritários na agenda do parlamentar. É autor do PLP 143/2019, que impede o contingenciamento de recursos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão vinculado ao Ministério da Economia que faz o registro de marcas e patentes em uso no País.



MARGARETE COELHO (PP-PI)

Deputada, 1º mandato, advogada. Destaca-se como formuladora.

- **Trajatória na vida pública** - Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de mandato de deputada estadual e de vice-governadora do Piauí. No Estado, ocupou diversos cargos públicos e de representação de classe, como a de procuradora da Assembleia Legislativa, coordenadora do Núcleo de Treinamento da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, de subsecretária de Justiça, de subsecretária da Administração, e de conselheira federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- **Atuação político-parlamentar** – Parlamentar articulada e com bom trânsito na Câmara dos Deputados, é vice-líder do PP. Foi designada relatora do grupo de trabalho da reforma da legislação eleitoral. É coordenadora de outros dois grupos de trabalho: o da legislação penal e processual penal e o do anteprojeto do novo código de processo penal. É presidente da comissão especial da PEC 24/2019, que dispõe sobre despesas das instituições federais de ensino.
- **Especialização técnica** – Com boa formação acadêmica, é tecnóloga em construção civil, advogada com diversas especializações e mestre em direito. Professora universitária, é autora de livros e artigos com a temática de direito eleitoral, direito

constitucional, direitos humanos, representação feminina na política, direitos humanos e cidadania.



Orlando Silva (PCDOB-SP)

Deputado, 2º mandato, baiano, cientista social. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Iniciou sua carreira na vida política como militante estudantil. Participou e liderou movimentos importantes como a campanha dos “Caras Pintadas” e foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Exerceu o cargo de ministro do Esporte no governo Lula. Antes de assumir a titularidade da Pasta, já havia atuado como secretário nacional de Esporte, secretário nacional de Esporte Educacional e secretário-executivo.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual vice-líder do PCDOB, já desempenhou as funções de líder da Oposição na Câmara dos Deputados e de vice-líder do governo Dilma. Nesta legislatura, assumiu o cargo de secretário de Participação, Interação e Mídias Digitais da Câmara Federal. É 1º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDH). Foi presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e também exerceu o cargo de 1º vice-presidente deste colegiado temático. Presidiu o diretório estadual do PCDOB em São Paulo. Foi relator da MP 936/2020, transformada na Lei nº 14.020/2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública do Covid-19.
- **Especialização técnica** - É relator da comissão especial que analisa proposições sobre concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios. Também relata, na comissão especial, a PEC 17/2019, que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e fixa a competência privativa da União para legislar sobre a proteção e tratamento de dados pessoais. Integra a comissão especial do PL 3453/2008, que trata das parcerias público privadas, e a comissão especial do PL 8045/2010, que examina o Código de Processo Penal. Foi relator do projeto de lei (PL 8456/2017), que deu origem à Lei nº 13.670/2018, dispondo sobre a reoneração da folha de pagamento.



Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)

Deputado, 4º mandato, mineiro, advogado. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** - Ingressou na Câmara dos Deputados com vasta experiência na área jurídica adquirida como advogado militante por quase 20 anos antes de sua primeira eleição em 2006. Ocupou o cargo de Juiz Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG).
- **Atuação político-parlamentar** - Atual presidente do PSDB em Minas Gerais, cargo que ocupa pela segunda vez. É vice-líder do partido na Câmara Federal. Nos quatro mandatos parlamentares, exerceu diversas funções, dentre elas, foi o 1º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Por vários anos, foi vice-líder do PSDB na Câmara Federal e líder da Oposição (Minoria) ao governo Dilma Rousseff em 2011. Foi vice-presidente da CPI que investigou escutas telefônicas clandestinas/ilegais e da comissão especial que analisou o mérito da PEC 130/2007, que revoga dispositivos que garantem a prerrogativa de foro privilegiado. Relatou, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e Plenário, o voto vencedor que derrubou a autorização para a abertura de processo penal e o consequente afastamento do ex-presidente da República Michel Temer. Foi relator do PL 7448/2017, transformado na

Lei nº 13.665/2018, que inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

- **Especialização técnica** – Advogado e mestre em Master in Business Administration – MBA, é autor e relator de diversas proposições na área do Direito, como o PL 3628/2008, que altera o Estatuto da Advocacia da OAB para permitir a inscrição como estagiário do estudante de Direito, a partir do 5º período, e o PL 2701/2020, que altera a definição dos crimes contra o sistema financeiro. Os projetos tramitam na Câmara Federal. É um dos operadores temáticos do Parlamento nas áreas de Justiça, Segurança e Cidadania e foi membro de todos os grupos de trabalho de revisão da legislação do Direito Penal e Processo Penal. Atuou no grupo de trabalho que discutiu o pacote anticrime na Câmara dos Deputados.



Paulo Pereira da Silva (SOLIDARIEDADE-SP)

Deputado, 4º mandato, paranaense, metalúrgico. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Uma das mais importantes lideranças do movimento sindical do País, foi secretário-geral e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. É presidente da Força Sindical.
- **Atuação político-parlamentar** - Foi membro titular da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Fundador e presidente nacional do SOLIDARIEDADE, foi 1º vice-líder do partido na Câmara Federal. Já atuou como líder e vice-líder de partido e de bloco parlamentar. Presidiu a comissão especial destinada a estudar e apresentar propostas relacionadas ao financiamento da atividade sindical. Em sua trajetória na Câmara dos Deputados, destaca-se o protagonismo nas negociações do acordo histórico para a definição de uma política permanente de reajuste do salário mínimo.
- **Especialização técnica** – Nesta legislatura, recebeu a missão de relatar o PL 1321/2019, que garante a autonomia dos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios. O texto foi transformado na Lei nº 13.831/2019.



Paulo Pimenta (PT-RS)

Deputado, 5º mandato, gaúcho, jornalista. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** - Iniciou a trajetória política como vereador, deputado estadual e vice-prefeito de Santa Maria (RS), sua principal base eleitoral, onde também atuou como secretário-geral e secretário de Finanças. Na Assembleia Legislativa do Estado, foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Combate ao Crime Organizado. Um dos fundadores do PT no Rio Grande do Sul, presidiu os diretórios municipal e estadual do partido.
- **Atuação político-parlamentar** – Foi líder do PT na Câmara dos Deputados, presidente e 1º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, além de presidente da Comissão de Legislação Participativa. Presidiu a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e já desempenhou a função de coordenador da bancada gaúcha no Congresso Nacional. É atualmente vice-líder do partido na Casa.
- **Especialização técnica** – Quando líder do PT, maior partido de Oposição da Câmara dos Deputados ao governo Bolsonaro, conduziu a resistência às pautas governamentais, especialmente nos assuntos relacionados aos direitos econômicos e sociais: a defesa da Previdência, da educação pública, da saúde pública, do pré-sal e da soberania nacional. É autor da PEC 416/2005, promulgada como

Emenda Constitucional 71, que institui o Sistema Nacional de Cultura. É um dos autores do PL 3917/2020, que altera a Lei nº 9.478/1997, da política energética nacional, para tipificar o crime de criação irregular de empresas subsidiárias, destinadas à privatização, por meio de fraude à decisão judicial ou descumprimento de determinação constitucional. O projeto tramita na Câmara dos Deputados. É presidente da Comissão Externa das Eleições na Venezuela.



Paulo Teixeira (PT-SP)

Deputado, 4º mandato, paulista, advogado. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** - Político experiente, foi administrador regional de São Miguel Paulista (SP) no governo de Luiza Erundina, deputado estadual, vereador, secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo e diretor-presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo no governo de Marta Suplicy.
- **Atuação político-parlamentar** – Atualmente é vice-líder da Oposição ao governo Bolsonaro. É 3º vice-presidente da comissão especial do PL 8045/2010, sobre o Código de Processo Penal. Em legislaturas anteriores, atuou como vice-líder e líder do PT na Câmara dos Deputados e também como vice-líder do governo petista. Foi o principal interlocutor do governo na discussão e aprovação do Marco Regulatório dos Resíduos Sólidos.
- **Especialização técnica** - Parlamentar experiente nas matérias relacionadas à segurança pública, desempenha papel de destaque como integrante do grupo de trabalho que analisa alterações na legislação penal e processual penal. É presidente da comissão especial do PL 399/2015, que busca viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis Sativa em sua formulação. Foi relator-geral da comissão especial criada para proferir parecer ao projeto que deu origem ao Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Operador temático da área de Amazônia e Meio Ambiente, é coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia.



Perpétua Almeida (PCDOB-AC)

Deputada, 4º mandato, acreana, professora e bancária. Destaca-se como debatedora.

- **Trajatória na vida pública** – Parlamentar vinculada ao movimento sindical e social, foi diretora e presidente do Sindicato dos Bancários do Acre e presidente da União Municipal de Associação de Moradores de Cruzeiro do Sul (AC). Chegou à Câmara dos Deputados após ter sido vereadora em Rio Branco (AC).
- **Atuação político-parlamentar** – Atual vice-líder da Oposição, já atuou como líder do PCDOB e vice-líder de bloco parlamentar na Câmara dos Deputados. É coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Fortalecimento da Cooperação entre os Países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). É também presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã. Articulada, já foi designada para importantes missões do partido, como a presidência e a 1ª vice-presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Presidiu a comissão especial de catástrofes climáticas, foi 1ª vice-presidente da Comissão de Amazônia e Desenvolvimento Regional, 2ª vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e 3ª vice-presidente da CPI da Biopirataria. Voz ativa na defesa das minorias, tem se posicionado a favor da prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600 enquanto perdurar a pandemia. Para tanto, argumenta a parlamentar, o governo foi autorizado, com o decreto de

calamidade pública e o orçamento de guerra, a gastar o que for necessário para proteger vidas, empresas, gerar emprego e renda.

- **Especialização técnica** – Vinculada à educação, defendeu a aprovação do PL 1079/2020, transformado na Lei nº 14.024/2020, que suspende a cobrança das parcelas do Fies durante a pandemia do Coronavírus. A parlamentar mantém como bandeira de seu mandato a anistia do Fies porque os alunos formados pelo programa não têm encontrado emprego, mas a dívida permanece. É autora do PL 3857/2020, que dispõe sobre plataforma virtual pública de aprendizagem de ensino à distância de código aberto a ser utilizada pelas redes públicas e privadas da educação básica, para o desenvolvimento de educação à distância para alunos e professores. É coordenadora do Grupo de Trabalho (GT-5G), destinado a avaliar e acompanhar os impactos da implantação da tecnologia 5G no Brasil e propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações.



PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV-DF)

Deputado, 1º mandato, brasiliense, professor e cientista político. Destaca-se como articulador.

- **Trajétoria na vida pública** – Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de dois mandatos consecutivos de deputado distrital. Nesses mandatos, articulou, relatou e aprovou a Lei Geral dos Concursos Públicos no DF, que obriga a nomeação dos aprovados dentro do número de vagas do concurso. Foi assessor especial da Juventude da Secretaria de Justiça do Distrito Federal e secretário-adjunto do Trabalho do governo do DF. É bastante conhecido em Brasília, no DF e no Brasil como professor de História e Atualidades em preparatórios para vestibulares e concursos no qual lecionou, bem como no projeto “Bora Vencer”, do qual é fundador, e é o maior preparatório de vestibulares gratuito do País. Também foi um dos idealizadores do Brasília Sem Fronteiras, programa que oportunizou para mais de 1000 estudantes de escolas públicas estudarem nos Estados Unidos, França, Holanda, Áustria e Espanha.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder do PV na Câmara dos Deputados, é sub-relator da Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu planejamento estratégico. É um dos autores do PL 3477/2020, transformado na Lei nº 14.172/2020, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) e presidente da Frente Parlamentar Mista de Educação.
- **Especialização técnica** – Operador temático da área da educação, foi designado 1º vice-presidente da comissão especial da PEC 24/2019, que exclui despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias. É um dos autores do PL 4372/2020, transformado na Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.



Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)

Deputada, 3º mandato, goiana, professora. Destaca-se como formuladora.

- **Trajectoria na vida pública** – Parlamentar da educação, tem vasta prestação de serviços na área educacional para governos estaduais, federal e entidades de classe. Foi conselheira estadual de educação, presidente de câmara de ensino superior, membro intergovernamental e técnico, além de fundadora da organização “Todos pela Educação”, que busca assegurar educação pública de qualidade para todos os cidadãos.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, já desempenhou as funções de vice-líder do DEM e de bloco parlamentar na Câmara dos Deputados. É coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Educação. Foi relatora na comissão especial da PEC 15/2015, promulgada como Emenda Constitucional 108, que tornou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) instrumento permanente de financiamento do governo para a educação pública. Exerceu o cargo de coordenadora-geral da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Foi relatora do PL 7874/2017, transformado na Lei nº 13.715/2018, que dispõe sobre a perda do poder familiar em caso de feminicídio, de lesões gravíssimas e abuso sexual contra filhos. Também foi relatora do PL 2508/2020, sancionado como Lei nº 14.171/2021, que altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
- **Especialização técnica** – Graduada em Pedagogia, Especialista em Alfabetização e Mestre em Educação Escolar, destaca-se como formuladora de políticas públicas para a área. É autora do PL 3562/2020, que altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, para incluir, nas Câmaras do Conselho Nacional de Educação, representantes de entidades que congregam, respectivamente, gestores estaduais e municipais da educação e gestores das instituições federais de educação superior. O projeto aguarda criação de comissão especial na Câmara dos Deputados.



Renildo Calheiros (PCDOB-PE)

Deputado, 4º mandato, alagoano, geólogo. Destaca-se como articulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Com origem no movimento estudantil, assumiu a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Durante sua gestão, foi aprovado o projeto de legalização da entidade no período pós Ditadura Militar. Foi vereador de Recife (PE). Parlamentar experiente, retornou à Câmara Federal após exercer dois mandatos consecutivos de prefeito de Olinda (PE).
- **Atuação político-parlamentar** – Atual líder do PCDOB, foi membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Comissão do Esporte e da comissão especial da PEC 45/2019, sobre a reforma tributária. Em mandatos anteriores, foi vice-líder do governo Lula, líder da bancada do PCDOB e de bloco parlamentar. É um dos autores da PEC 416/2005, promulgada como Emenda Constitucional 71/2012, que acrescenta o artigo 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.
- **Especialização técnica** – Geólogo, foi relator do PL 4615/2004, transformado na Lei nº 11.046/2004, que dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). É autor do PL 1893/2019, que cria o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (FUNPHAN) para a execução de ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado pela União e pelos estados. Voz ativa na defesa dos

trabalhadores, é autor do PL 3954/2020, que dispõe sobre a proteção e assegura direitos básicos aos trabalhadores de entrega de mercadorias por aplicativos, meios telemáticos e informatizados. É também autor do PL 3480/2020, que inclui a COVID-19 na Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho e estabelece condições especiais para as pessoas contaminadas pelo Coronavírus.



Ricardo Barros (PP-PR)

Deputado, 6º mandato, paranaense, empresário. Destaca-se como negociador.

- **Trajectoria na vida pública** - Iniciou a trajetória política como prefeito de Maringá (PR), sua principal base eleitoral. Foi também secretário estadual de Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul no governo do Paraná. Presidiu o Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico. Integrou o primeiro escalão do governo Temer como ministro da Saúde, cuja gestão, na lógica do ajuste fiscal, foi pautada na economia e na eficiência.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, foi um dos candidatos à presidência da Casa para o biênio 2019-2021. Integra a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Coordena a Frente Parlamentar da Indústria Pública de Medicamentos, a Frente Parlamentar da Informatização na Saúde e a Frente Parlamentar pela Formação dos Agentes Comunitários de Saúde. É vice-presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga as Fake News. Desempenhou importantes missões na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, ao assumir postos estratégicos na Câmara Federal. Foi vice-líder do governo Dilma na Câmara dos Deputados, quando também exerceu o cargo de relator-geral do Orçamento de 2016. Ocupou ainda os cargos de vice-líder e líder do governo FHC no Congresso Nacional e vice-líder dos governos Lula e Bolsonaro na Câmara dos Deputados.
- **Especialização técnica** - Especialista em orçamento, é autor da Resolução 1/2006, que modernizou a tramitação das matérias orçamentárias, e do livro “De Olho no Dinheiro do Brasil”. Parlamentar de visão nacional, na Câmara dos Deputados, já presidiu diversas frentes parlamentares como a Municipalista, a das Agências Reguladoras, a Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável e a Nacional em Defesa da Indústria Têxtil e do Vestuário.



RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)

Deputado, 4º mandato, mineiro, advogado. Destaca-se como negociador.

- **Trajectoria na vida pública** – Antes de assumir mandato na Câmara dos Deputados, foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Belo Horizonte (MG). Na iniciativa privada, atuou como advogado em importantes escritórios.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, já atuou como vice-líder partidário e de bloco parlamentar. No primeiro mandato federal, foi nomeado secretário-geral do PSDB e designado para importantes missões do partido como a presidência da Comissão de Minas e Energia, tendo se destacado na discussão de políticas para o setor energético, a 2ª vice-presidência da comissão especial do PL 37/2011, da Mineração, a 2ª vice-presidência da comissão especial da PEC 558/2006, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e a relatoria do PL 1983/2015, que dispõe sobre o teto remuneratório para cartórios. Foi relator da Medida Provisória 915/2019, transformado na Lei nº 14.011/2020, que aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União.

- **Especialização técnica** – Advogado e administrador de empresas, tem mestrado em Gestão Estratégica das Organizações. Entre as prioridades do mandato, destaque para a defesa do municipalismo. É relator de diversos projetos voltados para a discussão e o aprimoramento do setor energético nacional.



Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Deputado, 6º mandato, nascido no Chile, com nacionalidade brasileira, bancário. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - De família tradicional na política do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira na vida pública em 1997 como secretário municipal de Governo. É filho do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia.
- **Atuação político-parlamentar** – Ex-presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o protagonismo na condução da reforma da previdência e de outras matérias que coincidiam com a agenda proposta pela equipe econômica do governo Bolsonaro. Parlamentar experiente, presidiu a Comissão de Viação e Transportes, a Comissão de Trabalho e foi 2º vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação. Ex-presidente nacional do Democratas, ocupou a liderança do partido na Casa. Em 2015, foi presidente e relator da proposta de reforma política e da comissão especial que analisou a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União, a DRU. Já atuou como vice-presidente da Comissão Representativa do Congresso Nacional.
- **Especialização técnica** - Prioriza, em sua atuação, medidas de ajuste fiscal, com destaque às reformas previdenciária, tributária e administrativa. Defende a elaboração de um novo pacto federativo, para aliviar as dívidas de estados e municípios.



Rubens Bueno (CIDADANIA-PR)

Deputado, 5º mandato, paranaense, professor. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** - Político experiente, além de secretário de Justiça, Trabalho e Ação Social do Estado do Paraná, foi deputado estadual e prefeito de Campo Mourão (PR).
- **Atuação político-parlamentar** – Presidente do CIDADANIA no estado do Paraná, foi líder do partido na Câmara Federal. Já atuou como vice-líder de partido e de bloco parlamentar. É 1º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Parlamentar com bom trânsito no Congresso, é reconhecido pelos seus pares por ser um habilidoso negociador e formulador qualificado. Já presidiu o Grupo Parlamentar Brasil-Itália.
- **Especialização técnica** – Formado em Letras, foi coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Cruz Vermelha. É autor, entre outros, do PLP 242/2013, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para estabelecer condições para a realização de transferências voluntárias da União às entidades de direito privado e de utilidade pública, e relator da comissão especial do PL 6726/2016, sobre o teto remuneratório. Com atuação de destaque no combate à corrupção e ao crime organizado, é autor da PEC 142/2012, que acaba com o Foro Privilegiado para todos, e da PEC 163/2012, que extingue o privilégio da aposentadoria compulsória para magistrados envolvidos em corrupção. Todas as proposições continuam tramitando na Câmara dos Deputados.



Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE)

Deputado, 1º mandato, pernambucano, pedagogo. Destaca-se como articulador.

- **Trajetória na vida pública** - Iniciou a trajetória política como vereador de Recife. Em 2007, elegeu-se para a Assembleia Legislativa de Pernambuco, cumprindo três mandatos consecutivos de deputado estadual. É filho do ex-deputado federal Silvio Costa.
- **Atuação político-parlamentar** – Em seu primeiro mandato, tem atuado como vice-líder partidário e de bloco parlamentar na Câmara dos Deputados. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Pacto Federativo. Assumiu a 1ª vice-presidência da comissão especial da PEC 6/2019, da reforma da previdência, dividindo com o presidente Marcelo Ramos as responsabilidades de conduzir o colegiado. Integra a comissão especial da PEC 391/2017, que trata do Fundo de Participação dos Municípios, um dos assuntos prioritários na atuação do parlamentar. Foi relator do PL 4731/2019, transformado na Lei nº 14.053/2020, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas localizadas nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Amapá na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).
- **Especialização técnica** – Integrante da base do governo Bolsonaro, foi designado para importantes missões como a relatoria da PEC 48/2019, promulgada como Emenda Constitucional 105, que autoriza a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei do orçamento anual. Foi também relator do PLP 19/2019, transformado na Lei Complementar nº 179/2021, que define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores.



Tabata Amaral (PDT-SP)

Deputada, 1º mandato, paulista, cientista política. Destaca-se como formuladora.

- **Trajetória na vida pública** - Ativista pela educação, é co-fundadora dos movimentos Mapa Educação e Acredito. Estreou na Câmara Federal como uma das revelações políticas entre os jovens eleitos para o Parlamento no pleito de 2018.
- **Atuação político-parlamentar** – Nesta legislatura, já exerceu atribuições como vice-líder do PDT. Foi membro titular da Comissão de Educação, assumindo a relatoria da comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu planejamento estratégico. É relatora da comissão externa destinada a avaliar e monitorar as políticas públicas ambientais, a qualidade de sua execução e seus impactos socioeconômicos, com vistas a propor políticas para a integração de meio ambiente e economia nacional, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente, da Economia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Relações Exteriores. Também é relatora da comissão especial da PEC 24/2019, que exclui despesas de instituições federais de ensino, nos termos especificados, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias. Integrou a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e atuou como 3ª coordenadora adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.
- **Especialização técnica** – Cientista política e astrofísica formada em Harvard (EUA), é operadora temática na área de educação e prioriza no mandato políticas públicas que priorizem o ensino público de qualidade, direitos das mulheres e diversidade na política. É 2ª secretária adjunta da Secretaria da Juventude na Câmara dos Deputados e também coordenadora da Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher.



Tadeu Alencar (PSB-PE)

Deputado, 2º mandato, pernambucano, procurador da fazenda nacional. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** - Antes da eleição para a Câmara Federal, primeiro pleito que disputou, exerceu os cargos de Procurador-Geral do Estado de Pernambuco e secretário da Casa Civil no governo de Eduardo Campos. Na Procuradoria da Fazenda Nacional, atuou como Procurador Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região e Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder da Oposição, já atuou como líder e vice-líder do PSB na Câmara Federal. É membro titular da comissão especial da PEC 45/2019, da reforma tributária, e da comissão especial sobre subsídios tributários e creditícios. É presidente de duas importantes comissões na Câmara dos Deputados: a que discute alterações na Lei da Improbidade Administrativa (PL 10887/2018) e a comissão do Devedor Contumaz (PL 1646/2019), que trata de aprimorar a recuperação de crédito da Dívida Ativa da União. É autor da PEC 401/2018, que tramita na Câmara Federal e trata de novas formas de investidura de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Foi um dos principais interlocutores da Oposição no debate da PEC 6/2019, da reforma da Previdência, promulgada como Emenda Constitucional 103/2019.
- **Especialização técnica** - O deputado vem conduzindo o mandato prioritariamente em defesa de questões como a reforma tributária, a reforma do Estado e o combate à precarização das relações de trabalho. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual Brasileiros. É autor do PL 3092/2020, que institui o adicional de insalubridade de combate ao Coronavírus aos profissionais de saúde, agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias durante o período de estado de calamidade pública. Esse projeto continua tramitando na Câmara dos Deputados. É também um dos autores do PL 3792/2015, que deu origem à Lei nº 13.431/2017, estabelecendo o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.



TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ)

Deputada, 1º mandato, carioca, professora. Destaca-se como debatedora.

- **Trajatória na vida pública** – Chegou à Câmara dos Deputados após ter cumprido mandato de vereadora em Niterói (RJ). É militante dos direitos humanos, dos direitos da mulher, do movimento negro e dos direitos LGBTQI+, sua prioridade de atuação na Câmara dos Deputados.
- **Atuação político-parlamentar** – Na Câmara Federal, é coordenadora da Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista. Articulada, é a atual líder do PSOL no Parlamento e já desempenhou a função de vice-líder da Oposição ao governo Bolsonaro na Câmara Federal. É uma das autoras do PL 2043/2021, que dispõe sobre a aplicação do princípio da não violência e garantia dos direitos humanos no contexto de manifestações e eventos públicos, bem como na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse. Também é autora do PL 1405/2021, que inclui pessoas gestantes ou puérperas entre os grupos prioritários para imunização no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19, e dá outras providências.
- **Especialização técnica** – Formada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é mestra em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e professora da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro.



VINICIUS POIT (NOVO-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, administrador. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** – Oriundo da iniciativa privada, foi sócio-executivo da empresa de seu pai, a Poit Energia, uma das maiores companhias de energia do País e líder em soluções de infraestrutura elétrica na América Latina. Também atuou como sócio-diretor da Ibira Investimentos e consultor de investimentos no Citibank.
- **Atuação político-parlamentar** – É o atual líder do NOVO na Câmara dos Deputados. É coordenador da bancada de São Paulo na Comissão Mista de Orçamento. Defende no Parlamento o combate a privilégios, tendo aberto mão do auxílio-moradia, a defesa do livre mercado, e as reformas tributária, da previdência e trabalhista. Foi designado relator da comissão especial do PL 4881/2012, que dispõe sobre política de mobilidade urbana.
- **Especialização técnica** – Formado em Administração de Empresas pela EAESP – FGV, com vasta experiência no mercado financeiro, é pós-graduado em coaching pela Sociedade Brasileira de Coaching. É co-fundador da Recruta Simples, startup de divulgação de vagas de emprego. Foi designado relator da comissão especial destinada a proferir parecer ao PLP 146/2019, que dispõe sobre startups e apresenta medidas de estímulo à criação dessas empresas e estabelece incentivos aos investimentos por meio do aprimoramento do ambiente de negócios no País. É coordenador da Frente Parlamentar Mista da Economia e Cidadania Digital.



Vitor Hugo (PSL-GO)

Deputado, 1º mandato, baiano, advogado, servidor público. Destaca-se como negociador.

- **Trajetória na vida pública** - A eleição para a Câmara Federal marca o início da trajetória política do parlamentar. Com origem na carreira militar, exerceu vários cargos no Exército Brasileiro. Em 2015, tomou posse como consultor legislativo da Câmara dos Deputados, onde passou a integrar o núcleo de Segurança Pública e Defesa Nacional. No exercício de suas funções, conheceu o então deputado Jair Bolsonaro, que o convidou a lançar a candidatura a deputado federal.
- **Atuação político-parlamentar** – Ex-líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, é atualmente líder do PSL e coordenador das seguintes frentes parlamentares: de Apoio ao Ensino Militar no Brasil; de Apoio às Operações Especiais das Forças Armadas e das Forças de Segurança Pública; Mista de Apoio aos Parques Tecnológicos; e Mista de Apoio ao Escotismo no Brasil. Foi membro titular da Comissão de Finanças e Tributação.
- **Especialização técnica** - As atribuições como líder do governo foram as prioridades no início de mandato. Além disso, o deputado vem se dedicando à autoria de matérias relacionadas à temática de segurança pública. É autor do PL 1595/2019, que aperfeiçoa o sistema de prevenção e combate ao terrorismo no Brasil. Também é de autoria do deputado o PL 5951/2019, que altera o Código de Processo Penal para prever a possibilidade de prisão em virtude de decisão exarada por órgão colegiado. Os projetos continuam tramitando na Câmara dos Deputados.



Wellington Roberto (PL-PB)

Deputado, 5º mandato, paraibano, empresário. Destaca-se como negociador.

- **Trajatória na vida pública** - Ingressou na vida pública como suplente do senador Humberto Lucena em 1994, tendo sido efetivado no mandato após a morte do titular em 1998. Exerceu o mandato no Senado Federal até 2003.
- **Atuação político-parlamentar** - Líder do PL na Câmara dos Deputados, também atua como vice-líder de bloco parlamentar. Já coordenou a Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura. Foi presidente da Comissão de Viação e Transportes e coordenador da bancada parlamentar da Paraíba na Casa. Conhecedor da temática orçamentária, goza de bom trânsito no Congresso Nacional.
- **Especialização técnica** - Empresário das áreas de construção civil, concessionárias de veículos automotores, agropecuária e de telecomunicações, é um importante interlocutor destes segmentos na Câmara dos Deputados. Foi designado relator do PL 3561/2015, que torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento e/ou vazamento de barragens e dá outras providências. É um dos autores do PLP 278/2019, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico da Baixada Fluminense e do Rio Preto e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Baixada Fluminense e do Rio Preto. Os projetos continuam tramitando na Câmara dos Deputados.



Wolney Queiroz (PDT-PE)

Deputado, 6º mandato, pernambucano, empresário. Destaca-se como negociador.

- **Trajatória na vida pública** – Iniciou na política como vereador em Caruaru (PE), tendo ocupado o cargo de 1º vice-presidente da Câmara Municipal. Liderança política do PDT, é presidente estadual do partido.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do PDT na Câmara dos Deputados, é um dos principais negociadores do partido. Coordena a bancada de Pernambuco na Comissão Mista de Orçamento. Presidiu a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, importante colegiado no qual já foi também 1º e 3º vice-presidente.
- **Especialização técnica** – Parlamentar com bom trânsito na Câmara dos Deputados, foi 2º suplente de secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. Foi designado relator do PL 944/2007, sancionado como Lei nº 12.461/2011, que obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em caso de violência contra idosos. Também foi relator do PLP 270/2016, transformado na Lei Complementar nº 164/2018, que acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica.

PERFIL INDIVIDUAL

34 SENADORES



ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA-SE)

Senador, gaúcho, 1º mandato, policial. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** – Chegou ao Senado Federal com a experiência de 17 anos de delegado de polícia tendo sido chefe da polícia civil do Estado de Sergipe. Integra os movimentos RenovaBR e Acredito, que em 2018 lançaram candidatos para a disputa eleitoral e a renovação na política. Eleito pelo REDE em chapa sem coligação, migrou para o PPS, atual CIDADANIA.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do CIDADANIA no Senado Federal, é também presidente do partido no Estado do Espírito Santo. É um dos fundadores do “Muda Senado, Muda Brasil”, grupo suprapartidário formado por mais de 20 parlamentares que defende a discussão e retomada da prisão em segunda instância, o combate à corrupção e a reforma do poder Judiciário. Parlamentar de forte rigor ético, é conhecido por defender a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigação do Judiciário, a criminalização da LGBTfobia e a legalização da *Cannabis*, popularmente conhecida como “maconha”, para fins medicinais. Defende também a instalação da “CPI da Rachadinha”, destinada a apurar indícios de envolvimento direto do presidente da República em esquema ilegal de recolhimento de salário de assessores, conhecido como “rachadinha”, entre 1991 e 2018, quando o presidente da República foi deputado federal. É autor do PL 4023/2020, tramitando na Câmara dos Deputados, que prioriza o Sistema Único de Saúde (SUS) na aquisição e distribuição de vacinas contra a pandemia do Covid-19. O senador integra o seletivo grupo de parlamentares que, em primeiro mandato, compõe a elite do Congresso Nacional.
- **Especialização técnica** – Formado em Direito, tem atuado com afinco na CPI da Pandemia. É crítico contundente da forma como o governo Bolsonaro enfrenta a Pandemia, tendo declarado, inclusive, que a condução do presidente configura crime de responsabilidade passível de impeachment. Também se posicionou contrário à atuação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) em suposto atendimento de interesses particulares do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República.



Alvaro Dias (PODEMOS-PR)

Senador, 4º mandato, paulista, empresário. Destaca-se como negociador.

- **Trajatória na vida pública** – Iniciou na vida pública como vereador, seguindo na carreira política como deputado estadual, deputado federal e governador do Paraná. Foi também presidente da Telepar – Telecomunicações do Paraná. Na eleição de 2014, foi o senador com a maior votação proporcional do Brasil, o equivalente a 77% dos votos dos paranaenses. Foi candidato à Presidência da República nas eleições gerais de 2018.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do PODEMOS, partido ao qual se filiou após rápida passagem pelo PV. Foi líder do bloco parlamentar de Oposição aos governos Lula e Dilma no Senado Federal. É um senador que se relaciona muito bem com a

imprensa, especialmente por causa da linha investigativa de sua atividade parlamentar. Seu perfil midiático confere visibilidade ao mandato. Já pertenceu ao PMDB, PDT e PSDB. É autor de inúmeras propostas de Emenda à Constituição, entre elas, a PEC 13/2018, que autoriza a prisão de parlamentares: em flagrante de crime inafiançável; cautelar, quando utilizarem o cargo para a prática de crime; e após condenação em segundo grau, e revoga a possibilidade de a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal decidir sobre a prisão ou sobre a sustação do processo. Foi relator, entre outros, do PLS 204/2011 (na Câmara dos Deputados, PLS 5900/2013), que altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para prever os delitos de peculato, concussão, excesso de exação, corrupção passiva e corrupção ativa, além de homicídio simples e suas formas qualificadas, como crimes hediondos; e altera os arts. 312, 316, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena dos delitos neles previstos.

- **Especialização técnica** - Professor e doutor honoris causa em Administração Governamental pela Southern States University. Foi presidente das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Futebol e da Terra e esteve à frente de outras, como a CPI dos Bingos e a CPI dos Correios. É autor da PEC 10/2013 (na Câmara dos Deputados, PEC 333/2017), que põe fim ao foro especial por prerrogativa de função. As propostas de emenda à Constituição continuam tramitando no Parlamento.



Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador, 1º mandato, mineiro, advogado. Destaca-se como formulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Professor licenciado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Direito Administrativo, iniciou a trajetória na vida pública quando assumiu a secretaria-adjunta de Planejamento e Coordenação Geral do governo Hélio Garcia. Desde então, exerceu vários cargos na Administração Pública. Foi secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração e da Cultura, secretário de Estado de Planejamento e Gestão e secretário de Defesa Social. Em Brasília, atuou como secretário-executivo do Ministério do Trabalho e secretário-executivo do Ministério da Justiça. Antes da eleição para o Senado, Anastasia foi vice-governador e governador de Minas Gerais. Eleito pelo PSDB, migrou para o PSD.
- **Atuação político-parlamentar** – É vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Na legislatura passada, desempenhou a função de 1º vice-presidente da Mesa Diretora do Senado Federal. Atuou como relator da comissão especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo. Já exerceu o cargo de vice-líder de partido na Casa. Com forte atuação no campo das relações exteriores, é presidente dos Grupos Parlamentares: Brasil-Azerbaijão, Brasil-Coréia do Sul e Brasil-Panamá. É também vice-presidente dos seguintes grupos parlamentares: Brasil-China, Brasil-Marrocos e Brasil-Singapura. Com bom trânsito no Senado Federal, é presidente do Conselho de Estudos Políticos da Casa.
- **Especialização técnica** – Advogado com mestrado em Direito Administrativo, na comissão especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, foi designado coordenador da área de “Organização Administrativa e Serviços Públicos”. É autor do PL 711/2019, que estabelece as normas gerais para a negociação coletiva em todas as esferas da Administração Pública, como mecanismo permanente de prevenção e de solução de conflitos. O projeto continua tramitando no Senado Federal.



Cid Gomes (PDT-CE)

Senador, 1º mandato, cearense, engenheiro civil. Destaca-se como debatedor.

- **Trajectoria na vida pública** - Político experiente, foi deputado estadual, prefeito de Sobral (CE) e governador do Estado do Ceará por dois mandatos. No governo de Dilma Rousseff, assumiu o Ministério da Educação. Membro de família tradicional na política cearense, é irmão de Ciro Gomes.
- **Atuação político-parlamentar** - Em seu primeiro mandato de senador, é presença constante na tribuna, exercendo habilidade como debatedor. É líder do PDT no Senado Federal. Membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Integrou a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6, de 2019, da reforma da Previdência, promulgada como Emenda Constitucional 103.
- **Especialização técnica** - Os temas relacionados à educação são prioridade no mandato parlamentar. Entre as matérias em tramitação na Casa, destaque para a relatoria da PEC 18/2018, que dá nova redação aos arts. 206, 209 e 213 da Constituição Federal, para assegurar a oferta de educação básica gratuita nos estabelecimentos públicos e privados, e também da PEC 19/2017, proibindo o Poder Executivo de baixar medidas provisórias que afetem as diretrizes e bases da educação. As matérias continuam tramitando no Senado Federal.



Ciro Nogueira (PP-PI)

Senador, 2º mandato, piauiense, empresário. Destaca-se como articulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Parlamentar experiente, chegou ao Senado após exercer quatro mandatos de deputado federal. Foi vice-presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar (UIP), para o biênio 2019/2020.
- **Atuação político-parlamentar** - Presidente nacional do PP e vice-líder do partido no Senado Federal, também é vice-líder do bloco parlamentar Unidos pelo Brasil (PP, MDB e REPUBLICANOS). Já ocupou dois cargos na Mesa Diretora do Senado Federal, de 3º e de 4º secretário. É membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No mandato de deputado federal, desempenhou o cargo de Corregedor da Câmara dos Deputados. Compõe a CPI da Pandemia.
- **Especialização técnica** – Empresário, a área de segurança, assim como questões relacionadas ao agronegócio, saúde, infraestrutura e meio ambiente, estão entre as prioridades de atuação do parlamentar. É de autoria do senador o projeto de lei que deu origem à Lei nº 12.654/2012, que estabelece a identificação genética de criminosos condenados por crimes hediondos e violentos. É relator, entre outras matérias, do PLS 179/2018, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso. Os projetos continuam tramitando no Senado Federal.



Daniella Ribeiro (PP-PB)

Senadora, 1º mandato, paraibana, pedagoga. Destaca-se como negociadora.

- **Trajatória na vida pública** - Estreou na vida pública como vereadora em Campina Grande (PB), sua cidade natal. Depois, elegeu-se deputada estadual, exercendo dois mandatos na Assembleia Legislativa da Paraíba. Desenvolveu vários projetos como Mandato Popular, Mais Ação e Fórum Todas por Uma. Primeira senadora eleita pela Paraíba, é membro de família tradicional na política do Estado. É irmã do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).
- **Atuação político-parlamentar** – Atual líder do PP no Senado, já atuou como vice-líder do partido. Foi presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Integra a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. É presidente do Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill.
- **Especialização técnica** – Pedagoga, prioriza no mandato parlamentar as questões relacionadas à educação e à prevenção da violência contra a mulher. É autora do PL 3257/2019, que continua tramitando no Senado Federal, e inclui como causa de afastamento do agressor do lar a violência psicológica, moral ou patrimonial contra a mulher. Entre os projetos sob sua relatoria, destaque para o PL 598/2019, transformado na Lei nº 14.164/2021, que institui a semana escolar de combate à violência contra a mulher, a ser realizada anualmente no mês de março em todas as instituições públicas e privadas de educação básica, além do PLS 114/2015, que altera a Lei nº 11.738/2008, que regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; a Lei nº 9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto; e a Lei nº 11.345/2006, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Senador, 1º mandato, amapaense, comerciante. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Estreou na política elegendo-se vereador de Macapá (AP). Na sequência, foi eleito deputado federal, exercendo três mandatos consecutivos. Também assumiu o cargo de secretário municipal de Obras Públicas e Serviços Públicos de Macapá.
- **Atuação político-parlamentar** - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, já foi presidente da Mesa Diretora do Senado Federal e do Congresso Nacional. Coordenou a bancada do Amapá por duas vezes e foi relator setorial do Orçamento Geral da União em 2018, na área da Educação. Também ocupou as presidências das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente. Atuou ainda como vice-líder do governo Temer (2017) e do bloco de Oposição à Dilma (2016). Presidiu o Conselho da Ordem do Congresso Nacional.
- **Especialização técnica** – Sua atuação no Senado Federal sempre foi pautada pelo desenvolvimento do Amapá, caracterizando-o como um senador municipalista. O perfil conciliador tem contribuído na condução dos trabalhos legislativos. É autor da PEC 110/2019, da reforma tributária, para extinguir tributos e criar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços. Também é autor da PEC 105/2019, que destina mais 5,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para o Fundo de Participação dos Municípios. As propostas tramitam no Senado Federal.



Eduardo Braga (MDB-AM)

Senador, 2º mandato, paraense, engenheiro e empresário. Destaca-se como negociador.

- **Trajectoria na vida pública** - Político experiente, exerceu vários cargos na vida pública. Foi vereador, deputado estadual, deputado federal, vice-prefeito, duas vezes governador do Amazonas, além de ministro de Minas e Energia no governo Dilma.
- **Atuação político-parlamentar** - Líder do MDB no Senado, atuou na liderança da Maioria e do Governo na gestão de Dilma. Presidiu a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática e também a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Integrou a comissão especial da reforma Política. Foi titular da comissão especial da PEC 6/2019, instituída para acompanhar a reforma da Previdência. O senador também compõe, como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Meio Ambiente, entre outros colegiados. É um dos integrantes da CPI da Covid 19.
- **Especialização técnica** – Desenvolvimento sustentável e integração nacional, além das questões de minas e energia, são temas prioritários no mandato. É autor do PLS 353/2017, que estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável, definida como aquela desenvolvida no modelo de produção orgânica, em imóveis urbanos, públicos ou privados, cultivados para a produção de alimentos, plantas ornamentais e medicinais, bem como a criação de pequenos animais, para consumo próprio, comercialização ou doação a instituições educacionais e assistenciais. É também autor do PL 2350/2021, que cria o Programa Gás para os Brasileiros e altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre combustíveis. As matérias tramitam no Senado Federal.



Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador, 1º mandato, sergipano, empresário. Destaca-se como negociador.

- **Trajectoria na vida pública** - Foi vereador de Palmas (TO) por dois mandatos. Presidente da Câmara Municipal de Palmas, assumiu interinamente a prefeitura do Município. Exerceu três mandatos de deputado federal.
- **Atuação político-parlamentar** – Vice-líder do governo Bolsonaro, já desempenhou a função de 2º secretário da Mesa Diretora do Senado Federal. É membro titular da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presidiu a comissão mista que tratou da MP nº 869/2018, transformada na Lei nº 13.853/2019, disposta sobre proteção de dados pessoais. Nos mandatos na Câmara Federal, foi presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas e da Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social destinada a discutir propostas que interessam à classe trabalhadora e aos empresários.
- **Especialização técnica** – Engenheiro agrícola, é dedicado ao estudo e formulação na área de infraestrutura. Também é considerado um dos especialistas do Parlamento na área energética. É autor da PEC 17/2019, que assegura o direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. A PEC foi aprovada no Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados. É autor do PL 5434/2005, transformado na Lei nº 12.287/2010, que possibilita o ensino de arte e cultura regionais na educação básica. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Paraguai e 2º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/China.



ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA)

Senadora, 1º mandato, maranhense, jornalista. Destaca-se como articuladora.

- **Trajatória na vida pública** – Iniciou na política como deputada estadual por dois mandatos consecutivos. Na sequência, disputou e foi eleita deputada federal. Articulada, chegou ao Senado Federal após ter atuado com destaque na Assembleia Legislativa do Maranhão e na Câmara dos Deputados.
- **Atuação político-parlamentar** – É 3ª suplente da Comissão Diretora do Senado Federal, além de vice-presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar o orçamento de combate ao Coronavírus. Foi relatora setorial da área temática V – Cidadania e Esportes do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 28/2020, transformado na Lei nº 14.144/2021, que estima as receitas e fixa as despesas da União (Orçamento) para o ano de 2021. Desempenhou a função de 1ª vice-presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Na Assembleia Legislativa do Maranhão, destacou-se como defensora das causas da criança, do adolescente, da mulher, do idoso e dos direitos humanos. Foi presidente da CPI de Combate à Pedofilia e Abuso Sexual Infantil, da Comissão de Direitos da Mulher, da Comissão de Infância, Juventude e Idoso e da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias. Na Câmara dos Deputados, destacou-se como membro da CPI da Petrobras, tendo sido coordenadora da Comissão Externa que acompanhou o cancelamento das refinarias do Maranhão e do Ceará. Compôs ainda a Comissão de Segurança e a Comissão do Consumidor.
- **Especialização técnica** – Jornalista, tem se destacado na crítica contundente e responsável ao governo Bolsonaro. É relatora, do PLC 21/2018, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar à empregada o direito a dois períodos de descanso de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou cuidar do filho até que ele complete seis meses. Também é relatora do PLC 47/2017, que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. Os projetos continuam tramitando no Senado Federal. Assumiu, ao lado da senadora Simone Tebet, a representação da bancada feminina na CPI da Pandemia.



Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)

Senador, 1º mandato, pernambucano, administrador. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** - Político experiente, foi deputado estadual, deputado federal por dois mandatos e prefeito de Petrolina (PE) por três vezes. Atuou também como secretário de Agricultura, da Casa Civil e de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Pernambuco. Presidiu o Complexo Industrial Portuário de Suape. Foi ministro da Integração Nacional no primeiro mandato da Presidente Dilma. É membro de família tradicional no Estado de Pernambuco. É pai do deputado federal Fernando Coelho Filho, de Miguel Coelho, prefeito de Petrolina, e de Antônio Coelho, deputado estadual.
- **Atuação político-parlamentar** - Eleito pelo PSB, chegou a liderar o partido no Senado Federal. Migrou para o PMDB em 2017, partido no qual já havia militado por onze anos. Foi vice-líder do governo Temer no Senado. Atualmente, é líder do governo Bolsonaro na Casa. É membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. É membro suplente da CPI da Pandemia.

- **Especialização técnica** - Foi relator no Senado Federal, entre outras matérias, do PLS 354/2014, que reduz procedimentos burocráticos para a renegociação de débitos rurais e que permite a prorrogação do crédito independentemente de decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN). O PLS 354/2014 está tramitando na Câmara dos Deputados como PL 8676/2017. Também relatou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 160/2017, transformado na Lei nº 13.576/2017, que institui a Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio), e o PLS 559/2013, que tramita na Câmara dos Deputados como PL 6814/2017, e altera a Lei de Licitações para modernizar e dar mais eficiência aos processos licitatórios.



Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ)

Senador, 1º mandato, carioca, empresário. Destaca-se como articulador.

- **Trajectoria na vida pública** - Filho do presidente Jair Bolsonaro, atua na política desde 2002, quando se elegeu para o 1º mandato de deputado estadual, permanecendo na Assembleia Legislativa por quatro legislaturas consecutivas. Disputou a Prefeitura do Rio de Janeiro no pleito de 2016.
- **Atuação político-parlamentar** – É líder do PATRIOTA no Senado Federal. Ao estrear no Senado Federal, foi eleito 3º secretário da Mesa Diretora. É vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). É também 1º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Guiana. Integra ainda como titular a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
- **Especialização técnica** – Advogado, tem atuado no Senado Federal para defender a agenda e o governo Bolsonaro.



Humberto Costa (PT-PE)

Senador, 2º mandato, pernambucano, médico. Destaca-se como debatedor.

- **Trajectoria na vida pública** - Foi presidente da Associação Pernambucana de Médicos Residentes e primeiro-secretário do Sindicato dos Médicos de Pernambuco. Na trajetória política, já ocupou os cargos de deputado estadual, deputado federal e vereador. Secretário municipal de Saúde do Recife, acumula também experiência no Executivo Estadual, como secretário das Cidades e secretário de Saúde, e no Executivo Federal, quando assumiu o Ministério da Saúde no governo Lula.
- **Atuação político-parlamentar** - Opositor ao governo Bolsonaro no Senado Federal, foi líder do PT na Casa. É presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e do Grupo Parlamentar Brasil/República Popular Democrática da Coreia. Membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e da Comissão de Relações Exteriores. Compõe diversas frentes e grupos parlamentares de integração com países amigos. Faz parte da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. É membro titular da CPI da Pandemia.
- **Especialização técnica** – É jornalista e médico com pós-graduação em medicina geral e comunitária, clínica médica, psiquiatria e ciência política. É operador temático nas áreas de previdência, seguridade, assistência social e saúde. Foi relator do PLC 34/2012, transformado na Lei nº 12.653/2012, que inclui no Código Penal a tipificação de crime quando for exigido cheque-caução para o atendimento médico-hospitalar. Entre as leis com origem em projetos de sua autoria, destacam-se: Lei nº 13.106/2015, que criminaliza ofertar, a qualquer título, bebida alcoólica a menores

de 18 anos; Lei nº 12.894/2013, que autoriza a Polícia Federal a apurar crimes de falsificação, corrupção e adulteração de medicamentos; Lei nº 13.236/2015, que inibe erros de administração e uso equivocado de medicamentos; e Lei nº 13.410/2015, que criou o Sistema de Controle de Medicamentos.



IZALCI LUCAS (PSDB-DF)

Senador, 1º mandato, mineiro, professor e empresário do ramo educacional. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** – Chegou ao Senado Federal com a experiência de três mandatos de deputado federal e de presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal. Foi deputado distrital, tendo exercido o cargo de 3º secretário da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- **Atuação político-parlamentar** – No Senado Federal, ocupa o cargo de líder do PSDB, partido do qual é presidente no Distrito Federal. Coordena a Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, sendo um dos operadores temáticos da área. Preside a Comissão Senado do Futuro. Desempenhou a função de vice-líder do partido e do governo Bolsonaro. Foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e relator da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense. Exerceu o cargo de secretário de Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal.
- **Especialização técnica** – Professor e contador, é um dos autores da Emenda Constitucional 85, também chamada de PEC da Inovação. Foi presidente da comissão que aprovou o Marco Regulatório de Ciência, Tecnologia e Inovação, consubstanciado na Lei nº 13.243/2016. Presidiu também a Comissão Mista que ampliou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com oferta de mais bolsas de estudos e aumento do número de instituições ofertantes. É relator no Senado Federal de diversos projetos na área de educação, entre os quais, o PLS 387/2018, que estende o abono proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) a todos os profissionais da educação, inclusive aqueles que não compõem as carreiras do magistério.



Jaques Wagner (PT-BA)

Senador, 1º mandato, carioca, técnico industrial. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Um dos fundadores do PT e da CUT na Bahia, foi diretor e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica do Estado. Exerceu três mandatos de deputado federal e assumiu duas Pastas no ministério do governo Lula: o Ministério das Relações Institucionais e o Ministério do Trabalho. Foi eleito governador da Bahia em 2006, reelegendo-se para mais quatro anos no pleito seguinte. No segundo governo Dilma, também conduziu dois ministérios. Foi ministro da Defesa e da Casa Civil, deixando o último cargo quando a Presidente foi afastada por impeachment.
- **Atuação político-parlamentar** - No primeiro mandato de senador, foi eleito 3º suplente da Mesa Diretora do Senado Federal. É o atual presidente da Comissão de Meio Ambiente, colegiado onde já exerceu o cargo de vice-presidente. Compõe as comissões Mista de Controle das Atividades de Inteligência, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Serviços de Infraestrutura, além da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Integrou, como titular, a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6, de 2019, que foi promulgada como Emenda Constitucional 103, da reforma da Previdência.

- **Especialização técnica** - Os temas relacionados à defesa da soberania, ao desenvolvimento econômico sustentável para redução das desigualdades e ao desenvolvimento regional são prioridades no mandato do senador. É um dos autores da PEC 69/2019, que acrescenta o inciso X ao art. 170 da Constituição Federal, para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica. Também são de sua autoria o PL 1915/2019, que regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, e a PEC 131/2019, que garante aplicação de percentual do Produto Interno Bruto para investimentos. Por sua iniciativa, foi criada a subcomissão temporária para propor reformas estruturais de um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento. As proposições continuam tramitando no Senado Federal.



JEAN PAUL PRATES (PT-RN)

Senador, 1º mandato, carioca, advogado e economista. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** – Primeiro suplente da senadora Fátima Bezerra, assumiu o mandato em 2019 após a posse de titular como governadora do Rio Grande do Norte.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder da Minoria no Congresso Nacional, é também vice-presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e da Frente em Defesa da Petrobras. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes e membro dos Grupos Parlamentares Brasil-China e Brasil-Cingapura. Foi designado relator da comissão temporária externa para acompanhar ações de enfrentamento das manchas de óleo no litoral brasileiro.
- **Especialização técnica** - Parlamentar com excelente formação acadêmica, é mestre em Planejamento Energético e Gestão Ambiental pela Universidade da Pennsylvania (EUA) e mestre em Economia de Petróleo e Motores, pelo Instituto Francês do Petróleo. Atua há mais de 25 anos nas áreas de petróleo, gás natural, biocombustíveis, energia renovável e recursos naturais.



José Serra (PSDB-SP)

Senador, 2º mandato, paulista, economista. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** - Serra estudava engenharia quando assumiu a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) entre 1963 e 1964. O Golpe Militar forçou-o a buscar exílio no Chile, na Itália e nos Estados Unidos, onde obteve o doutorado em economia. De volta ao Brasil, tornou-se professor da Unicamp e atuou como secretário de Planejamento do governo Franco Montoro em São Paulo. Foi prefeito da Capital e governador do Estado. Como deputado federal constituinte, foi o relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, mediando conflitos e conciliações entre os três entes federativos e as cinco regiões do Brasil. Foi ministro do Planejamento, ministro da Saúde e ministro das Relações Exteriores.
- **Atuação político-parlamentar** - Liderança histórica do PSDB, é um dos fundadores do partido. Foi duas vezes o candidato tucano à Presidência da República. No Senado Federal, entre 2015 e 2018, foi recordista em apresentação e aprovação de propostas, totalizando 22 projetos aprovados, sendo 8 transformados em leis e 3 vetos presidenciais derrubados na Câmara dos Deputados. É membro titular na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e suplente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Infraestrutura (CI) e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

- **Especialização técnica** - Economista, produziu legislação econômica e também sobre temas de saúde, transportes, petróleo, saneamento, meio ambiente, educação e política, a exemplo do voto distrital misto, aprovado no Senado Federal e tramitando na Câmara dos Deputados. Merecem destaque também as medidas que garantiram transparência fiscal do BNDES e mais recursos para o saneamento básico no Brasil. É autor do projeto de lei (PLS 131/2015), que deu origem à Lei nº 13.365/2016, que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do pré-sal. É autor da PEC 217/2019, que institui o sistema parlamentarista de governo. A PEC tramita no Senado Federal.



KÁTIA ABREU (PP-TO)

Senadora, 1º mandato, goiana, psicóloga e empresária rural. Destaca-se como debatedora.

- **Trajetória na vida pública** - Estreou no Senado Federal em 2007 com desenvoltura de veterana, após passagem pela Câmara dos Deputados. Vinculada ao setor agrícola, é uma liderança dos ruralistas no Congresso Nacional. Foi a primeira mulher no País a presidir a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). No mandato de deputada federal, presidiu a Frente Parlamentar da Agricultura e também se destacou na defesa dos direitos das mulheres. No Senado, é voz ativa do agronegócio e defensora da criação da Agência Nacional de Extensão Rural. Foi relatora da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993). Foi candidata a vice-presidente da República na chapa de Ciro Gomes na eleição de 2018.
- **Atuação político-parlamentar** – É vice-líder da Maioria no Senado Federal. Eleita pelo DEM, migrou para o PSD, bancada que chegou a liderar no Senado. Ato contínuo, em 2013, passou a compor a bancada do PMDB na Casa. Agora está no PP. Durante o governo Lula, foi uma das principais opositoras do Executivo, quando foi vice-líder da Minoria e relatora, na Comissão de Constituição e Justiça, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 89/2007), que propôs o fim da CPMF. Já foi vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Foi também atuante na discussão do novo Código Florestal Brasileiro, da necessidade de adoção do seguro agrícola no Plano Safra do governo federal, entre outras matérias que tratam da temática rural. Atuou como vice-presidente da Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública.
- **Especialização técnica** – Empresária bem sucedida do setor rural, foi a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra da Agricultura e Pecuária, de 2014 a 2016, durante o governo da presidente Dilma Rousseff.



Marcos Rogério (DEM-RO)

Senador, 1º mandato, rondoniense, jornalista. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** - Foi vereador e deputado federal por duas legislaturas. No Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, relatou o processo de cassação de Eduardo Cunha.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do DEM, já atuou como presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura e como 1º vice-líder do partido no Senado. É presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, além de titular da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É um dos membros da tropa de choque do governo Bolsonaro na CPI da Pandemia.

- **Especialização técnica** – Parlamentar com boa formação acadêmica, além de jornalista, é advogado e mestrando em Administração Pública. Tem pautado sua atuação na defesa de várias reformas, como a penal e a tributária, além da reforma do Estado. Questões relacionadas ao Direito e ao combate à corrupção são prioridade do mandato. É autor do PL 3032/2019, que qualifica o crime de homicídio e majora o delito de lesão corporal, quando praticados em razão de comportamento sexual, e estabelece como tipo penal autônomo o crime contra orientação sexual. É relator da PEC 89/2019, que veda o indulto e comutação de penas nos casos de crimes hediondos, de lavagem de dinheiro, bem como daqueles contra o sistema financeiro nacional ou contra a Administração Pública. As proposições continuam tramitando no Senado Federal.



NELSINHO TRAD (PSD-MS)

Senador, 1º mandato, sul-matogrossense, médico e empresário. Destaca-se como formulador.

- **Trajetória na vida pública** – Antes de chegar ao Senado, foi diretor-adjunto do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul, vereador, deputado estadual e prefeito de Campo Grande (MS).
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do PSD, já presidiu a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. É coordenador da bancada de Mato Grosso do Sul na Comissão Mista de Orçamento. Preside o Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.
- **Especialização técnica** - Médico, com especialização em Cirurgia Geral, Urologia, Medicina do Trabalho e Saúde Pública, é membro de família tradicional na política do Estado. O senador é filho do ex-deputado federal Nelson Trad e irmão do deputado federal Fábio Trad.



Omar Aziz (PSD-AM)

Senador, 1º mandato, paulista, engenheiro civil. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** - Parlamentar experiente, foi vereador, deputado estadual, vice-prefeito de Manaus, vice-governador e governador do Estado.
- **Atuação político-parlamentar** – Presidente da CPI da Pandemia, também preside a Comissão de Segurança Pública. Já presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e coordena a bancada do Amazonas na Comissão Mista de Orçamento. Integra também a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Na Casa, atua como vice-líder do PSD, já tendo sido líder do partido e de bloco parlamentar.
- **Especialização técnica** – É autor do PL 3136/2019, que altera o Código de Defesa do Consumidor, para vedar a oferta telefônica de produto ou serviço sem o consentimento expresso do consumidor. Garantir a segurança jurídica da Zona Franca de Manaus, principal pólo de geração de emprego e renda do Amazonas, está entre as prioridades do parlamentar. O projeto tramita no Senado Federal. Foi relator da MP 944/2020, convertida na Lei nº 14.043/2020, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, com o fornecimento de crédito para empresas pagarem salário de trabalhadores.



Otto Alencar (PSD-BA)

Senador, 1º mandato, baiano, médico. Destaca-se como debatedor.

- **Trajatória na vida pública** - Experiente na vida pública, assumiu vários cargos em sua carreira política. Foi deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa, vice-governador, governador, secretário estadual da Indústria, Comércio e Mineração, secretário estadual de Saúde e secretário estadual de Infraestrutura.
- **Atuação político-parlamentar** – Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, já atuou como líder do PSD no Senado Federal e como vice-líder de bloco parlamentar. Foi presidente da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, criada para examinar a Agenda Brasil, e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Presidiu a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6/2019, promulgada como Emenda Constitucional 103, da reforma da Previdência. É membro titular da CPI da Pandemia.
- **Especialização técnica** - É um dos operadores temáticos do Parlamento em matérias de interesse regional. Defesa da revitalização do Rio São Francisco e de mais recursos para a saúde estão entre as prioridades do senador. É autor da PEC 50/2016, que após aprovada pelo Congresso Nacional, foi promulgada como Emenda Constitucional 96/2017. A EC libera a vaquejada em todo o território nacional e considera como não cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais. É de sua autoria a Lei nº 13.654/2018, que aumenta a pena para crimes com uso de explosivos e obriga os bancos a instalarem mecanismos que inutilizem as cédulas em caso de violação aos caixas eletrônicos. Articulador do Pacto Federativo e da Lei Complementar nº 160/2017, que convalidou os incentivos fiscais relativos ao ICMS, garantindo empregos, especialmente na região Nordeste. Foi relator do PLP 132/2019, que altera a Lei Complementar nº 159/2017, instituindo o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, para dispor sobre a renúncia de receita em caso de comprovação de benefício fiscal futuro. O PLP 132 continua tramitando no Senado Federal.



Paulo Paim (PT-RS)

Senador, 3º mandato, gaúcho, metalúrgico. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** - Deputado federal por quatro mandatos, quando atuou como presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, foi também 3º secretário da Mesa Diretora da Câmara Federal. Da Câmara dos Deputados migrou para o Senado Federal, tendo iniciado em 2019 o terceiro mandato na Casa.
- **Atuação político-parlamentar** – Autor e coordenador por quase dez anos da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social, é um dos parlamentares mais produtivos, com forte interlocução e representação dos trabalhadores, aposentados, pensionistas e servidores públicos. É coordenador da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Tributária Solidária. Ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, instância legislativa que funciona como porta de entrada da sociedade no Parlamento. Foi vice-presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados. Integra a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Atuou como vice-presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Presidiu a CPI da Previdência. Exerceu a 1ª vice-presidência da Mesa Diretora do Senado e já desempenhou a função de vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais. É o único parlamentar a figurar em todas as 28 edições dos “Cabeças” do Congresso Nacional, o que evidencia sua capacidade de articulação no exercício da atividade parlamentar.

- **Especialização técnica** - É autor de várias leis com destaque para a Lei do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a Lei do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e a Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). A liderança do senador na defesa contundente do salário mínimo foi decisiva para a adoção da política de valorização do salário mínimo. É relator de várias propostas relacionadas a direitos trabalhistas.



PAULO ROCHA (PT-PA)

Senador, 1º mandato, paraense, técnico em artes gráficas. Destaca-se como articulador.

- **Trajetória na vida pública** – Com origem no movimento sindical, foi presidente do Sindicato dos Gráficos e da CUT do Pará. Filiado ao PT desde 1981, partido do qual é fundador, exerceu cinco mandatos de deputado federal antes da eleição para o Senado Federal em 2014.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder do PT no Senado Federal, é crítico e faz oposição contundente ao governo Bolsonaro. Já atuou como vice-líder e líder de bloco parlamentar. Durante os cinco mandatos exercidos na Câmara Federal, exerceu cargos importantes como: líder da bancada do PT e presidente da Comissão de Trabalho e da Comissão da Amazônia. É autor da legislação que criou o seguro-defeso e do projeto de lei que regulamentou a profissão dos Agentes Comunitários de Saúde, além da legislação que combate o trabalho escravo. No Senado Federal, é um dos autores da PEC 8/2020, que inclui o acesso à Internet entre os direitos fundamentais, e do PLS 350/2018, que propõe que o tempo de serviço dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, durante o período de janeiro de 1991 a dezembro de 2006, para efeito de obtenção de benefício do Regime Geral da Previdência Social, seja contado para fins previdenciários independentemente de contribuição. As proposições tramitam no Senado Federal.
- **Especialização técnica** – Com formação técnica, prioriza em sua atuação as questões relacionadas aos direitos sociais, em geral, e aos direitos dos trabalhadores, em particular.



Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador, 2º mandato, pernambucano, professor universitário. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** - Militante estudantil, liderou as principais lutas de sua geração no Estado do Amapá, dentre as quais o movimento dos “Caras Pintadas”. Ingressou na política como deputado estadual, exercendo dois mandatos. Estreou no Senado Federal em 2011, com desenvoltura e habilidade.
- **Atuação político-parlamentar** - Líder da REDE e da Oposição no Senado, transita com naturalidade entre os mais diversos segmentos partidários e da sociedade. É vice-presidente da CPI da Pandemia, criada para investigar irregularidades no enfrentamento do Coronavírus. É presidente do Conselho Editorial do Senado Federal. Integra, como titular, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.
- **Especialização técnica** – Parlamentar com boa formação acadêmica, é historiador, bacharel em Direito e mestre em Políticas Públicas. Foi presidente da CPI que investigou irregularidades no Ecad – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. Esse colegiado deu origem à Lei nº 12.853/2013, que altera as

regras de arrecadação e distribuição de direitos autorais e cria órgão fiscalizador das atividades desenvolvidas pelo Ecad. Entre as prioridades do mandato, destaque para a defesa de mais autonomia para órgãos de fiscalização, combate à corrupção e à impunidade. É autor do PLS 85/2017, transformado na Lei nº 13.869/20196, que define crime de abuso de autoridade, e é relator, entre outros, da PEC 120/2019, que altera os artigos 37 e 87 da Constituição Federal, para disciplinar a vedação do nepotismo na Administração Pública. A PEC tramita no Senado Federal.



Renan Calheiros (MDB-AL)

Senador, 4º mandato, alagoano, produtor rural. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Experiente, iniciou sua trajetória política no movimento estudantil. Foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso.
- **Atuação político-parlamentar** - Em sua trajetória no Parlamento, foi três vezes presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. Atual líder da Maioria, foi escolhido relator da CPI da Pandemia, criada para investigar irregularidades no enfrentamento do Coronavírus. Já ocupou os cargos de líder de bloco parlamentar e de presidente de comissão. Tem bom trânsito e exerce forte influência entre seus pares. É defensor do sistema parlamentarista de governo.
- **Especialização técnica** - É um dos operadores temáticos no Congresso Nacional em matérias de justiça, segurança e cidadania. Foi o idealizador da Agenda Brasil, que esteve em debate na Comissão Especial de Desenvolvimento Social na legislatura passada. Relatou a medida provisória que regulamentou o pagamento de benefícios a anistiados políticos e o projeto que deu origem ao programa Bolsa Família. Na Constituinte, foi autor da proposta que tornou facultativo o voto aos 16 anos. É autor da PEC 8/2020, que inclui o acesso à Internet entre os direitos fundamentais. A PEC tramita no Senado Federal.



Roberto Rocha (PSDB-MA)

Senador, 1º mandato, maranhense, administrador. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** - Iniciou a trajetória política como deputado estadual. Exerceu três mandatos na Câmara Federal. Foi também vice-prefeito de São Luís (MA).
- **Atuação político-parlamentar** - Presidente da Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária, também exerce o cargo de Corregedor do Senado Federal. Foi líder do PSDB e de bloco parlamentar no Senado Federal. É presidente de três grupos parlamentares: Brasil/China, Brasil/Estados Unidos da América e Brasil/Singapura. Membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, compõe também a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.
- **Especialização técnica** - É um dos autores da PEC 64/2019, que tramita no Senado Federal e dispõe sobre políticas de redução das desigualdades inter-regionais. Entre os projetos sob sua relatoria, destaque para o PLS 319/2015, que cria a Zona de Exportação do Maranhão (ZEMA) e visa dinamizar a economia do Estado, permitindo que empresas nacionais e internacionais recebam incentivos econômicos, reduzindo os desequilíbrios regionais, bem como promover a expansão da economia brasileira, a partir do Porto do Itaqui. O PLS 319 continua tramitando no Senado Federal. Foi designado relator da PEC 110/2019, da reforma tributária. Esta PEC continua tramitando no Senado Federal.



Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Senador, 1º mandato, rondoniense, empresário. Destaca-se como articulador.

- **Trajetória na vida pública** - Antes de ingressar na vida pública, dedicava-se à advocacia, tendo exercido o cargo de conselheiro estadual e presidido comissões da Ordem dos Advogados do Brasil, na seccional de Minas Gerais. Cumpriu um mandato de deputado federal. Durante seu mandato, assumiu a presidência e a 1ª vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual presidente da Mesa Diretora do Senado Federal e do Congresso Nacional, já desempenhou as funções de líder do DEM e de vice-líder do bloco Vanguarda, formado pelas legendas DEM, PL e PSC. É presidente do Conselho de Estudos Políticos e presidente do Conselho da Ordem do Congresso Nacional. Foi vice-presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e integrou a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Compôs a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6/2019, promulgada como Emenda Constitucional 103, que tratou da reforma da Previdência.
- **Especialização técnica** – Questões relacionadas ao exercício da advocacia e às prerrogativas profissionais do advogado têm relevância no mandato. É autor do PL 2642/2019, que dispõe sobre os percentuais de fixação de honorários advocatícios nas demandas trabalhistas, e sobre a exigibilidade dos ônus da sucumbência para o beneficiário da justiça gratuita quando este houver obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar as despesas. Também é autor do PL 3691/2019, que altera o Código Penal para prever que o advogado pode ser vítima de crime de desacato. Os projetos tramitam no Senado Federal.



Rogério Carvalho (PT-SE)

Senador, 1º mandato, sergipano, professor. Destaca-se como debatedor.

- **Trajetória na vida pública** - Começou sua atuação política no movimento estudantil. Foi secretário de Saúde de Aracaju (SE) e secretário de Saúde do Estado. Em 2006, elegeu-se deputado estadual e, de 2011 a 2014, exerceu mandato de deputado federal.
- **Atuação político-parlamentar** – 3º Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, é presidente da Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste. Compõe, como suplente, a CPI da Pandemia. Ex-líder do PT no Senado Federal, é titular da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Integra também a Comissão Senado do Futuro. No seu mandato na Câmara Federal, foi relator do programa “Mais Médicos” e do projeto de lei que deu origem à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp).
- **Especialização técnica** - O acesso à educação superior e a serviços de saúde são prioridades no mandato do parlamentar, que é autor do PL 1746/2019, dispendo sobre a responsabilidade sanitária dos entes federados no Sistema Único de Saúde (SUS). Na questão da reforma tributária, o senador atua em prol de mais justiça fiscal no País, possibilitando a distribuição da renda. É um dos autores da PEC 8/2020, que inclui o acesso à Internet entre os direitos fundamentais. As proposições tramitam no Senado Federal.



Sérgio Petecão (PSD-AC)

Senador, 2º mandato, acreano, empresário. Destaca-se como articulador.

- **Trajatória na vida pública** - Sua trajetória na política teve início com o exercício de três mandatos de deputado estadual. Foi deputado federal por um mandato, quando atuou como líder partidário e assumiu a 1ª vice-presidência da Comissão da Amazônia. Integrou também a CPI da Energia Elétrica.
- **Atuação político-parlamentar** – Atual presidente da Comissão de Assuntos Sociais, já desempenhou a função de 1º secretário da Mesa Diretora, cargo conhecido como “prefeito” da Casa legislativa. Com bom trânsito entre seus pares, é coordenador da bancada do Acre na Comissão Mista de Orçamento.
- **Especialização técnica** - Parlamentar com perfil municipalista, é titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Azerbaijão. Foi relator do PL 32/2020, que destina recursos de multas de trânsito para o financiamento de hospitais especializados em tratamento de câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde. O projeto continua tramitando no Senado Federal.



Simone Tebet (MDB-MS)

Senadora, 1º mandato, sul-mato-grossense, advogada. Destaca-se como formuladora.

- **Trajatória na vida pública** - É filha e herdeira política do ex-presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional Ramez Tebet, já falecido. Iniciou a atuação na vida pública exercendo o cargo de deputada estadual. Foi prefeita de Três Lagoas (MS) por dois mandatos consecutivos. Elegeu-se vice-governadora de Mato Grosso do Sul na chapa do governador André Puccinelli.
- **Atuação político-parlamentar** – Líder da bancada feminina no Senado Federal, foi a primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa. Em 2018, desempenhou a função de líder do MDB no Senado. Ocupa com desenvoltura a tribuna da Casa e também se destaca pela habilidade de negociação. Presidiu a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Foi vice-presidente da comissão especial para analisar o Pacto Federativo. Defende a adoção do sistema parlamentarista de governo. Representa a bancada feminina na CPI da Pandemia.
- **Especialização técnica** – Professora, prioriza as áreas de educação e desenvolvimento regional no seu mandato. Com excelente formação jurídica, chama atenção a postura da senadora de sempre assegurar critério técnico na discussão e aprovação das normas no Congresso Nacional. É autora da PEC 43/2017, que cria quarentena de 120 dias a ministro que retomar mandato no Legislativo, e do PLS 182/2017, que tramita na Câmara dos Deputados como PL 8455/2017, e torna crime a subtração e a recepção de derivados de petróleo de dutos de movimentação de combustíveis.



Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Senador, 2º mandato, cearense, empresário. Destaca-se como formulador.

- **Trajatória na vida pública** - Líder empresarial, iniciou a vida política quando assumiu a presidência do Centro Industrial do Ceará (CIC), transformado na época em fórum de debates das questões econômicas, sociais e políticas da região e do País. Governou o Estado do Ceará por três vezes e, em 2014, foi eleito para o segundo mandato de senador. O primeiro mandato foi exercido entre os anos de 2003 a 2011.
- **Atuação político-parlamentar** - É 1º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/

Singapura. Já presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Integrou a Comissão Especial destinada a acompanhar a PEC 6/2019, promulgada como Emenda Constitucional 103, da reforma da Previdência, tendo sido relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Foi presidente nacional do PSDB.

- **Especialização técnica** - É autor do projeto de lei que deu origem à Lei nº 13.151/2015, que moderniza e agiliza o funcionamento de fundações privadas, ampliando o rol de atividades a que se destinam as fundações, antes limitadas a fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Em sua atuação, o senador tem se dedicado à formulação de políticas públicas, especialmente nas áreas de tributação, orçamento, saúde, educação, pesquisas com células-tronco, combate às desigualdades regionais, trabalho escravo, financiamentos agrícolas, entre outras. Relatou o projeto que deu origem à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016).



Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

Senador, 1º mandato, paraibano, advogado. Destaca-se como debatedor.

- **Trajетória na vida pública** - Iniciou a trajetória na política com a eleição para vereador de Campina Grande (PB), exercendo dois mandatos. Na sequência, foi eleito prefeito de Campina Grande, cargo que também assumiu por dois mandatos consecutivos. Cumpriu um mandato de deputado federal.
- **Atuação político-parlamentar** - 1º vice-presidente do Senado Federal, é presidente da Comenda Zilda Arns e vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa. Já foi líder partidário e de bloco parlamentar.
- **Especialização técnica** - Parlamentar com perfil municipalista, é autor da PEC 86/2019, que tramita no Senado Federal, e dispõe sobre a atualização monetária dos repasses de recursos federais aos municípios. Foi relator da PEC 72/2019, que altera o artigo 84 da Constituição Federal, para prever a proibição da concessão de indulto a condenados por crimes contra a administração pública, exceto se apresentar caráter humanitário. A PEC 72 continua tramitando no Senado Federal.



Weverton Rocha (PDT-MA)

Senador, 1º mandato, maranhense, administrador. Destaca-se como articulador.

- **Trajетória na vida pública** - Parlamentar com origem no movimento estudantil, foi presidente estadual da Juventude Socialista do PDT e atuou como secretário estadual de Esporte e Juventude do Maranhão. Exerceu dois mandatos de deputado federal, desempenhando as funções de líder partidário e de líder da Minoria.
- **Atuação político-parlamentar** - Em seu primeiro mandato no Senado Federal, assumiu a 2ª suplência da Mesa Diretora. É atualmente 4º Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal. Já atuou como líder do PDT na Casa.
- **Especialização técnica** - Na atuação parlamentar, prioriza as causas sociais, especialmente aquelas voltadas ao trabalhador e à juventude. É de autoria de Weverton, juntamente com os deputados Lincoln Portela e Alberto Fraga, o projeto que deu origem à Lei nº 13.771/2018, que aumenta em 1/3 a pena para quem comete feminicídio em circunstâncias agravantes. O parlamentar também formulou o projeto que deu origem à Lei nº 12.848/2013, que concede anistia a policiais e a bombeiros militares punidos por participarem de movimentos reivindicatórios. Participou ativamente das discussões de matérias importantes, como o Novo Código Florestal, a regulamentação da ocupação de terrenos da Marinha, o Plano Nacional de Educação, o Estatuto da Juventude, além da reforma trabalhista e da reforma da Previdência.

Os parlamentares em caixa alta e negrito são os novos “Cabeças” 2021

“CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021 POR ORDEM ALFABÉTICA

Aécio Neves (PSDB-MG)
Afonso Florence (PT-BA)
Afonso Motta (PDT-RS)
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)
Alessandro Molon (PSB-RJ)
ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA-SE)
ALEX MANENTE (CIDADANIA-SP)
Alexandre Padilha (PT-SP)
Alice Portugal (PCDOB-BA)
Alvaro Dias (PODEMOS-PR)
André Figueiredo (PDT-CE)
Antonio Anastasia (PSD-MG)
ANTONIO BRITO (PSD-BA)
Arlindo Chinaglia (PT-SP)
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)
Arthur Lira (PP-AL)
ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM-BA)
Baleia Rossi (MDB-SP)
BOHN GASS (PT-RS)
CACÁ LEÃO (PP-BA)
Carlos Zarattini (PT-SP)
Cid Gomes (PDT-CE)
Ciro Nogueira (PP-PI)
Daniel Almeida (PCDOB-BA)
Daniella Ribeiro (PP-PB)
Danilo Cabral (PSB-PE)
Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)
Eduardo Braga (MDB-AM)
Eduardo Gomes (MDB-TO)
Efraim Filho (DEM-PB)
ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA)
Enio Verri (PT-PR)
Erika Kokay (PT-DF)
Fábio Trad (PSD-MS)
Fernanda Melchionna (PSOL-RS)
Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)
Fernando Coelho Filho (DEM-PE)
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ)
Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Gustavo Fruet (PDT-PR)
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)
Humberto Costa (PT-PE)
ISNALDO BULHÕES JR (MDB-AL)
Ivan Valente (PSOL-SP)
IZALCI LUCAS (PSDB-DF)
Jandira Feghali (PCDOB-RJ)
Jaques Wagner (PT-BA)
JEAN PAUL PRATES (PT-RN)
José Guimarães (PT-CE)
José Serra (PSDB-SP)
KÁTIA ABREU (PP-TO)
Kim Kataguirí (DEM-SP)
Laercio Oliveira (PP-SE)
Lincoln Portela (PL-MG)
Luciano Bivar (PSL-PE)
LUIA CANZIANI (PTB-PR)
LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)
Luiza Erundina (PSOL-SP)
Marcelo Freixo (PSB-RJ)
Marcelo Ramos (PL-AM)
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
Marcos Rogério (DEM-RO)
MARGARETE COELHO (PP-PI)
NELSINHO TRAD (PSD-MS)
Omar Aziz (PSD-AM)
Orlando Silva (PCDOB-SP)
Otto Alencar (PSD-BA)
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)
Paulo Paim (PT-RS)
Paulo Pereira da Silva (SOLIDARIEDADE-SP)
Paulo Pimenta (PT-RS)
PAULO ROCHA (PT-PA)
Paulo Teixeira (PT-SP)
Perpétua Almeida (PCDOB-AC)
PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV-DF)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)
Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Renan Calheiros (MDB-AL)
Renildo Calheiros (PCDOB-PE)
Ricardo Barros (PP-PR)
Roberto Rocha (PSDB-MA)
RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Rodrigo Pacheco (DEM-MG)
Rogério Carvalho (PT-SE)
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR)
Sérgio Petecão (PSD-AC)
Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE)
Simone Tebet (MDB-MS)
Tabata Amaral (PDT-SP)
Tadeu Alencar (PSB-PE)
TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ)
Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
VINICIUS POIT (NOVO-SP)
Vitor Hugo (PSL-GO)
Wellington Roberto (PL-PB)
Weverton Rocha (PDT-MA)
Wolney Queiroz (PDT-PE)

Os parlamentares em caixa alta e negrito são os novos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021

66 DEPUTADOS FEDERAIS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

Aécio Neves (PSDB-MG)

Afonso Florence (PT-BA)

Afonso Motta (PDT-RS)

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Alessandro Molon (PSB-RJ)

ALEX MANENTE (CIDADANIA-SP)

Alexandre Padilha (PT-SP)

Alice Portugal (PCDOB-BA)

André Figueiredo (PDT-CE)

ANTONIO BRITO (PSD-BA)

Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)

Arthur Lira (PP-AL)

ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM-BA)

Baleia Rossi (MDB-SP)

BOHN GASS (PT-RS)

CACÁ LEÃO (PP-BA)

Carlos Zarattini (PT-SP)

Daniel Almeida (PCDOB-BA)

Danilo Cabral (PSB-PE)

Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

Efraim Filho (DEM-PB)

Enio Verrri (PT-PR)

Erika Kokay (PT-DF)

Fábio Trad (PSD-MS)

Fernanda Melchionna (PSOL-RS)

Fernando Coelho Filho (DEM-PE)

Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Gustavo Fruet (PDT-PR)

Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)

ISNALDO BULHÕES JR (MDB-AL)

Ivan Valente (PSOL-SP)

Jandira Feghali (PCDOB-RJ)

José Guimarães (PT-CE)

Kim Kataguirí (DEM-SP)

Laercio Oliveira (PP-SE)

Lincoln Portela (PL-MG)

Luciano Bivar (PSL-PE)

LUIA CANZIANI (PTB-PR)

LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)

Luiza Erundina (PSOL-SP)

Marcelo Freixo (PSB-RJ)

Marcelo Ramos (PL-AM)

Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

MARGARETE COELHO (PP-PI)

Orlando Silva (PCDOB-SP)

Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)

Paulo Pereira da Silva (SOLIDARIEDADE-SP)

Paulo Pimenta (PT-RS)

Paulo Teixeira (PT-SP)

Perpétua Almeida (PCDOB-AC)

PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV-DF)

Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)

Renildo Calheiros (PCDOB-PE)

Ricardo Barros (PP-PR)

RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)

Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Rubens Bueno (CIDADANIA-PR)

Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE)

Tabata Amaral (PDT-SP)

Tadeu Alencar (PSB-PE)

TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ)

VINICIUS POIT (NOVO-SP)

Vitor Hugo (PSL-GO)

Wellington Roberto (PL-PB)

Wolney Queiroz (PDT-PE)

Os deputados federais em caixa alta e negrito são os novos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021

34 SENADORES “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA-SE)

Alvaro Dias (PODEMOS-PR)
Antonio Anastasia (PSD-MG)
Cid Gomes (PDT-CE)
Ciro Nogueira (PP-PI)
Daniella Ribeiro (PP-PB)
Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Eduardo Braga (MDB-AM)
Eduardo Gomes (MDB-TO)

ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA)

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ)
Humberto Costa (PT-PE)

IZALCI LUCAS (PSDB-DF)

Jaques Wagner (PT-BA)

JEAN PAUL PRATES (PT-RN)

José Serra (PSDB-SP)

KÁTIA ABREU (PP-TO)

Marcos Rogério (DEM-RO)

NELSINHO TRAD (PSD-MS)

Omar Aziz (PSD-AM)
Otto Alencar (PSD-BA)
Paulo Paim (PT-RS)

PAULO ROCHA (PT-PA)

Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Renan Calheiros (MDB-AL)
Roberto Rocha (PSDB-MA)
Rodrigo Pacheco (DEM-MG)
Rogério Carvalho (PT-SE)
Sérgio Petecão (PSD-AC)
Simone Tebet (MDB-MS)
Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
Weverton Rocha (PDT-MA)

DEPUTADOS FEDERAIS NOVOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

ALEX MANENTE (CIDADANIA-SP)

ANTONIO BRITO (PSD-BA)
ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM-BA)
BOHN GASS (PT-RS)
CACÁ LEÃO (PP-BA)
ISNALDO BULHÕES JR (MDB-AL)
LUIZA CANZIANI (PTB-PR)

LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)

MARGARETE COELHO (PP-PI)
PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV-DF)
RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
TALÍRIA PETRONE (PSOL-RJ)
VINICIUS POIT (NOVO-SP)

SENADORES NOVOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL 2021

ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA-SE)

ELIZIANE GAMA (CIDADANIA-MA)

IZALCI LUCAS (PSDB-DF)

JEAN PAUL PRATES (PT-RN)

KÁTIA ABREU (PP-TO)

NELSINHO TRAD (PSD-MS)

PAULO ROCHA (PT-PA)

ANEXO

Este anexo reúne, além dos “100” Cabeças do Congresso 2021 por Estado, os congressistas em “ascensão”, aqueles que, mantida a trajetória ascendente, poderão no futuro fazer parte da elite do Poder Legislativo. O corte quantitativo, que fixa em 100 o número de “Cabeças” do Congresso 2021, impõe situações nas quais a equipe fica na contingência de escolher entre parlamentares em condições praticamente iguais. Este fato justifica a lista em “ascensão”, que também observa os critérios que orientam a pesquisa. Assim, optou-se por acrescentar este anexo, no qual são identificados aqueles parlamentares que eventualmente poderiam figurar entre os 100, mas pequenos detalhes no exame isento de suas qualidades e habilidades os deixaram fora da lista principal. Estão, na verdade, entre os 150 mais influentes.

Levantamentos com estas características, sujeitos às vicissitudes conjunturais, estão sempre passíveis de modificação pela dinâmica própria da política. Entretanto, a fotografia ou o retrato parado da elite do Congresso Nacional – bem como dos parlamentares em “ascensão” – foi feita com base em critérios científicos. São, portanto, isentos de vícios ou preferências de qualquer natureza. Trata-se de um mapa real de poder no Congresso Nacional, que incorpora a experiência, a tradição e a seriedade do DIAP em tudo aquilo que leva seu nome.

Assim, salvo fatos novos relevantes, estes são os parlamentares que já estão, no caso dos “Cabeças”, e que poderão estar, no caso dos deputados e senadores em “ascensão”, comandando o processo decisório no Poder Legislativo brasileiro.

PERFIL DOS PARLAMENTARES EM “ASCENSÃO” 2021

DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES EM “ASCENSÃO” 2021



ALCEU MOREIRA (MDB-RS)

Deputado, 3º mandato, gaúcho, comerciante. Iniciou a vida pública como vereador de Osório (RS), cidade onde também foi vice-prefeito e prefeito. Exerceu três mandatos de deputado estadual. Ocupou a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado. Presidiu a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul. Ex-coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), foi membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, vice-líder do governo e de bloco parlamentar. Como líder da bancada ruralista, é defensor engajado das pautas de interesse dos produtores rurais. Foi relator da MPV 913/2019, transformada na Lei nº 13.997/2000, que autoriza a prorrogação dos contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É autor, por exemplo, do PL 2478/2011, que estabelece prazo mínimo de dois anos para a vigência de ações de política agrícola nacional. Geralmente, os planos governamentais para o setor rural têm duração média de um ano. Outra proposição de sua autoria é o PL 367/2019, que cria o Fundo Nacional do Desenvolvimento Rural e Produção Agrícola (FNDR), com o objetivo de financiar a produção agrícola no País e promover a inovação tecnológica no setor rural. Os dois projetos continuam em fase de análise e apreciação nos colegiados da Câmara dos Deputados. Integrou a relação dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2020.



ALUISIO MENDES (PSC-MA)

Deputado, 2º mandato, mineiro, servidor público. 1º vice-líder do bloco parlamentar PROS, PSC, PTB. Chegou à Câmara dos Deputados após passagem por órgãos da administração pública federal e estadual. Atuou como assessor especial da Presidência da República no governo José Sarney e como chefe de gabinete do presidente do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Foi secretário adjunto

de Inteligência e secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão no governo Roseana Sarney. Na Câmara dos Deputados, já foi 3º vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Voz ativa em defesa da segurança pública brasileira no Congresso Nacional, atuou como 3º vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Foi 2º vice-presidente da comissão especial do PL 5865/2016, transformado na Lei nº 13.371/2016, que dispõe sobre carreiras da Polícia Federal. É autor e relator de vários projetos na área de segurança, como a PEC 267/2016, que tramita na Câmara dos Deputados, para extinguir o auxílio reclusão e criar benefício para a vítima de crime. Foi relator da MP 918/2020, transformada na Lei nº 14.003/2020, que cria funções de confiança destinadas à Polícia Federal e extingue cargos em comissão.



André de Paula (PSD-PE)

Deputado, 6º mandato, pernambucano, advogado. Iniciou a trajetória na política como vereador constituinte de Recife em 1989. Dois anos depois, foi eleito deputado estadual, exercendo dois mandatos até sua primeira eleição para a Câmara Federal. Ocupou também as secretarias estaduais de Trabalho e Ação Social, de Produção Rural e Reforma Agrária e das Cidades. Integrou a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. É 2º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Na legislatura passada, assumiu a 4ª Secretaria da Mesa Diretora. Articulado, desempenhou os cargos de vice-líder partidário e de bloco parlamentar e de líder da Minoria. É autor da Lei nº 12.198/2010, que regulamenta a profissão de repentista em todo o País. Nesta legislatura, tem atuado como um dos articuladores da agenda de reformas do governo Bolsonaro. Foi relator da MP 987/2020, transformada na Lei nº 14.706/2020, que prorroga incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.



ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)

Deputado, 2º mandato, maranhense, médico. Em 2010, com apenas 21 anos, foi eleito deputado estadual, o mais jovem do Brasil. Na Assembleia Legislativa do Maranhão, presidiu a Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional, destacando-se na defesa do municipalismo. Articulado, no primeiro mandato de deputado, foi escolhido presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das órteses e próteses no Brasil. Eleito pelo PEN, migrou para o PP, sendo atual vice-líder do partido. Já desempenhou a função de vice-líder de bloco parlamentar. É 1º vice-presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, e ocupou os cargos de 4º secretário e 2º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Presidiu a comissão especial da PEC 159/2007, que tramita na Câmara dos Deputados, e dispõe sobre a destinação de recursos da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE).



Beto Pereira (PSDB-MS)

Deputado, 1º mandato, sul-matogrossense, empresário. Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de dois mandatos de prefeito de Terenos (MS) e um mandato de deputado estadual. Presidiu a Associação Sul-Matogrossense de Municípios e atuou como vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios. Filho e herdeiro político do ex-deputado e ex-senador Valter Pereira, vem ocupando, na Câmara dos Deputados, o cargo de vice-líder do PSDB. É secretário-geral do PSDB. É autor do PL 2215/2020, que estabelece o Sistema de Compensação de Energia Elétrica.



Bia Kicis (PSL-DF)

Deputada, 1º mandato, empresária, carioca, advogada e procuradora de justiça aposentada do Distrito Federal. Eleita pelo PRP, migrou para o partido que elegeu o presidente Bolsonaro, ocupando o cargo de vice-líder do governo no Congresso Nacional e de vice-líder do PSL na Câmara dos Deputados. É a atual presidente da Comissão de Constituição e Justiça e coordenadora da Frente Parlamentar Mista do Agronegócio e Agricultura Familiar. É autora, juntamente com outros parlamentares, do PL 246/2019, que institui o Programa Escola Sem Partido. É presidente executiva do PSL no Distrito Federal. Advogada, fundou em 2015 o Instituto Resgata Brasil, que tem por finalidade resgatar as instituições republicanas, bem como os valores culturais e familiares da sociedade brasileira. Desde 2015, é representante, em Brasília, do Movimento Revoltados on line, que defende causas conservadoras e o combate à corrupção.



Capitão Augusto (PL-SP)

Deputado, 2º mandato, paulista, policial militar. Parlamentar com boa formação acadêmica, tem mestrado e é capitão da Polícia Militar de São Paulo. Vice-líder do PL, atuou como vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Vinculado à área de segurança, presidiu a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. É coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública. Foi presidente da comissão especial da PEC 44/2015, que dispõe sobre a carga horária e processo penal. Relatou, na comissão especial, a PEC 443/2014, que dispõe sobre isenção para associações de militares. Na Câmara dos Deputados, foi relator do grupo de trabalho que analisou e debateu mudanças promovidas na legislação penal e processual penal dos projetos de lei nº 10372/2018, nº 10373/2018 e nº 882/2019, transformados na Lei nº 13.964/2019, do pacote anticrime. É coordenador de outras três frentes parlamentares: em Defesa do Comércio de Material de Construção, dos Asilos e Orfanatos e a Mista do Rodeio, da Vaquejada e das Provas Equestres.



CELINA LEÃO (PP-DF)

Deputada, 1º mandato, goiana, administradora. Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de dois mandatos de deputada distrital. No governo do Distrito Federal, ocupou os cargos de Secretária da Juventude e de Secretária do Esporte e Lazer. Também atuou como conselheira fiscal da União dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Na Câmara dos Deputados, é vice-líder do PP. Tem dedicado o mandato em favor de propostas para o enfrentamento da violência doméstica, o combate à descriminalização feminina e o empoderamento das mulheres. É coordenadora da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar Mista em Defesa e Desenvolvimento da Profissão de Bombeiro Civil. Na Câmara dos Deputados, é relatora, entre outras matérias, do PL 321/2021, que garante à mulher igualdade nos valores das premiações relativas às competições desportivas realizadas em todo o Brasil, por qualquer órgão, entidade ou unidade que componha os Poderes da República Federativa do Brasil.



Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Deputado, 6º mandato, paulista, jornalista e empresário. Já atuou como vice-líder do PRB, atual REPUBLICANOS, na Câmara dos Deputados, e vice-líder do governo Bolsonaro no Congresso Nacional. Advogado e comunicador, é conhecido nacionalmente por apresentar programas de TV com a temática de defesa do consumidor. Presidiu o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec). É presidente da Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados. Coordena frentes parlamentares na Câmara Federal: a Mista em Defesa do Consumidor, a Mista dos Lojistas de Shoppings Centers, a da Liberdade Religiosa do Congresso, e a de Defesa da Polícia Federal. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Emirados Árabes e vice-presidente pelo Brasil do Parlasul.



CELSO SABINO (PSDB-PA)

Deputado, 1º mandato, paraense, advogado. Foi deputado estadual por dois mandatos, secretário do Trabalho, Emprego e Renda de Belém (PA) e presidente do Instituto de Metrologia do Estado. Na Câmara dos Deputados, ocupou o cargo de vice-líder e líder do PSDB. É relator da proposta de reforma tributária do governo Bolsonaro. A proposta aumenta a faixa de isenção do imposto de renda da pessoa física dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500,00, e aumenta os impostos sobre rendimentos de capital. Foi relator do PL 2303/2015, que continua tramitando na Câmara dos Deputados, e dispõe sobre a regulamentação pelo Banco Central das moedas virtuais. O parlamentar também atuou como 2º vice-presidente da comissão especial criada para analisar o PL 1095/2019, que tramita na Casa, e dispõe sobre reclusão por maus tratos a animais.



Claudio Cajado (PP-BA)

Deputado, 7º mandato, baiano, advogado. Parlamentar experiente, foi vereador em Dias D'Ávila (BA) e presidiu a Câmara Municipal. Na Câmara dos Deputados, já atuou como vice-líder do governo Bolsonaro no Congresso Nacional. Exerceu os cargos de Procurador, de Corregedor Parlamentar e de vice-líder partidário. É 3º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Presidiu a Comissão de Defesa do Consumidor e foi 2º vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. É coordenador da Frente Parlamentar Brasil-Coreia do Sul e presidente dos seguintes Grupos Parlamentares: Brasil-Cazaquistão, Brasil-Georgia, Brasil-Malásia, Brasil-Azerbaijão e Brasil-Ucrânia.



Domingos Neto (PSD-CE)

Deputado, 3º mandato, cearense, empresário. Membro de família tradicional no Ceará, é filho do ex-vice governador do Estado, Domingos Gomes de Aguiar Filho, e da prefeita de Tauá (CE), Patrícia Aguiar. Já no primeiro mandato chegou a ocupar o importante cargo de líder de partido, vice-líder do PSD e vice-líder de bloco parlamentar. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Desenvolvimento Urbano e a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Atuou também como 2º vice-presidente da comissão especial da PEC 282/2016, que veda a coligação partidária em eleições, e como 3º vice-presidente da comissão especial da PEC 34/2017, que dispõe sobre os rodeios e vaquejadas. Foi relator da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Assumiu a relatoria-geral do Orçamento da União para 2020.



Domingos Sávio (PSDB-MG)

Deputado, 3º mandato, mineiro, médico veterinário. Vice-líder do PSDB, já coordenou a bancada federal de Minas Gerais. Oriundo do setor rural, foi presidente de sindicato rural e de cooperativas agropecuárias e de crédito rural do Estado. Ingressou na Câmara dos Deputados com a experiência de mandato de vereador, presidente da Câmara Municipal e prefeito de Divinópolis (MG), sua base eleitoral, além de deputado estadual. Já atuou como 2º e 3º vice-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, além de ter sido presidente da Comissão de Viação e Transportes. É autor, entre outros, do PLP 100/2011, transformado na Lei Complementar nº 161/2018, que possibilita aos municípios que tenham disponibilidade de caixa depositarem os recursos nas cooperativas de crédito. É coordenador da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Câmaras Municipais e Vereadores.



DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR (PP-RJ)

Deputado, 1º mandato, carioca, médico. Chegou à Câmara dos Deputados após desempenhar os cargos de secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e secretário municipal de Saúde de Nova Iguaçu (RJ). Foi também vice-presidente e secretário geral do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro e membro do Conselho Brasileiro dos Executivos em Saúde (CBEXS). Articulado, foi eleito presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e coordenador da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 (pandemia do Coronavírus). Assumiu a missão de relatar a MP 974/2020, transformada na Lei nº 14.072/2020, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito no Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. É autor do PL 1010/2021, transformado na Lei nº 14.147/2021, que cria o programa pró-leitos enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19.



EDUARDO BISMARCK (PDT-CE)

Deputado, 1º mandato, cearense, advogado. Já atuou como vice-líder do PDT. É 1º Suplente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e coordenador da Frente Parlamentar Mista da Inteligência Artificial. Foi presidente da comissão especial da PEC 48/2019, promulgada como Emenda Constitucional 105, que acrescenta o artigo 166-A na Constituição Federal para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual. Foi 2º vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do derramamento de óleo no Nordeste e 3º vice-presidente da comissão especial da PEC 34/2019, promulgada como Emenda Constitucional 100, que altera os artigos 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal (orçamento impositivo).



ELMAR NASCIMENTO (DEM-BA)

Deputado, 2º mandato, baiano, advogado. Antes da Câmara dos Deputados, cumpriu mandato de vereador em Campo Formoso (BA) e de deputado estadual na Bahia. Na Câmara do Deputados, presidiu o Conselho de Ética. Desempenhou também a função de vice-líder do governo Temer, líder do DEM e de bloco parlamentar. Foi presidente da comissão especial da PEC 172/2012, que tramita no Senado Federal, e estabelece que a lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou a prestação de serviços aos Estados, ao Distrito Federal ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros

necessários ao seu custeio. Foi também 1º vice-presidente de dois colegiados especiais: o que analisou a PEC 473/2001, que altera entre o Presidente da República e o Congresso Nacional a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o da PEC 299/2013, que limita a quantidade de ministérios. Essas duas matérias tramitam na Câmara dos Deputados.



Enrico Misasi (PV-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, advogado. Parlamentar com boa formação acadêmica, é mestre em Direito Constitucional. Desempenhou a função de vice-líder e atualmente é líder do PV na Câmara dos Deputados. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Básico. É 1º vice-presidente da comissão especial destinada a proferir parecer ao PL 3261/2019, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico). Foi designado relator no plenário da Câmara dos Deputados do PL 1179/2020, sancionado como Lei nº 14.020/2020, que possibilita a realização de assembleia virtual ou por videoconferência por condomínios e entidades de classe durante a pandemia do coronavírus mesmo sem previsão no estatuto social. Também foi relator da MP 931/2020, transformado na Lei nº 14.030/2020, que dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020. E, ainda, foi relator do PLP 232/2019, transformado na Lei Complementar nº 172/2020, que dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros, provenientes de repasses federais, nos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



EVAIR VIEIRA DE MELO (PP-ES)

Deputado, 2º mandato, capixaba, administrador. Foi secretário municipal de Agricultura de Venda Nova do Imigrante (ES), presidente do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural e presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária. É vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados e coordenador de três frentes parlamentares: a Mista para Implantação do Plenário Virtual no Poder Legislativo, a do Cooperativismo (Frencoop) e a Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento. Preside a Comissão Especial do PL 1595/2019, que dispõe sobre ações contraterroristas, e atua como sub-relator de outros dois colegiados: a Comissão Externa destinada a fazer o acompanhamento e fiscalizar as barragens existentes no Brasil, em especial, acompanhar as investigações relacionadas ao rompimento em Brumadinho (MG), e o Grupo de Trabalho (GTMINERA) destinado a debater e elaborar proposição legislativa a fim de alterar o Decreto-Lei n. 227/1967 (Código de Mineração). É um dos autores do PL 696/2020, sancionado como Lei nº 13.989/2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).



Fausto Pinato (PP-SP)

Deputado, 2º mandato, paulista, advogado. Já atuou como líder da Maioria e vice-líder de bloco parlamentar, além de ter sido presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Foi relator do projeto que deu origem à Lei nº 13.171/2015, que considera o turismo rural como atividade rural, incluindo a administração de hospedagem, organização e visitas e a exploração de vivência de prática do meio rural. Coordena a Frente Parlamentar Brasil-China, a Frente Parlamentar do Congresso Nacional BRICS (Brasil, Rússia,

Índia, China e África do Sul), a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas e a Frente Parlamentar Mista Internacional Humanitária pela Paz Mundial. Desempenhou a função de 2º vice-presidente do Conselho de Ética da Casa. Outro projeto relatado pelo parlamentar é o 9618/2018, transformado na Lei nº 13.805/2019, que altera as Leis nº 9.012, de 30 de março de 1995, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para exigir a certidão negativa de débito junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a concessão, com lastro em recursos públicos, de crédito e de benefícios a pessoas jurídicas.



FERNANDO MONTEIRO (PP-PE)

Deputado, 2º mandato, pernambucano, empresário. Vice-líder do PP na Câmara dos Deputados, foi designado pelo partido como presidente da comissão especial da PEC 32/2020, da reforma administrativa. Na 55ª Legislatura, foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da máfia do Futebol, que funcionou em 2016. Em relação à reforma administrativa, a que defende não é a que consta na PEC 32/2020 do governo Bolsonaro, mas sim a que será construída pelo Parlamento e aplicada apenas para os futuros servidores.



Fred Costa (PATRIOTA-MG)

Deputado, 1º mandato, mineiro, empresário. Iniciou a trajetória política como vereador, cargo que exerceu por dois mandatos. Prosseguiu na carreira elegendo-se deputado estadual por duas legislaturas consecutivas. Líder do PATRIOTA, é coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Animais, uma das áreas que o deputado prioriza em seu mandato. É autor do PL 1095/2019, sancionado como Lei nº 14.064/2020, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer pena de reclusão a quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos; e instituir penas para estabelecimentos comerciais ou rurais que concorrerem para a prática do crime. É também autor do PL 5638/2020, sancionado como Lei nº 14.148/2021, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da Covid-19 (Coronavírus).



Geninho Zuliani (DEM-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, administrador. Graduado em Gestão Pública, tem pós-graduação na área pela Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Iniciou a trajetória política como vereador em Olímpia (SP), tendo sido presidente da Câmara Municipal, prefeito de Olímpia por dois mandatos consecutivos e secretário de Estado de Habitação. Entre as prioridades do mandato de deputado federal estão a defesa do municipalismo, do turismo, da habitação, do agronegócio, da saúde, da educação e da segurança. É 3º vice-presidente da comissão especial criada para analisar o PL 7063/2017, das parcerias público-privadas, e coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Disposição Final de Resíduos Sólidos e da Frente Parlamentar Mista dos Consórcios Públicos. Foi relator da MP 1003/2020, transformada na Lei nº 14.121/2021, que autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility e estabelece diretrizes para a imunização da população. Foi 2º vice-presidente da comissão especial do PLP 146/2021, das startups, transformado na Lei Complementar nº 181/2021.



Gervásio Maia (PSB-PB)

Deputado, 1º mandato, paulista, advogado. É vice-líder da Oposição na Câmara dos Deputados. Antes de chegar à Casa, foi deputado estadual por quatro mandatos consecutivos tendo ocupado o cargo de presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba. O parlamentar é filho do ex-deputado estadual Gervásio Bonavides Mariz Maia e neto do ex-governador da Paraíba e ex-ministro de Minas e Energia, João Agripino Filho. É um dos autores do PL 6286/2019, que tipifica como crime a invasão de terras públicas a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O projeto tramita na Câmara dos Deputados. Tem sido um crítico contundente da PEC 32/2020, da reforma administrativa do governo Bolsonaro, que, em sua análise, representa desmonte das conquistas da Constituição Federal de 1988.



Hildo Rocha (MDB-MA)

Deputado, 2º mandato, maranhense, administrador de empresas. Antes de chegar ao Congresso Nacional, foi vereador, presidente da Câmara Municipal e prefeito de Cantanhede (MA) em dois mandatos consecutivos. Parlamentar com pós-graduação em Contabilidade Pública, é referência no debate de temas ligados à área. É presidente da comissão especial da PEC 45/2019, que dispõe sobre a reforma tributária, e vice-presidente da comissão mista temporária da reforma tributária. Na legislatura passada, atuou como Procurador Parlamentar, 1º vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação e 2º vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Coordena na Câmara dos Deputados diversas frentes parlamentares: a Mista de Apoio à Habitação Rural, a de Defesa do Patrimônio Histórico Nacional, a de Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e a de Defesa do Sistema de Modelagem da Informação da Construção.



Hiran Gonçalves (PP-RR)

Deputado, 2º mandato, amazonense, médico. É vice-líder do PP e coordenador da Frente Parlamentar Mista de Medicina. Na legislatura passada, foi 1º vice-presidente e presidente da Comissão de Seguridade Social e Família. Parlamentar com boa formação acadêmica, foi presidente do Conselho Regional de Medicina de Roraima e coordenador regional da Fundação Nacional de Saúde em Boa Vista (RR). Foi relator do PL 1409/2020, transformado na Lei nº 14.023/2020, que determina em caso de declaração de epidemia, pandemia ou surtos provocados por doenças contagiosas ou que tenha sido declarado Estado de Calamidade Pública, sejam tomadas medidas imediatas que garantam a saúde e a preservação da vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e manutenção da ordem pública. Também relatou o PL 864/2020, sancionado como Lei nº 14.006/2020, que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para que aconteça a liberação imediata do uso de materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área da saúde para auxiliar no combate à pandemia do Covid-19. É relator na comissão especial do PL 7419/2006, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. É coordenador da bancada de Roraima na Comissão Mista de Orçamento.



HUGO LEAL (PSD-RJ)

Deputado, 4º mandato, mineiro, advogado. Relator geral da Lei Orçamentária da União para 2022, goza de bom trânsito no Congresso Nacional. É 1º vice-líder do PSD e 2º vice-presidente da Comissão de Viação e Transportes. Articulado, é designado com frequência para ocupar cargos nos colegiados da Casa. Foi 2º vice-presidente da comissão especial do PL 3267/2019, transformado na Lei nº 14.071/2020, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Foi 1º vice-presidente da comissão especial do PL 1775/2015, transformado na Lei nº 13.444/2017, que dispõe sobre a identidade civil nacional. Atuou como 2º vice-presidente da comissão especial da PEC 74/2015, que tramita no Senado Federal, e acrescenta parágrafos ao artigo 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais, e acrescenta disposições ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora. Exerceu a 3ª vice-presidência da comissão especial da PEC 61/2011, promulgada como Emenda Constitucional 68, que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2015. Foi ainda 3º vice-presidente da comissão especial do PL 3555/2004, tramitando no Senado Federal, e que estabelece normas gerais em contratos de seguro privado e revoga dispositivos do Código Civil, do Código Comercial Brasileiro e do Decreto-Lei nº 73 de 1966.



IGOR TIMO (PODEMOS-MG)

Deputado, 1º mandato, mineiro, empresário. Líder do PODEMOS na Câmara dos Deputados. É 2º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e atuou como 1º vice-presidente da Comissão de Turismo. Técnico em informática, foi coordenador de operação e manutenção de redes da Polícia Civil de Minas Gerais. Presidiu a Associação das Empresas Prestadoras de Serviços do Estado de Minas Gerais. Relatou, em plenário, o PL 534/2021, transformado na Lei nº 14.125/2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.



JERÔNIMO GOERGEN (PP-RS)

Deputado, 3º mandato, gaúcho, advogado. Chegou à Câmara dos Deputados após ter passado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e atuado como assessor do então ministro da Agricultura Marcos Vinícius Pratini de Moraes no governo Fernando Henrique Cardoso. No PP, exerceu o cargo de presidente estadual da Juventude. Na Câmara Federal, desempenhou a função de vice-líder de bloco parlamentar. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria do Mobiliário, da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel e da Frente Parlamentar Mista dos Aeronautas. É autor do PL 4246/2012, transformado na Lei nº 13.103/2015, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. Foi relator do PL 6648/2013, sancionado como Lei nº 13.124/2015, que altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.



JOÃO CARLOS BACELAR (PL-BA)

Deputado, 4º mandato, baiano, empresário. Engenheiro civil com especialização em infraestrutura, é empresário do setor da construção civil, do agronegócio e da distribuição de combustíveis e lubrificantes. É 1º vice-presidente da Comissão de Minas e Energia e coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Aprovação do Marco Regulatório dos Jogos no Brasil. Foi relator do PL 10985/2018, transformado na Lei nº 14.052/2020, que altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões.



JÚLIO CESAR (PSD-PI)

Deputado, 6º mandato, piauiense, agricultor e advogado. Iniciou a carreira política como prefeito de Guadalupe (PI), por dois mandatos. Acumula longo histórico de cargos públicos e serviços prestados ao Estado, como o de diretor-presidente da Empresa de Águas e Esgotos do Piauí, secretário de Agricultura, secretário de Justiça e Segurança Pública, secretário de Administração da Prefeitura de Teresina (PI), secretário interino e superintendente da Polícia Civil do Estado. Na Câmara dos Deputados, é presidente da Comissão de Finanças e Tributação. Articulado, foi designado relator na comissão especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 391/2017, do Senado Federal, que altera o artigo 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios. Defensor do municipalismo, foi presidente da Associação Piauiense de Prefeitos Municipais. É autor do PLP 14/1995, transformado na Lei Complementar nº 91/1997, que altera critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.



LASIER MARTINS (PODEMOS-RS)

Senador, 1º mandato, gaúcho, jornalista e advogado. Parlamentar oriundo do jornalismo, trabalhou nas emissoras do Grupo RBS, afiliada da TV Globo no Rio Grande do Sul, uma das maiores empresas de comunicação do País, onde foi comentarista por quase três décadas no Jornal do Almoço. Também foi apresentador do programa Conversas Cruzadas (TVCOM), do Gaúcha Repórter na Rádio Gaúcha, do Debates do Rio Grande e na Rádio Guaíba, TV Guaíba e Correio do Povo. No Senado Federal, já ocupou o cargo de 2º vice-presidente da Mesa Diretora. É líder do bloco parlamentar PODEMOS, PSDB, PSL. Prioriza temas como a manutenção da prisão após condenação em segunda instância, o voto aberto para Presidência e Mesa Diretora da Casa, a moralização do STF com regras técnicas para escolha e mandato de ministros, a saúde, a educação e a segurança pública nas destinações de emendas parlamentares. Entre os projetos de sua autoria, destaque para o PL 939/2021, que suspende reajuste de medicamentos em 2021 por conta da pandemia do Coronavírus. É também autor da PEC 35/2015, que muda as regras para indicação e composição do STF, com mandato fixo de 10 anos para os ministros.



Léo Moraes (PODEMOS-RO)

Deputado, 1º mandato, paranaense, advogado. Iniciou a trajetória política como vereador em Porto Velho (RO) e, em seguida, deputado estadual, ambos pelo PTB. Como vereador chegou a ser presidente das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos da Criança do Adolescente e da Juventude, e a de Meio Ambiente. Migrou para o PODEMOS, partido no qual ocupou o cargo de líder na Câmara dos Deputados. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Estados sede de Usinas Hidrelétricas e 1º vice-presidente do Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Foi relator da MPV 998/2020, transformada na Lei nº 14.120/2021, que transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. Também foi designado relator do PL 1106/2020, em tramitação no Senado Federal, que altera o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para simplificar a inscrição no programa de Tarifa Social da Conta de Energia.



Lídice da Mata (PSB-BA)

Deputada, 3º mandato, baiana, economista. Com origem no movimento estudantil, estreou na vida pública como vereadora de Salvador (BA). É presidente do PSB na Bahia. Exerceu dois mandatos de deputada federal pelo PCDOB, inclusive na Constituinte. Foi deputada estadual e a primeira mulher a comandar a Prefeitura de Salvador. No mandato de senadora da Bahia, liderou bloco parlamentar e coordenou a Frente Parlamentar Mista de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Integrou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de Violência contra a Mulher e foi relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas. Articulada, na Câmara dos Deputados, é 2ª Procuradora Adjunta da Secretaria da Mulher, presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba e coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Economia Criativa. Presidiu a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, além de ter sido vice-líder da Minoria. Presidiu também a Comissão de Turismo e Desporto durante a aprovação da Lei nº 11.771/2008, mais conhecida como Lei Geral do Turismo (LGT). É relatora na Câmara Federal da CPMI das Fake News.



Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)

Deputado, 2º mandato, goiano, administrador. É líder do SOLIDARIEDADE e já atuou como vice-líder da Maioria e vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados. É 3º vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na 55ª legislatura, foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, 2º vice-presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e 3º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. É 1º vice-presidente da comissão especial destinada a proferir parecer à PEC 17/2019, que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e fixa a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.



Luiz Carlos Heinze (PP-RS)

Senador, 1º mandato, gaúcho, engenheiro agrônomo e produtor rural. Voz ativa em defesa dos produtores rurais, é vice-líder do PP no Senado Federal. Já ocupou os cargos de vice-presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e de 4º Secretário da Mesa Diretora da Casa. Antes de chegar ao Senado Federal, foi prefeito de São Borja (RS) e deputado federal por cinco mandatos consecutivos. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Agricultura e integrou a Frente Parlamentar da Agropecuária. É fundador da Associação dos Arrozeiros de São Borja e foi 1º presidente da Federação das Associações de Arrozeiros. É, também pelo Senado Federal, vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo.



Luis Tibé (Avante-MG)

Deputado, 3º mandato, mineiro, empresário. É presidente nacional do AVANTE. Iniciou a trajetória política como vereador em Belo Horizonte (MG). Na Câmara dos Deputados, atuou como vice-líder de bloco parlamentar. Ocupa o cargo de procurador da Procuradoria Parlamentar da Casa. É presidente da comissão especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 125/2011, do deputado Carlos Sampaio e outros, que acrescenta dispositivos à Constituição Federal vedando a realização de eleições em data próxima a feriado nacional. Na 55ª legislatura, atuou como 2º vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e foi vice-presidente da comissão especial da PEC 282/2016, promulgada como Emenda Constitucional 97, que veda a coligação partidária em eleições.



Marcel Van Hattem (Novo-RS)

Deputado, 1º mandato, gaúcho, cientista político e jornalista. Iniciou a trajetória na política muito jovem. Aos 18 anos, elegeu-se vereador de Dois Irmãos (RS). Foi também deputado estadual. Os dois mandatos foram exercidos pelo PP. Em 2018, filiou-se ao partido NOVO. Já atuou como vice-líder do NOVO na Câmara dos Deputados e como 2º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Integra a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Primeiro deputado que exerceu a liderança do NOVO, conduzindo a bancada nas negociações das pautas do governo Bolsonaro, a maioria coincidindo com os princípios do partido, é presença constante nos debates em plenário. No início da legislatura, candidatou-se à presidência da Câmara dos Deputados. Destaca-se como operador temático da área de empreendedorismo. Mestre em Ciência Política e em Jornalismo, Mídia e Globalização, prioriza no mandato parlamentar os temas da reforma política com extinção do fundo partidário, privatização das estatais, reforma tributária, reforma da previdência e segurança pública. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em 2ª Instância. É autor do PL 14/2019, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para extinguir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Foi “Cabeças” do Congresso Nacional na edição de 2020.



Maria do Rosário (PT-RS)

Deputada, 5º mandato, gaúcha, professora. Parlamentar com boa formação acadêmica, tem mestrado em Educação e Violência Infantil. É vice-líder do PT na Câmara dos Deputados e coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente. Iniciou a trajetória política nos movimentos estudantil e sindical. Foi vereadora e deputada estadual no Rio Grande

do Sul. Também ocupou o cargo de ministra de Direitos Humanos no governo de Dilma Rousseff. Na Câmara dos Deputados, foi 1º vice-presidente da Comissão de Cultura, relatora da CPI Mista que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, presidente da Comissão de Educação e presidente da comissão especial da Lei Nacional de Adoção. É uma das autoras do PL 2854/2020, que institui medidas contra a disseminação de conteúdo de ódio e preconceito pela Internet, bem como a disseminação de informações a respeito de tratamentos de saúde que não sejam cientificamente validados e aceitos pelo Sistema Único de Saúde ou pela Organização Mundial de Saúde e dá outras providências.



Mário Heringer (PDT-MG)

Deputado, 5º mandato, mineiro, médico. Vice-líder do PDT, ocupou o cargo de 2º secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Parlamentar com excelente formação acadêmica, é especialista em Ortopedia, Fisioterapia e Administração Hospitalar. Na Câmara dos Deputados, é coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Pequenos e Médios Municípios e atua também nas frentes parlamentares da Saúde e de Defesa da Fruticultura Nacional. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Eslovênia. Com forte articulação e influência nos bastidores, já foi Ouvidor-Geral da Câmara, coordenador da bancada de Minas Gerais na Comissão Mista de Orçamento e presidente da Comissão de Direitos Humanos.



NIVALDO ALBUQUERQUE (PTB-AL)

Deputado, 2º mandato, alagoano, pecuarista. Antes de ser eleito deputado federal, nunca havia ocupado cargo político. Lançou-se candidato pela primeira vez em 2014, quando assumiu o mandato como suplente por dois anos e meio. Depois, em 2018, foi reeleito, desta vez como titular do mandato. O parlamentar é de uma família tradicional da política em Alagoas. Seu avô, também chamado Nivaldo Albuquerque, foi prefeito de Limoeiro de Anadia (AL). Seu pai, Antônio Albuquerque, é deputado estadual já no sétimo mandato consecutivo. Líder do PTB, é também vice líder do bloco PTB, PROS, PSC e 1º vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, além de 3º vice-presidente da comissão especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 125/2011, do deputado Carlos Sampaio e outros, que acrescenta dispositivos à Constituição Federal vedando a realização de eleições em data próxima a feriado nacional.



Paulo Ramos (PDT-RJ)

Deputado, 3º mandato, carioca, advogado e oficial reformado da Polícia Militar. É vice-líder do PDT na Câmara dos Deputados. Especialista em políticas públicas pela UFRJ, iniciou sua militância política nos anos 60 e teve destacada participação na luta contra a ditadura, pela anistia e pela democratização do País. Foi deputado estadual por cinco mandatos consecutivos. Parlamentar na Constituinte, integrou a Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições e a Comissão de Sistematização. Na 56ª Legislatura, é 2º vice-presidente da comissão especial criada para analisar o PL 1646/2019, que dispõe sobre devedor contumaz. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da FINEP, do Desenvolvimento da Ciência, da Pesquisa e da Inovação.



PEDRO LUCAS FERNANDES (PTB-MA)

Deputado, 1º mandato, maranhense, administrador. Iniciou a trajetória política como vereador por dois mandatos consecutivos em São Luís (MA) e foi presidente da Agência Executiva Metropolitana de São Luís. É filho do ex-deputado Pedro Fernandes. Na Câmara dos Deputados, é coordenador da Frente Parlamentar para Modernização do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Já atuou como líder de partido e vice-líder de bloco parlamentar. É autor do PL 1562/2020, transformado na Lei nº 14.019/2020, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. Coordenador da bancada do Maranhão na Comissão Mista de Orçamento, compôs os 100 “Cabeças” do Congresso Nacional, edição de 2020.



Pedro Lupion (DEM-PR)

Deputado, 1º mandato, paranaense, empresário. Atuou como vice-líder do governo Bolsonaro no Congresso Nacional e como vice-líder do DEM na Câmara dos Deputados. Parlamentar com boa formação acadêmica, é mestre em Ciência Política, pós-graduado e especialista em comunicação política e campanhas eleitorais, além de pós-graduado e especialista em administração pública e governança. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Centrais Geradoras Hidrelétricas e das Pequenas Centrais Hidrelétricas. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha. Cumpriu dois mandatos de deputado estadual, tendo sido líder do governo de Cida Borghetti e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa. Membro de família tradicional na política do Paraná, é filho do ex-deputado federal Abelardo Lupion e bisneto do ex-governador do Estado, Moisés Lupion.



Reginaldo Lopes (PT-MG)

Deputado, 5º mandato, mineiro, economista. Vice-líder do PT, atuou como vice-líder da Minoria na Câmara dos Deputados. Foi presidente do PT de Minas Gerais por dois mandatos. É autor da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de qualquer pessoa, física ou jurídica, obter informações de órgãos e entidades sem necessidade de apresentar motivo. Relatou o PL 1394/2003, transformado na Lei nº 10.748/2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE). Também relatou a MPV 186/2004, transformada na Lei nº 10.940/2004, que altera critérios e requisitos para admissão e manutenção de jovens no PNPE. Presidiu a CPI que tratou do enfrentamento do genocídio da juventude negra e pobre, que resultou na elaboração de propostas para sanar o problema. É sub-relator da comissão externa destinada a fazer o acompanhamento e fiscalizar as barragens existentes no Brasil, em especial, acompanhar as investigações relacionadas ao rompimento em Brumadinho (MG). Coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. É um crítico contundente da redução dos gastos públicos por parte do governo federal na educação e na inovação tecnológica.



Rodrigo Agostinho (PSB-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, advogado. Antes de chegar à Câmara dos Deputados, foi vereador e prefeito de Bauru (SP) por dois mandatos. Ambientalista, é fundador do Instituto Ambiental Vidágua e do Fórum Pró-Batalha. É membro do Programa Internacional de Líderes Ambientais (LEAD) da Fundação Rockefeller e da Comissão Nacional de Biodiversidade, entre outros programas e conselhos voltados à proteção ambiental. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Integra a Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional e é membro da Diretoria da Frente Parlamentar Mista Ética Contra a Corrupção. É relator na Câmara dos Deputados de diversos projetos com a temática do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. O deputado é um dos autores do PL 696/2020, transformado na Lei nº 13.989/2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo Coronavírus.



Sâmia Bomfim (PSOL-SP)

Deputada, 1º mandato, paulista, servidora pública. Desde o início da legislatura, vem desempenhando o cargo de vice-líder do PSOL, assumindo também a liderança do partido. É 3ª vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, 2ª coordenadora adjunta da Coordenadoria dos Direitos da Mulher e 2ª coordenadora adjunta da Secretaria da Mulher. Preside a subcomissão especial sobre Retorno Seguro às Aulas. Iniciou a militância política na Universidade de São Paulo, fazendo parte do Centro Acadêmico de Letras e do Diretório Central dos Estudantes. Antes da eleição para a Câmara dos Deputados, foi vereadora na Câmara Municipal de São Paulo, assumindo a liderança da bancada do PSOL. Na Câmara Federal, tem sido voz ativa em prol dos direitos humanos, das mulheres e dos trabalhadores. É uma das autoras do PL 3489/2020, que acrescenta artigo à Lei nº 12.711, de 2012, para dispor sobre reserva de vagas para candidatos negros, indígenas, quilombolas e com deficiência nos programas de pós-graduação das instituições federais de ensino superior.



SEBASTIÃO OLIVEIRA (AVANTE-PE)

Deputado, 2º mandato, médico. Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de três mandatos consecutivos de deputado estadual e de secretário de Transportes do Estado de Pernambuco no governo de Paulo Câmara. Na Câmara Federal, é líder do AVANTE, partido do qual foi presidente nacional. O irmão do deputado, Waldemar Oliveira, é presidente estadual do partido. Tem dedicado o mandato de deputado federal às áreas de saúde e economia. É autor do PL 1835/2020, que dispõe sobre o programa de entrega domiciliar de medicamentos às pessoas que pertencem ao grupo de risco de contágio do Coronavírus. Também é autor do PL 2373/2021, que prorroga para 30/12/2021 o prazo de liquidação e renegociação das dívidas a que se referem a Lei nº 13.340, de 2016, do crédito rural.



SERGIO SOUZA (MDB-PR)

Deputado, 2º mandato, paranaense, advogado. Presidiu a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e já atuou como vice-líder partidário. Chegou ao Congresso Nacional como primeiro suplente da chapa que elegeu Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao Senado Federal. Assumiu o mandato de senador temporariamente no período em que Hoffmann chefiou a Casa Civil da Presidência da República no governo Dilma Rousseff. Advogado com especialização em Direito Eleitoral, foi relator do PL 1792/2019, transformado na Lei nº 14.177/2021, que altera o § 2º do artigo 2º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para ampliar o prazo para ratificação dos

registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira.



Túlio Gadêlha (PDT-PE)

Deputado, 1º mandato, pernambucano, consultor. É vice-líder da Minoria na Câmara dos Deputados e foi 2º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Antes de chegar à Casa, foi presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco, autarquia responsável pela regulação, ordenação e reordenação fundiária rural do Estado de Pernambuco. Defensor do meio ambiente e dos direitos humanos, vem se destacando nessa temática. É coordenador da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem. É um dos autores do PL 3477/2020, transformado na Lei nº 14.172/2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Também é autor, em conjunto com outros parlamentares, do PL 1075/2020, transformado na Lei nº 14.017/2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública do Coronavírus reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.



ZENAIDE MAIA (PROS-RN)

Senadora, 1º mandato, paraibana, médica. Chegou ao Senado Federal com a experiência de mandato de deputada federal e de secretária municipal de Saúde de São Gonçalo do Amarante (RN). Na Câmara dos Deputados, foi 1ª vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e 3º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Articulada, no Senado Federal é líder do bloco parlamentar da Resistência (PROS, PT), 1ª vice-líder do PROS e vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Relatora de vários projetos na área da saúde, com destaque para o PL 2564/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE-ES), que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. O projeto conta com parecer favorável da senadora para votação no plenário do Senado Federal.

DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES EM “ASCENSÃO” EM 2021

DEPUTADO ALCEU MOREIRA (MDB-RS)

DEPUTADO ALUISIO MENDES (PSC-MA)

Deputado André de Paula (PSD-PE)

DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)

Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)

Deputada Bia Kicis (PSL-DF)

Deputado Capitão Augusto (PL-SP)

DEPUTADA CELINA LEÃO (PP-DF)

Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

DEPUTADO CELSO SABINO (PSDB-PA)

Deputado Claudio Cajado (PP-BA)

Deputado Domingos Neto (PSD-CE)

Deputado Domingos Sávio (PSDB-MG)

DEPUTADO DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR (PP-RJ)

DEPUTADO EDUARDO BISMARCK (PDT-CE)

DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO (DEM-BA)

Deputado Enrico Misasi (PV-SP)

DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO (PP-ES)

Deputado Fausto Pinato (PP-SP)

DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO (PP-PE)

Deputado Fred Costa (PATRIOTA-MG)

Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP)

Deputado Gervásio Maia (PSB-PB)

Deputado Hildo Rocha (MDB-MA)

Deputado Hiran Gonçalves (PP-RR)

DEPUTADO HUGO LEAL (PSD-RJ)

DEPUTADO IGOR TIMO (PODEMOS-MG)

DEPUTADO JERÔNIMO GOERGEN (PP-RS)

DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR (PL-BA)

DEPUTADO JÚLIO CESAR (PSD-PI)

SENADOR LASIER MARTINS (PODEMOS-RS)

Deputado Léo Moraes (PODEMOS-RO)

Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Deputado Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO)

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

DEPUTADO LUIS TIBÉ (AVANTE-MG)

DEPUTADO MARCEL VAN HATTEM (NOVO-RS)

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

DEPUTADO NIVALDO ALBUQUERQUE (PTB-AL)

Deputado Paulo Ramos (PDT-RJ)

DEPUTADO PEDRO LUCAS FERNANDES (PTB-MA)

Deputado Pedro Lupion (DEM-PR)

Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG)

Deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP)

Deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP)

DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA (AVANTE-PE)

DEPUTADO SERGIO SOUZA (MDB-PR)

Deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE)

SENADORA ZENAIDE MAIA (PROS-RN)

Os 23 parlamentares em negrito e caixa alta são os novos em “Ascensão” 2021

ANÁLISE POR ESTADO DOS “CABEÇAS” DO CONGRESSO NACIONAL E PARLAMENTARES EM “ASCENSÃO” 2021

ACRE

O Estado do Acre possui dois representantes na elite parlamentar, o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Sérgio Petecão (PSD), e a vice-líder da Oposição na Câmara dos Deputados, deputada Perpétua Almeida (PCDOB).

Na categoria em “ascensão”, o Acre não possui representante na edição 2021 dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

ALAGOAS

O Estado de Alagoas está representado na elite parlamentar pelo senador Renan Calheiros (MDB), líder da Maioria e relator da CPI da Pandemia, e pelos deputados **ISNALDO BULHÕES JR (MDB)**, líder do partido na Câmara dos Deputados, e Arthur Lira (PP), presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Na categoria em “ascensão”, o Estado possui o deputado **NIVALDO ALBUQUERQUE (PTB)** representante nesta edição dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

AMAPÁ

O Amapá possui dois representantes na elite parlamentar: o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (DEM), e o vice-presidente da CPI da Pandemia, líder da Oposição e líder do partido na Casa, senador Randolfe Rodrigues (REDE).

Na categoria em “ascensão”, segundo os critérios do DIAP, o Amapá não possui representante na edição dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

AMAZONAS

O Estado do Amazonas está representado no núcleo decisório por dois senadores e um deputado federal. São os senadores Eduardo Braga (MDB), líder do partido no Senado Federal, e Omar Aziz (PSD), presidente da CPI da Pandemia e presidente da Comissão de Segurança Pública. O deputado é Marcelo Ramos (PL), 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e coordenador das Frentes Parlamentares Mista para o Desenvolvimento Regional Sustentável e a de Defesa da Sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social e da Competitividade do Mercado de Capitais.

Na categoria em “ascensão”, o Estado não possui

representante nesta edição 2021 dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

BAHIA

O Estado da Bahia está representado na elite parlamentar por seis deputados: **ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM)**, relator da PEC 32/2020, da reforma administrativa, Afonso Florence (PT), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, Alice Portugal (PCDOB), vice-líder do partido na Casa, **CACÁ LEÃO (PP)** e **ANTONIO BRITO (PSD)**, ambos líderes de partido que estreiam nos “Cabeças” do Congresso Nacional, e Daniel Almeida (PCDOB), vice-líder do partido. Completam a lista da Bahia nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 os senadores Jaques Wagner (PT), presidente da Comissão de Meio Ambiente, e Otto Alencar (PSD), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A Bahia conta com mais quatro deputados na categoria em “ascensão” em 2021: Claudio Cajado (PP), 3º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, **ELMAR NASCIMENTO (DEM)**, ex-líder de bloco parlamentar, **JOÃO CARLOS BACELAR (PL)**, 1º vice-presidente da Comissão de Minas e Energia, e Lídice da Mata (PSB), 2ª Procuradora Adjunta da Secretaria da Mulher e da Procuradoria da Mulher.

CEARÁ

O Ceará está bem representado na elite parlamentar. Dois senadores estão no seletor grupo dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021: Cid Gomes (PDT), líder do partido, e Tasso Jereissati (PSDB), ex-presidente nacional do partido. Completam a elite os deputados André Figueiredo (PDT), vice-líder do partido, e José Guimarães (PT), vice-líder da Minoria.

Na categoria em “ascensão” 2021, o Estado conta com os deputados Domingos Neto (PSD), ex-líder, e **EDUARDO BISMARCK (PDT)**, 1º suplente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal está representado nos 100 “Cabeças” do Congresso do ano 2021 pelo senador **IZALCI LUCAS (PSDB)**, líder do partido no Senado, e pelo deputado **PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV)**, vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Os dois parlamentares estreiam nos

“Cabeças” do Congresso. E a lista fica completa com a deputada Érika Kokay (PT), vice-líder do partido na Casa e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

Na categoria em “ascensão” 2021, o Distrito Federal está representado pela deputada Bia Kicis (PSL), presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e pela deputada **CELINA LEÃO (PP)**, vice-líder do partido.

ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo, pelos critérios do DIAP, não possui representante nesta edição 2021 dos 100 “Cabeças” do Congresso Nacional.

Na categoria em “ascensão” 2021, o Estado está representado pelo deputado **EVAIR VIEIRA DE MELO (PP)**, vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

GOIÁS

O Estado de Goiás está representado no núcleo decisório do Poder Legislativo 2021 por apenas um parlamentar: o deputado Vitor Hugo (PSL), líder do partido na Câmara dos Deputados.

Na categoria em “ascensão”, o Estado também possui um representante na edição 2021 dos “Cabeças” do Congresso Nacional. É o deputado Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE), líder do partido na Câmara dos Deputados.

MARANHÃO

O Estado do Maranhão é o único do País com todos os três senadores nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021. São eles: **ELIZIANE GAMA (CIDADANIA)**, 3ª suplente da Mesa Diretora do Senado Federal, Roberto Rocha (PSDB), presidente da Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária, e Weverton Rocha (PDT), 4º secretário da Mesa Diretora do Senado.

Na categoria em “ascensão”, o Estado possui outros quatro deputados: **ALUISIO MENDES (PSC)**, 1º vice-líder do bloco parlamentar PSC, PROS e PTB, **ANDRÉ FUFUCA (PP)**, vice-líder do partido, Hildo Rocha (MDB), ex-líder do partido, e **PEDRO LUCAS FERNANDES (PTB)**, coordenador da Frente para Modernização do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão.

MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso, conforme critérios do DIAP, não possui um representante na edição 2021 dos 100 “Cabeças” do Congresso Nacional.

Na categoria em “ascensão”, o Estado também não possui representante nesta edição dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

MATO GROSSO DO SUL

O Estado de Mato Grosso do Sul possui três parlamentares entre os 100 mais influentes do Congresso Nacional 2021. Trata-se do deputado Fábio Trad (PSD), vice-líder do partido, do senador **NELSINHO TRAD (PSD)**, líder do partido na Casa, e da senadora Simone Tebet (MDB), líder da bancada feminina no Senado.

Na categoria em “ascensão”, o Estado possui o deputado Beto Pereira (PSDB), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados.

MINAS GERAIS

Minas Gerais, um Estado com grande tradição na política nacional, possui seis parlamentares entre os 100 mais influentes do Legislativo Federal 2021. O Estado está representado na elite parlamentar pelos deputados Aécio Neves (PSDB), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Lincoln Portela (PL), coordenador das Frentes Parlamentares em Defesa das Guardas Municipais e a de Defesa dos Agentes Penitenciários, Paulo Abi-Ackel (PSDB), vice-líder do partido, e **RODRIGO DE CASTRO (PSDB)**, líder do partido na Casa, que estreia nos “Cabeças” do Congresso Nacional. Completam a lista os senadores Antonio Anastasia (PSD), vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e Rodrigo Pacheco (DEM), presidente da Mesa Diretora do Senado Federal.

Já na categoria em “ascensão” 2021, estão seis deputados: Domingos Sávio (PSDB), coordenador da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Câmaras Municipais de Vereadores, Fred Costa (PATRIOTA), líder do partido na Câmara dos Deputados, **IGOR TIMO (PODEMOS)**, líder do partido na Casa, **LUIS TIBÉ (AVANTE)**, procurador parlamentar da Câmara Federal, Mário Heringer (PDT), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, e Reginaldo Lopes (PT), vice-líder do partido no Legislativo Federal.

PARÁ

O Pará, segundo os critérios do DIAP, possui um parlamentar entre os “Cabeças” do Congresso Nacional em 2021. Trata-se do senador **PAULO ROCHA (PT)**, líder do partido no Senado Federal, que volta a compor a elite do parlamento brasileiro. O senador já participou 12 vezes dos “Cabeças”

do Congresso Nacional sendo oito vezes como deputado federal e quatro vezes como senador do Pará no Congresso Nacional.

Na categoria em “ascensão”, o Estado possui o deputado **CELSO SABINO (PSDB)**, ex-líder do partido na Câmara dos Deputados.

PARAÍBA

O Estado da Paraíba possui na edição 2021 dos “Cabeças” do Congresso Nacional seis parlamentares entre os mais influentes. São os deputados: Aguinaldo Ribeiro (PP), ex-líder da Maioria, Efraim Filho (DEM), líder partido na Casa, Hugo Motta (REPUBLICANOS), líder do partido, e Wellington Roberto (PL), líder do partido na Câmara. Completam a lista dos mais influentes a senadora Daniella Ribeiro (PP), líder do partido na Casa, e o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB), 1º vice-presidente do Senado Federal.

Na categoria em “ascensão”, o Estado está representado pelo deputado Gervásio Maia (PSB), vice-líder da Oposição na Câmara dos Deputados.

PARANÁ

O Estado do Paraná, segundo os critérios do DIAP, possui sete representantes entre os 100 mais influentes do Poder Legislativo em 2021. São os deputados: Enio Verri (PT), vice-líder da Oposição, Gleisi Hoffmann (PT), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados e presidente nacional do PT, Gustavo Fruet (PDT), vice-líder da Minoria, **LUISA CANZIANI (PTB)**, ex-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e que estreia nos “Cabeças” do Congresso Nacional, Ricardo Barros (PP), líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, e Rubens Bueno (CIDADANIA), 1º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Completa a lista o senador Alvaro Dias (PODEMOS), líder do partido na Casa.

Na categoria em “ascensão”, o Estado possui dois parlamentares. São os deputados Pedro Lupion (DEM), ex-vice-líder do governo no Congresso Nacional, e **SERGIO SOUZA (MDB)**, ex-presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco, importante unidade da federação brasileira, está bem representado na elite do Parlamento. Dois senadores e sete deputados compõem os “Cabeças” do Congresso Nacional 2021. São os senadores: Fernando Bezerra Coelho (MDB), líder do governo Bolsonaro

no Senado Federal, e Humberto Costa (PT), ex-líder do partido na Casa. Completam a lista dos mais influentes do Parlamento os deputados: Danilo Cabral (PSB), líder do partido na Câmara dos Deputados, Fernando Coelho Filho (DEM), ex-ministro de Minas e Energia, Luciano Bivar (PSL), 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e presidente nacional do partido, Renildo Calheiros (PCDOB), líder do partido na Casa, Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS), ex-vice-líder do partido, Tadeu Alencar (PSB), vice-líder da Oposição, e Wolney Queiroz (PDT), 3º vice-presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Na categoria em “ascensão”, podendo integrar futuramente a lista dos 100 “Cabeças” do Congresso Nacional, estão quatro deputados: André de Paula (PSD), 2º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, **FERNANDO MONTEIRO (PP)**, vice-líder do partido, **SEBASTIÃO OLIVEIRA (AVANTE)**, líder do partido na Câmara dos Deputados, e Túlio Gadêlha (PDT), vice-líder da Minoria.

PIAUI

O Piauí, segundo os critérios do DIAP, possui dois parlamentares entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional: o senador Ciro Nogueira (PP), presidente nacional do partido, e a deputada **MARGARETE COELHO (PP)**, vice-líder do partido na Câmara dos Deputados.

Na categoria em “ascensão”, o Estado possui nesta edição 2021 dos “Cabeças” do Congresso Nacional o deputado **JÚLIO CÉSAR (PSD)**, presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro está representado por seis parlamentares entre os 100 mais influentes do Congresso Nacional 2021. São os deputados: Alessandro Molon (PSB), líder da Oposição, Jandira Feghali (PCDOB), vice-líder da Minoria, Marcelo Freixo (PSB), líder da Minoria, Rodrigo Maia (DEM), ex-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, e **TALÍRIA PETRONE (PSOL)**, líder do partido. Completa a lista o senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA), vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Na categoria em “ascensão”, podendo integrar futuramente a elite do Congresso Nacional, estão três deputados: **DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP)**, presidente da Comissão de Seguridade Social

e Família, **HUGO LEAL (PSD)**, vice-presidente da Comissão de Viação e Transportes, e Paulo Ramos (PDT), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados.

RIO GRANDE DO NORTE

O Rio Grande do Norte, segundo os critérios do DIAP, possui o senador **JEAN PAUL PRATES (PT)**, líder da Minoria no Senado Federal, entre os “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

Já na categoria em “ascensão”, o Estado possui a senadora **ZENAIDE MAIA (PROS)**, líder do bloco parlamentar da Resistência (PROS, PT), vice-líder do PROS no Senado e vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul, do ponto de vista qualitativo, encontra-se bem representado no núcleo do processo decisório do Congresso Nacional com quatro deputados e um senador. São os deputados: Afonso Motta (PDT), presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, **BOHN GASS (PT)**, líder do partido na Casa, Fernanda Melchionna (PSOL), vice-líder do partido, e Paulo Pimenta (PT), vice-líder do partido na Câmara. O senador é Paulo Paim (PT), que participa há 28 anos de todas as edições dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

Estão em “ascensão” e poderão futuramente integrar o núcleo decisório do Congresso Nacional, estão seis deputados: **ALCEU MOREIRA (MDB)**, ex-coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, **JERÔNIMO GOERGEN (PP)**, coordenador da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel, **MARCEL VAN HATTEM (NOVO)**, coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em 2ª Instância, e Maria do Rosário (PT), vice-líder do partido na Câmara. Completam a lista os dois senadores: **LASIER MARTINS (PODEMOS)**, líder do bloco parlamentar PODEMOS, PSDB e PSL, e Luis Carlos Heinze (PP), vice-líder do partido no Senado Federal.

RONDÔNIA

O Estado de Rondônia possui um representante entre os 100 “Cabeças” do Congresso Nacional de 2021. É o senador Marcos Rogério (DEM), líder do partido no Senado e presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Na categoria em “ascensão”, segundo os critérios do DIAP, o Estado possui o deputado Léo

Moraes (PODEMOS), ex-líder partidário.

RORAIMA

O Estado de Roraima, segundo os critérios do DIAP, não possui representante na edição 2021 dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

Na categoria em “ascensão”, possui o deputado Hiran Gonçalves (PP), vice-líder partidário.

SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina, segundo os critérios do DIAP, não possui representante na edição 2021 dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

Na categoria em “ascensão”, segundo os critérios do DIAP, Santa Catarina também não possui representante nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

SÃO PAULO

O Estado de São Paulo, indiscutivelmente, é a unidade da Federação que possui o maior número de parlamentares na elite do Congresso Nacional, 18, sendo 17 deputados e o senador José Serra (PSDB). Os deputados são: **ALEX MANENTE (CIDADANIA)**, líder do partido na Câmara dos Deputados, Alexandre Padilha (PT), ex-vice-líder do partido na Casa, Arlindo Chinaglia (PT), ex-presidente da Câmara dos Deputados, Arnaldo Jardim (CIDADANIA), vice-líder do partido na Câmara Federal, Baleia Rossi (MDB), presidente nacional do MDB, Carlos Zarattini (PT), relator do PL 1088/2018, da improbidade administrativa, Eduardo Bolsonaro (PSL), ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Ivan Valente (PSOL), vice-líder da Minoria, Kim Kataguirí (DEM), vice-líder do partido no Legislativo Federal, **LUIZ CARLOS MOTTA (PL)**, 3º vice-presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, Luiza Erundina (PSOL), 1ª vice-presidente da Comissão de Legislação Participativa, Marcos Pereira (REPUBLICANOS), 1º vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, Orlando Silva (PCDOB), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, Paulo Pereira da Silva (SOLIDARIEDADE), presidente nacional do partido, Paulo Teixeira (PT), vice-líder da Oposição, Tabata Amaral (PDT), 2ª secretária-adjunta da Secretaria da Juventude, e **VINICIUS POIT (NOVO)**, líder do partido na Câmara dos Deputados.

Na categoria em “ascensão”, podendo integrar futuramente a elite parlamentar, estão sete

deputados: Capitão Augusto (PL), vice-líder do partido, Celso Russomanno (REPUBLICANOS), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Enrico Misasi (PV), líder do partido na Câmara dos Deputados, Fausto Pinato (PP), ex-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Geninho Zúliani (DEM), vice-líder do partido, Rodrigo Agostinho (PSB), ex-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Sâmia Bomfim (PSOL), 3ª vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

SERGIPE

Sergipe, pelos critérios do DIAP, possui nesta edição três parlamentares entre os mais influentes do Congresso Nacional 2021: o senador **ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA)**, líder do partido no Senado Federal, o deputado Laercio Oliveira (PP), vice-líder do partido, e o senador Rogério Carvalho (PT), 3º secretário da Mesa Diretora do Senado Federal e coordenador da

Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste.

Na condição de parlamentar em “ascensão” 2021, de acordo com os critérios do DIAP, o Estado de Sergipe não possui representante.

TOCANTINS

O Estado de Tocantins, pelos critérios do DIAP, possui como representante nos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021 três parlamentares: os senadores Eduardo Gomes (MDB), presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Paraguai e 2º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/China, **KÁTIA ABREU (PP)**, vice-líder da Maioria, que volta para o seletor grupo dos parlamentares mais influentes, e a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM), presidente da Comissão de Educação.

Na condição de parlamentar em “ascensão”, de acordo com os critérios do DIAP, o Estado de Tocantins não possui representante na edição dos “Cabeças” do Congresso Nacional 2021.

Nome	ANO/PARTIDO/CARGO																	Total														
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021			
Josaphat Marinho	PFL ²	PFL ²	PFL ²	PFL ²	PFL ²																									5		
José Rocha																														2		
Jutahy Júnior																														13		
Jutahy Magalhães	PSDB ²																													1		
Lidice da Mata																														2		
Lucio Vieira Lima	BL/PFL ¹	PFL ¹	PFL ¹	PFL ¹																										4		
Luís Eduardo	BL/PFL ¹																													1		
Manoel Castro	BL/PFL ¹																													1		
Nelson Pellegrino																														1		
Otto Alencar	PPR ¹	PPR ¹	PPB ¹	PPB ¹	PPB ¹																									5		
Prisco Viana																														1		
Rodolpho Tourinho																														5		
Sérgio Barradas																														1		
Carmelo	PSDB ¹																													7		
Waldir Pinheiro																														2		
Walter Pinheiro																														17		
Somatário	11	9	9	10	10	6	6	6	5	7	7	6	7	5	5	5	7	7	7	5	6	8	8	7	6	7	6	8	196			
CEARÁ (CE)																																
André Figueiredo																														11		
Beni Veras	PSDB ²																													1		
Bismarck Maia																														1		
Cid Gomes																														3		
Eunício Oliveira																														3		
Ciro Gomes																														11		
Firmo de Castro	PSDB ¹																													1		
Gonzaga Mota	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	PMDB ¹	3			
Inácio Arruda																														16		
Jackson Pereira	PSDB ¹																													1		
José Guimarães																														1		
José Pimentel																														11		
Lucio Alcântara	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	PSDB ²	13			
Mauro Benevides	PMDB ²																													7		
Paes de Andrade																														1		
Patrícia Sabova																														3		
Sérgio Machado	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	2			
Tasso Jereissati	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	8			
Ubiratan Aguiar	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	PSDB ¹	15			
Somatário	5	4	5	5	4	4	4	3	4	3	4	3	5	6	4	4	3	2	5	5	5	5	5	5	4	4	4	4	7			
DISTRITO FEDERAL (DF)																																
Agnelo Queiroz																														5		
Augusto Carvalho	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	PPS ¹	7			
Cristovam Buarque																														14		
Erika Kokay																														8		
Gerardo Magela																														5		
Jim Argello																														1		
ZALGILUCAS																														8		
José Roberto Arruda	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	PP ²	8			
Maninha																													1			
Paulo Octávio																														1		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA																														4		
Rodrigo Rollemberg																														1		
Rogério Rosso																														8		
Sigmaringa Seixas	PSDB ¹																													2		
Tadeu Filippelli																														2		
Wigberto Tartuce																														1		
Somatário	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	5	4	4	4	5	5	3	3	3	3	3	3	2	1	1	1	4	79		
ESPIRITO SANTO (ES)																																
Élcio Alvares																														4		
João Coser																														1		
Leão Coimbra																														2		
Magno Malta																														1		
Paulo Foletto																														1		
Paulo Hartung																														3		
Renato Casagrande																														7		
Ricardo Ferraco																														3		
Rita Camata																														9		
Rose de Freitas																														5		
Somatário	1	2	2	2	1	2	1	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	36			
GOIÁS (GO)																																
Alexandre Baldy																														1		
Aldo Arantes																														2		

Nome	ANO/PARTIDO/CARGO																				Total									
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Israel Pinheiro																														1
João Fassarela																														3
João Paulo																														3
Julio Delgado																														6
Júlia Marise																														2
Liccoln Portela																														10
Marcos Montes																														1
Marcus Pestana																														3
Mário Herringer																														2
Nárcio Rodrigues																														1
Newton Cardoso																														1
Nilmário Miranda																														1
Odair Cunha																														1
Odelmo Leão																														4
Paulino Cicero																														7
Paulo Abi-ackel																														1
Paulo Delgado																														14
Paulo Heslender																														4
Pimenta da Veiga																														2
Rafael Guerra																														1
Roberto Brant																														3
RODRIGO DE CASTRO																														8
Rodrigo Pacheco																														1
Ronani Tito																														7
Ronan Tito																														1
Sandra Starling																														1
Sérgio Miranda																														3
Tarcísio Delgado																														12
Virgílio Guimarães																														8
Zaire Resende																														7
Zé Silva																														1
Somatório	7	9	9	11	10	9	9	6	8	8	9	9	8	5	5	5	4	4	4	5	4	6	7	8	9	8	7	8	200	
Ademir Andrade																														5
Almir Gabriel																														1
Cláudio Puly																														2
Flexa Ribeiro																														4
Gerson Peres																														9
Giovanni Queiroz																														1
Jader Barbalho																														13
Jarbas Passarinho																														1
José Nery																														3
PAULO ROCHA																														12
Somatório	3	2	3	2	3	4	4	3	3	3	1	2	2	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	2	2	2	1	1	50	
Aguinaldo Ribeiro																														5
Cássio Cunha Lima																														6
Daniella Ribeiro																														3
Efraim Filho																														6
Efraim Morais																														3
Hugo Motta																														2
Humberto Lucena																														1
Ináclio Leite																														3
José Luiz Clerot																														5
Manoel Junior																														2
Neu Suassuna																														6
Raimundo Lira																														1
Ronaldo Cunha Lima																														2
Veneziano Vital do Rêgo																														3
Wellington Roberto Wilson Braga																														3
Vital do Rêgo																														1
Somatório	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	3	3																56
André Vargas																														3
Aberlado Lúpton																														17
Afonso Camargo																														1
Alex Canziani																														4
Alvaro Dias																														12
Andrade Vieira																														2
Dr. Rosinha																														10
Eduardo Scarra																														2

Nome	ANO/PARTIDO/CARGO															Total														
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Reto Albuquerque																														10
BOHN GASS																														1
Carrión Júnior	PDT ¹																													1
Darcísio Perondi																														10
Eliseu Padilha																														5
Fernanda																														6
Melchionna																														2
Germano Rigotto																														8
Henrique Fontana																														17
Ibsen Pinheiro																														4
Jair Soares																														1
Jarbas Lima																														3
José Fogaça																														5
José Fortunati																														3
José Paulo Bisol																														1
Luiz Roberto Pointe																														2
Manuel D'Ávila																														4
Marcel Van Hattem																														4
Marco Maia																														2
Marcos Rolim																														2
Matheus Schmidt																														4
Marta do Rosário																														11
Mendes Ribeiro																														4
Elho																														4
Miguel Rosseto																														4
Nelson Marchezan																														4
Nelson Jobim																														3
Nelson Proença																														1
Odair Klein																														1
Onyx Lorenzoni																														15
Paulo Paim																														28
Paulo Pimenta																														4
Pedro Simon																														21
Pepe Vargas																														4
Sérgio Zambiasi																														1
Fárciso																														2
Zimmermann																														1
Victor Vaccioni																														5
Vieira da Cunha																														8
Yeda Crusius																														8
Somatório	15	10	8	10	8	7	9	6	7	9	7	7	7	10	11	11	13	9	8	9	11	7	7	7	8	7	7	5	240	
Nome	RONDÔNIA (RO)															Total														
Acir Marcos																														3
Gaugacz																														2
Amir Landi																														9
Vádir Raupp																														2
Marcos Rogério																														18
Somatório																														28
Nome	RORAIMA (RR)															Total														
Antonio Carlos																														1
Konrad Aguiar																														4
Canuto Neves																														2
Carimem Zanotto																														9
Espiridiano Amin																														8
Fernando Coruja																														4
Hugo Bighi																														6
Ileeli Salvatti																														2
Jorge Bornhausen																														8
Luiz Henrique																														1
Paulo Bauer																														7
Paulo Bornhausen																														1
Renato Viana																														3
Vigmarth																														4
Wilson Kleinumbing																														3
Somatório	2	4	3	4	4	3	2	2	2	1	2	2	4	4	4	5	4	4	4	4	5	4	4	1	2	1	2	2	61	
Nome	SANTA CATARINA (SC)															Total														
Alberto Goldman																														13
ALEX IMANENTE																														1



Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar



Fotos: Julio Fernandes/Ag. Fulltime
Arquivo pessoal

SBS Quadra 01 Ed. Seguradoras, 3° andar, Salas 301 a 307
Cep: 70093-900 - Brasília-DF
Fones: (61) 3225-9704 / 3225-9744
Página: www.diap.org.br
Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

